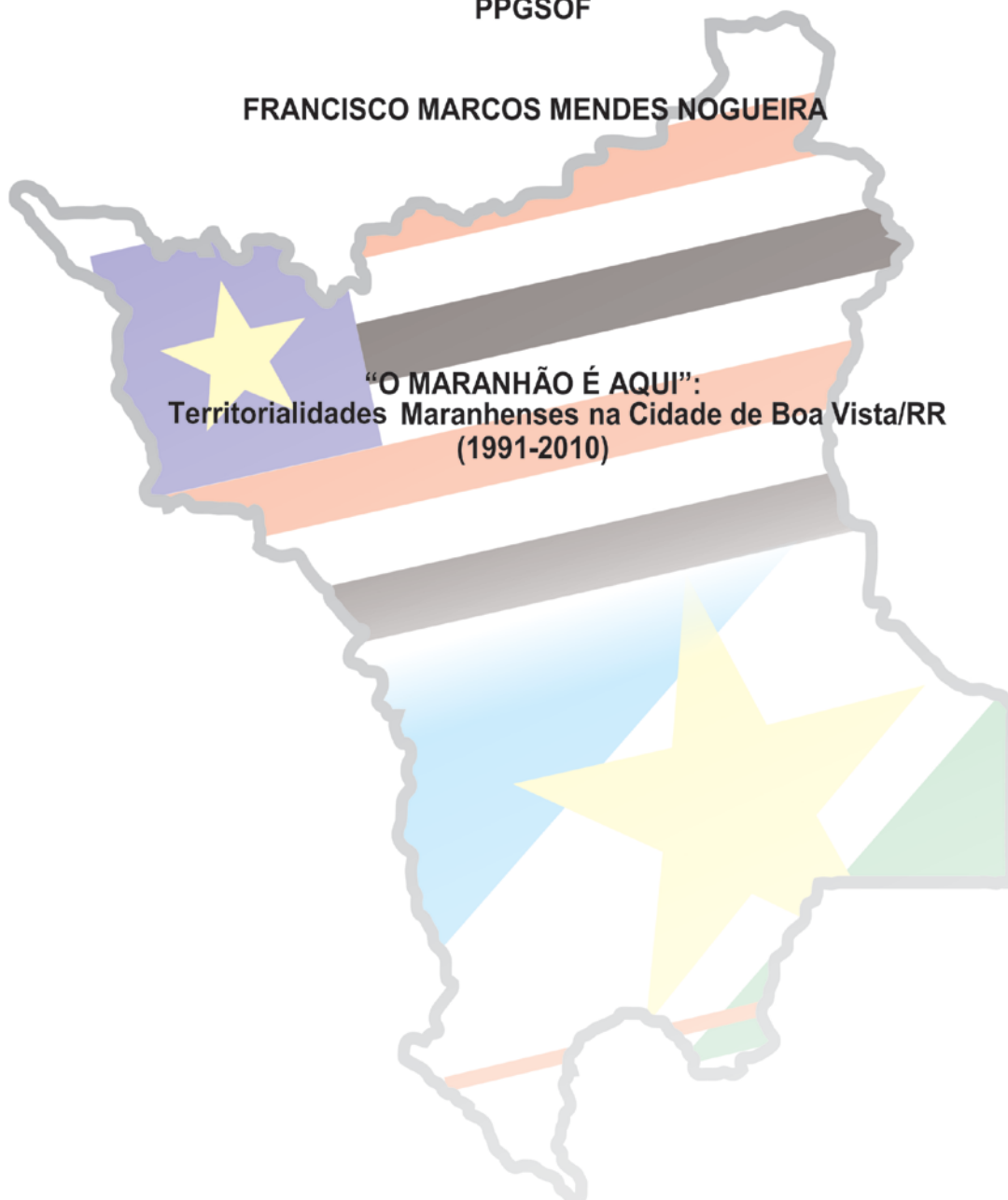




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS
PPGSOF

FRANCISCO MARCOS MENDES NOGUEIRA



Boa Vista/RR
2015

FRANCISCO MARCOS MENDES NOGUEIRA

**“O MARANHÃO É AQUI”:
Territorialidades maranhenses na Cidade de Boa Vista/RR
(1991-2010)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF, da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Fronteiras.

Área de Concentração: Sociedade e Fronteiras na Amazônia. **Linha de pesquisa II** – Fronteiras e Processos Socioculturais.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Tolrino de Rezende Veras.

Co-orientadora: Profª Dra. Carla Monteiro de Souza.

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

N778m Nogueira, Francisco Marcos Mendes.
"O Maranhão é aqui" : territorialidades maranhenses na cidade de Boa Vista/RR (1991-2010) / Francisco Marcos Mendes Nogueira. -- Boa Vista, 2015.
147 f. : il

Orientador: Prof. Dr. Antônio Tolrino de Rezende Veras.
Co-orientadora : Profª. Dra. Carla Monteiro de Souza.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

1 – Des-re-territorialização. 2 – Maranhenses. 3 – Território simbólico cultural. I - Título. II – Veras, Antônio Tolrino de Rezende (orientador).

CDU- 930: 325.11

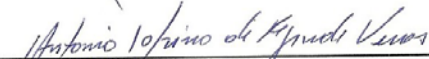
FOLHA DE APROVAÇÃO

FRANCISCO MARCOS MENDES NOGUEIRA

**"O MARANHÃO É AQUI":
Territorialidades maranhenses na Cidade de Boa Vista/RR
(1991-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF da Universidade Federal de Roraima para obtenção do título de Mestre.

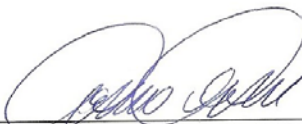
Área de Concentração: Sociedade e Fronteiras na Amazônia. **Linha de pesquisa II** – Fronteiras e Processos Socioculturais.
Aprovado em 16 de março de 2015 e avaliada pela seguinte banca examinadora:



Prof. Dr. Antonio Tolrino de Rezende Veras
Orientador - UFRR



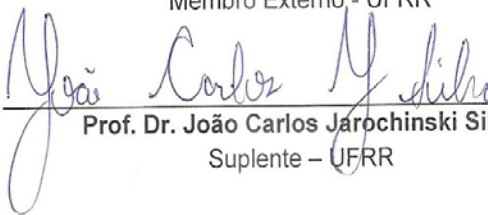
Prof.ª. Dra. Carla Monteiro de Souza
Co-orientadora - UFRR



Prof. Dr. Cláudio Travassos Delicato
Membro Externo - UERR



Prof. Dr. Artur Rosa Filho
Membro Externo - UFRR



Prof. Dr. João Carlos Jarochinski Silva
Suplente – UFRR

Dedico aos professores...

*Dra. Carla Monteiro de Souza e Dr. Antonio
Tolrino de Rezendes Veras...*

"Quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas aquele que vai acompanhado, com certeza vai mais longe." (Clarice Lispector)

In Memoriam

*À minha saudosa mãe, **Maria das Graças Mendes de Almeida** (saudades eternas) que me ensinou que é preciso “viver e não ter a vergonha de ser feliz. Cantar e cantar a beleza de ser um eterno aprendiz...” (Gonzaguinha).*

AGRADECIMENTOS

“A gratidão é o único tesouro dos humildes”

William Shakespeare

À Deus que na sua infinita bondade sempre fez parte da minha vida e da caminhada, em vários momentos senti sua presença amorosa, em particular por meio de palavras e gestos de amigos e amigas que me incentivavam, mesmo quando minha humanidade quis fraquejar ou esmorecer.

Nesse sentido, é preciso reconhecer a presença amiga e companheira de pessoas que ao longo da minha trajetória contribuíram de forma direta e/ou indireta. Sei que é impossível agradecer a todos, por correr o risco de cometer injustiças ou omissões, porém, quero aqui agradecer aqueles e aquelas que estiveram comigo:

Aos migrantes maranhenses que abriram com generosidade suas casas, vidas e, também, o coração, permitindo-me “compreender” por meio de suas narrativas os desejos, as motivações que influenciaram no processo migratório, bem como, a dinâmica da des-re-territorialização, constituindo a cidade de Boa Vista/RR como lócus e ao mesmo tempo, campo fértil no estudo das novas territorialidades.

Aos meus orientadores Prof. Dr. Antonio Tolrino de Rezende Veras (Geógrafo) e a Prof.^a Dra. Carla Monteiro de Souza (Historiadora) que com generosidade, amizade e confiança aceitaram o desafio de caminhar comigo nessa empreitada epistemológica tendo como pano de fundo o estudo da territorialização, construção sociocultural-identitário por meio do território simbólico-cultural, assim, ajudar-me a transpor meus limites teórico-conceitual ao que se refere a produção do conhecimento acadêmico-científico na pós-graduação.

Aos Professores Dr. Cláudio Travassos Delicato e Dr. Rafael da Silva Oliveira (*In Memoriam*) que participaram da qualificação do projeto e ajudaram a delinear o caminho e o formato final dessa Dissertação.

Ao Prof. Dr. Artur Rosa Filho que aceitou o convite para compor a banca de avaliação dessa Dissertação com a morte prematura do Prof. Dr. Rafael.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF, em especial as Professoras Dra. Maria Luiza Fernandes e Dra. Francilene dos Santos Rodrigues.

Ao corpo técnico do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF – Simome Ruiz Lima e a Taiane Larissa Marinho Giocondi, que sempre se mostraram solícitas e prestativas na Secretaria do Programa.

Aos Professores Dr. Alexandre Diniz e Dr. Paulo Rogério, com quem tive a alegria de cursar disciplinas optativas no Programa de Pós-graduação em Geografia – PPG-GEO/UFRR.

Aos meus amigos e amigas do PPGSOF, com quem compartilhei novas conquistas, alegrias, dúvidas e angústias acadêmica-científica.

A Adriana Roseno Monteiro (PPG-GEO) e Vivian Karinne Morais Rodrigues (PPG-GEO) que com generosidade, disposição e dedicação foram presença, ombro e cúmplice no decorrer dessa caminhada, em particular na confecção dos mapas nessa dissertação.

As queridas amigas e parceiras do PROTERR (GEOCIÊNCIAS/UFRR), Raiane Pereira, Simara Brito e Adryellen Souza.

As amigas da Biblioteca da UFRR Shirdoill Batalha de Souza, Marcilene Feio Lima e Jacquicilea Soares de Souza e Ivanir Almeida da Silva (hoje servidora do IFRR).

A Mayra Celina que muito colaborou nos tratamentos das narrativas dessa dissertação.

À Benedita (Bena) amiga, parceira e incentivadora nos vários momentos que vivi no PPGSOF.

Às Professoras Doutoras Célida Socorro Vieira dos Santos (ex-Coordenadora do LEDUCARR/UFRR) e Nilza Pereira de Araújo (Diretora do CEDUC/UFRR).

Às amigas e parceiras Maria Lúcia da Silva Brito, Cláudia Regina de Oliveira, Sandra Grützmacher e Alclézia Nóbrega.

A Maria José (minha querida Majú) presença constante em minha vida.

Aos amigos Claudean Ferreira Lima e Pedro Costa, que muito contribuíram com os resultados dessa dissertação.

Aos meus irmãos de coração e afinidade: Antônio Klinger, Cristiano Souza, Evangelista Siqueira, Raimundo Nonato e Waldemar Moura Vilhena Junior.

Aos amigos e amigas Jacqueline Godoy, Marcia D'Acampora, Carlos Evangelista, Cleumar Pedroso e Consuelem Sarmiento, com quem sempre compartilhei momentos de alegria e diversão.

A minha família biológica, Ranior Almeida Viana, Roni Almeida Viana e Lia Raquel Mendes.

À minha segunda mãe, Josefa Mendes, que sempre me oferece colo, carinho e amizade. Assim como suas filhas, que se tornam minhas irmãs: Sandra, Sâmara e Silvinha.

Ao meu saudoso paizinho, José Alves de Araújo (avô), que com simplicidade e ternura foi capaz de transmitir amor e sabedoria por meio de sua práxis.

Ao Alexsandro Leal Nogueira, amor incondicional.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão financeira no decorrer e execução da pesquisa "O MARANHÃO É AQUI": territorialidades de maranhenses na cidade de Boa Vista (1991-2010).

Aos amigos e amigas que acabei não citando... Muito obrigado!

“A territorialidade significa as relações diárias, momentâneas e processuais, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica para sobreviverem biológica e socialmente. A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas...”

Marcos Aurélio Saquet (2011, p. 87)

RESUMO

A migração para Roraima não é um fenômeno recente, tendo, portanto, diversas fases e/ou ciclos, em particular do Nordeste brasileiro. Dentro dos diversos sujeitos que rumaram para o Extremo Norte do País, Roraima, destaca-se, desde os idos de 1990, a presença dos oriundos do estado do Maranhão. Nesse contexto levam-se em consideração que o ato de migrar impõe rupturas sociais, culturais e “afetivas”, por meio da desterritorialização, as quais podem despertar angústias, dores e incertezas ao migrante, porém, é verdade que no deslocamento migratório, também, ocorre à construção de outras relações territoriais no lugar de destino por meio do processo de re-territorialização. Assim, a presente dissertação visa analisar e compreender a territorialização de maranhenses por meio de sua inserção sociocultural na cidade de Boa Vista/RR, entre os anos de 1991 a 2010. Para tanto, o trabalho adotou o método qualitativo e fenomenológico como perspectiva metódica. Ressalta-se que ambas buscam encontrar o sentido, bem como interpretar os significados que os sujeitos são capazes de atribuir aos fenômenos socioculturais. Para tanto, nos apoiamos na metodologia da História Oral para fins de constituir as fontes orais, assim, foram utilizadas 09 entrevistas, tendo como critério de participação na pesquisa – ser maior de idade, migrante maranhense e que concordassem em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ademais foram utilizados outros instrumentos de investigação, tais como: revisão bibliográfica; pesquisa de campo composta de observação direta, levantamento dos pontos em GPS e registros fotográficos. Nesse sentido, a discussão do trabalho está embasada numa abordagem humanística em que as categorias território e territorialidades perpassam por todo o trabalho, a fim de perceber como os migrantes se apropriam do território simbólico-cultural no lugar de destino, portanto, buscamos mostrar que a apropriação do território (i)material, ocorre de maneira assimétrica por parte dos mesmos, levando em consideração, a existência de múltiplas territorialidades e múltiplas formas de apropriação territorial por parte dos sujeitos.

Palavras-chave: Des-re-territorialização. Maranhenses. Território Simbólico-cultural.

ABSTRACT

Migration to Roraima is not a recent phenomenon, and therefore there are different phases and/or cycles, in particular from the Northeast of Brazil. Within the various subjects who headed to the Northern, Roraima, we stand out, since 1990, the presence of those from the state of Maranhão. In this context we take into consideration that the act of migrating imposes social disruption, cultural and "emotional" by dispossession, which can arouse anxieties, pains and uncertainties to migrant, however, it is true that with migratory displacement also occurs the construction of other territorial relations at destination by means of reterritorialization process. Thus, this dissertation aims to analyze and understand "maranhense" territorialization by their socio-cultural integration in the city of Boa Vista / RR, between the 1991 and 2010. Thus, the study adopted the qualitative and phenomenological method as a methodical perspective. We point out that both seek to make sense and interpret the meanings that the subjects are able to assign to sociocultural phenomena. For this, we rely on the methodology of oral history for purposes of constituting the oral sources, so we used 09 interviews, and as a criterion for participation in the study - to be an adult, "maranhense" migrant and who agreed to sign the Informed Consent and Clear Term. Furthermore we used other instruments for research, such as: literature review; field research consists of direct observation survey of the points in GPS and photographic records. In this sense, the work of the discussion is based on a humanistic approach in that territory and territoriality categories permeate throughout the work in order to understand how migrants appropriate the symbolic-cultural territory at destination, so we try to show that ownership of (im)material territory occurs asymmetrically by the same, taking into account the existence of multiple territories and multiple forms of territorial ownership by the subject.

Keywords: De-re-territorialization. Maranhenses. Symbolic-cultural Territory.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	– Mapa do estado do Maranhão.....	38
FIGURA 2	– Esquema da operacionalização da pesquisa.....	40
FIGURA 3	– Mapa das Mesos e das Microrregiões do estado do Maranhão...	43
FIGURA 4	– Mapa dos Biomas do Estado do Maranhão.....	45
FIGURA 5	– Simultaneidades das dimensões do território.....	56
FIGURA 6	– Esquema relacional entre a subjetividade das experiências e expectativa construídas pelos migrantes a partir do lugar de origem.....	61
FIGURA 7	– Mapa dos limites geográficos e a origem das emancipações municipais.....	69
FIGURA 8	– Roraima apresentada como um pedacinho do Nordeste.....	71
FIGURA 9	– Esquema da comunicação estabelecida através das redes migratórias.....	72
FIGURA 10	– Migrantes em caravanas chegando a Roraima (Charge).....	74
FIGURA 11	– Em Roraima existe o triângulo das Bermudas (Charge).....	76
FIGURA 12	– Chegada de Migrantes na véspera da eleição municipal.....	77
FIGURA 13	– Mapa da rota de migrações entre os estados do Maranhão e Roraima.....	85
FIGURA 14	– Mapeamento das territorialidades maranhenses na cidade de Boa Vista/RR.....	95
FIGURA 15	– Arraial dos Maranhenses (Comunidade Católica São Raimundo Nonato – bairro Santa Luzia).....	114
FIGURA 16	– Material de divulgação do Arraial dos maranhenses, 2013.....	118

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADRO

TABELA 1 – População residente/lugar de nascimento - Maranhão.....	41
TABELA 2 – Residentes e lugar de nascimento entre 1991 e 2010 na Região Norte.....	65
GRÁFICO 1 – Lugar de Nascimento através do Censo de 1991 (Roraima).....	73
GRÁFICO 2 – Lugar de Nascimento através do Censo de 2000 (Roraima).....	75
GRÁFICO 3 – Lugar de Nascimento através do Censo de 2010 (Roraima).....	78
QUADRO 1 – Lugar de nascimento da população na cidade de Boa Vista, RR – 1991, 2000 e 2010 (Boa Vista).....	92

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – Territorialização maranhense, Oficina Bacabal, Jardim Floresta.....	97
FOTO 2 – Fachadas prediais externando a territorialização maranhense na cidade de Boa Vista/RR.....	98
FOTO 3 – Dário dos Santos – proprietário do São Maranhense, Bairro Buritis.	99
FOTO 4 – Distribuidora Central, Bairro Santa Luzia.....	103
FOTO 5 – Alfredo e o Reggae de Radiola com o Trovão do Som	105
FOTO 6 – Chácara do Cabeludo - Bairro Senador Hélio Campos.....	106
FOTO 7 – Rede comunicacional entre o Maranhão de lá com o de cá... Cantor de Reggae de São Luís do Maranhão Ronne Grenn Grupo de Dança de Reggae Saint Louis.....	108
FOTO 8 – Encontro dos maranhenses na cidade de Boa Vista, 2009.....	112
FOTO 9 – Dimensões simbólico-culturais da territorialização no arraial dos maranhenses – Comunidade Católica São Raimundo Nonato.....	116

SUMÁRIO

PRÓLOGO	
EMA'PIA...	
<i>Trilhando conhecimento, estabelecendo conexão conceitual!....</i>	15
TECENDO PALAVRAS...	
<i>Estabelecendo conexões iniciais!.....</i>	19
1. O CONTEXTO DA DES-TERRITORIALIZAÇÃO...	
<i>História, Memórias, Sujeitos e o Maranhão de lá.....</i>	25
1.1 A MEMÓRIA COMO MÉTIER...	
Os lugares da memória e a representação do passado.....	28
1.2 AS ESCOLHAS...	
História Oral e Operacionalização da pesquisa.....	32
1.2.1 Operacionalização da pesquisa.....	37
1.2.2 Os caminhos percorridos.....	41
1.3 CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DO MARANHÃO DE LÁ POR MEIO DO LUGAR DE ORIGEM DOS MIGRANTES MARANHENSES.....	46
2. MIGRAÇÃO E RE-TERRITORIALIZAÇÃO...	
Dimensões territoriais no panorama amazônico e Roraima.....	54
2.1 RORAIMA NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES PARA A REGIÃO AMAZÔNICA SETENTRIONAL.....	62
2.1.1 Roraima e a fronteira do Extremo Norte: Reordenamento político-territorial.....	68
2.2 DE LÁ PRA CÁ... RORAIMA E A MIGRAÇÃO DE MARANHENSES.....	71
2.2.1 Des-re-territorialização por meio do deslocamento migratório.....	79
2.2.2 História, Memórias e polifonia... Construindo histórias, (res)significando experiências migratórias.....	81
2.2.2.1 O papel das redes sociais no deslocamento populacional... Rotas migratórias entre o Maranhão de lá e o de cá.....	84
3. TERRITÓRIO (I)MATERIAL.... “O MARANHÃO É AQUI”:	
Territorialização maranhense na cidade de Boa Vista/RR.....	89
3.1 RE-TERRITORIALIZAÇÃO MARANHENSE NA CIDADE DE BOA VISTA/RR.....	94
3.1.1 Re-territorialização e a dimensão simbólico-econômico- cultural.....	96
3.1.2 “Territórios dentro do Território”.....	110

À GUIA DE NOTAS (IN)CONCLUSAS...	
Finalizando a conversa, sinalizando novas/velhas inquietações!.....	120
REFERÊNCIAS.....	125
ACERVOS E FONTES.....	135
APÊNDICES.....	138
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	138
APÊNDICE B – Cessão Gratuita de Direitos de Entrevista Gravada em Áudio/Vídeo e de Uso de Imagens.....	140
APÊNDICE C – Consentimento de participação da pessoa como sujeito da pesquisa.....	141
ANEXOS.....	142
ANEXO A – Aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa	142
ANEXO B – Cartaz de divulgação do lançamento do 5º DVD TROVÃO DO SOM (Município de Boa Vista – Roraima).....	143
ANEXO C – Grupo de Dança Saint-Louis (São Luís – Maranhão)	143
ANEXO D – Material de divulgação do Arraial dos maranhenses de 2010.....	144
ANEXO E – Material de divulgação do Arraial dos maranhenses de 2011.....	144
ANEXO F – Material de divulgação do Arraial dos maranhenses de 2012.....	145
ANEXO G – Material de divulgação do Arraial dos maranhenses de 2014.....	145
ANEXO H- Bumba meu Boi Douradinho (Município de Mucajaí – Roraima).....	146
ANEXO I- Bumba meu Boi de Alto Alegre – Roraima	146
ANEXO J – Simbolismo utilizado como elemento identitário no Arraial do maranhenses.....	147

PRÓLOGO

EMA'PIA¹ ...

Trilhando conhecimento, estabelecendo conexão conceitual!

Início esse prólogo falando um pouco do que sei e da perspectiva do muito que eu preciso aprender. A produção do conhecimento alicerça-se no serviço intelectual e no serviço “braçal”. Entendo o serviço braçal como o ato de “meter” a mão na massa por meio da pesquisa sistemática, tendo como parâmetro a cientificidade, empiria e a reflexão.

O meu processo formativo na Universidade Federal de Roraima (UFRR), foi através do Curso de História (Bacharel e Licenciatura), em 2007. Concomitante, iniciei o Curso de Licenciatura em Filosofia pela Universidade Estadual de Roraima (UERR). Ainda em 2007, mais precisamente, no primeiro semestre, participei do **Seminário de Direitos Humanos e Refugiados em Roraima e no Brasil**. O referido evento foi promovido pelo Centro Educacional da Consolata (CESC), em parceria com o Centro de Migrações e Direitos Humanos (CMDH), ambos ligados à Diocese de Roraima. E segundo semestre, participei como ouvinte e colaborador, no V Encontro de História Oral da Região Norte, o qual teve a seguinte temática: **“Culturas e Múltiplas Narrativas”**, o evento foi realizado pela Regional Norte da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), em parceria com o departamento de História da UFRR; graças a esse encontro, que tomei contato com a metodologia da História Oral (HO) e com diferentes pesquisadores, que outrora eu só tinha ouvido falar ou lido, ainda que de forma tímida e exploratória.

O contato com a História e também com as suas “crises” existenciais – História ciência ou disciplina? – fizeram com que eu me descobrisse cada vez mais como historiador, fizeram com que eu optasse pelo Curso de História e por trabalhar na construção de uma identidade enquanto historiador – professor-pesquisador – já que a minha formação era integrada por meio da pesquisa (Bacharel) e da docência (Licenciatura). Assim, busquei estabelecer um diálogo, ainda que inicial, com outros pesquisadores e com outros centros de pesquisas.

¹ Ema'pia na Língua Macuxi significa “Trilhas do conhecimento”

Em 2008, estava cada vez mais envolvido com o processo formativo do Curso de História, por meio de pesquisa e participação em eventos, sendo nacional, regional ou local, buscando conhecer o campo da História Cultural. Conseqüentemente, participei ainda como ouvinte, no **IV Simpósio Nacional de História Cultural – “Sensibilidades e Sociabilidade”**, na cidade de Goiânia, em Goiás. No mesmo ano participei do **Seminário – Migrações na Amazônia**, atividade promovida pelo Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (GEMA/UFAM).

A participação nesses eventos fora conduzindo o meu desejo de querer trabalhar através do processo migratório vivenciado em Roraima, em particular a partir da década de 1980, com os elementos constitutivos História e Memória. Mister destacar que a motivação por essa temática teve como véis elementos subjetivos, visto que, eu, também, sou um migrante maranhense. Neste prisma, a metodologia da HO se apresentou muito atraente na busca por analisar e compreender épocas e acontecimentos, tendo como sujeitos os próprios narradores, os quais apresentam suas visões do passado.

Motivado pelas participações nos eventos, cada vez mais me envolvia com as temáticas – História, Memória e Migração. Dentre os eventos que participei, destaco os envolvidos com as temáticas supra mencionadas, a saber: **Colóquio Nacional Poéticas do Imaginário: literatura, história e memória**, o qual apresentamos o trabalho “Fotografia: fragmentos da realidade e da subjetividade gravados na memória”. O referido evento foi uma promoção da Catedral Amazonense de Estudos Literários, da Universidade Estadual do Amazonas; **61ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)** foi apresentado o trabalho intitulado “Quem é filho do Norte é neto do Nordeste?” – a presença de nordestinos em Roraima: ontem e hoje, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM); e, o **VI Encontro Regional Norte de História Oral: oralidades, meio ambiente e Amazônia**, nele discutimos “Roraima terra de migrantes: memória de migrantes nordestinos a partir da década de 1970”, na Universidade Federal do Pará (UFPA).

No ano seguinte, 2010, foi só a confirmação e a consolidação do interesse pela temática. A partir desse momento, o foco estava mais que calibrado, ou seja, foi esse o caminho que decidi percorrer. Para tanto, a participação e o reforço com os

diálogos com outros pesquisadores foram fundamentais no amadurecimento e na consistência da pesquisa. Nesse sentido, a participação no **X Encontro Nacional de História Oral** que teve como temática “testemunhos: história e política”, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e no **V Simpósio Nacional de História Cultural**, tiveram como contexto o aniversário de Brasília, 50 anos, e como temática: ler e ver: paisagens subjetivas e paisagens sociais, na Universidade de Brasília (UnB).

Ressalta-se que as participações eram concebidas como complementariedade na formação acadêmica, pois, as mesmas tinham como contexto a troca de saberes e a socialização. Conseqüentemente, acredita-se que essas participações serviram como molas propulsoras do desejo e da perspectiva de crescimento profissional, intelectual e pessoal. Assim, em 2011, sob a orientação da Profa. Dra. Carla Monteiro de Souza, apresentei o trabalho monográfico “**O lugar e a Utopia: história e memória de migrantes nordestinos (1980 a 1991)**”, que teve como foco as narrativas de migrantes oriundos do Maranhão, Ceará e Piauí.

A presente dissertação é fruto desse percurso formativo e no interesse que tenho na HO, tendo como pano de fundo a migração. Nesse caso, os oriundos do Maranhão. O título desse Prólogo “um maranhense (re)descobre o Maranhão de cá a partir do Maranhão de lá”, é proposital, visto que os fragmentos de memória que tenho do ou sobre o Maranhão advém das memórias ouvidas de meus familiares, ou seja, a “memória por tabela”. Ademais, também, foi que a pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) – Territorialidades maranhenses na cidade de Boa Vista/RR, tendo como orientador o Geógrafo Prof. Dr. Antonio Tolrino de Rezendes Veras e a co-orientação a Profª Dra. Carla Monteiro de Souza que estabeleceu um diálogo Geo-histórico que permitiu compreender o processo e a dinâmica da des-re-territorialização dos migrantes maranhenses que se territorializam na cidade de Boa Vista.

Segundo Haesbaert (2012) o homem tem uma necessidade territorial, essa necessidade apresenta-se como um “recurso básico”. Nesse sentido, o homem está inserido dentro do contexto territorial. Conseqüentemente, o homem é objeto e sujeito das ciências sociais, logo há diferentes perspectivas de estudos da des-re-territorialização que, não necessariamente, seja geográfica.

Contudo, o estudo da inserção dos maranhenses em Boa Vista, nos conduziu para a necessidade de entender o conceito geográfico de território, pois a territorialização que buscamos trabalhar é a humana, para tanto, houve a necessidade de ampliar os horizontes e o estudo conceitual, visto que, há uma polissemia de concepções sobre território, bem como uma definição sobre territorialização e seus derivados – des-re-territorialização.

Em 2013 o **I Seminário de Pensamento Geográfico da UFRR**, promovido pelo Laboratório de Ensino de Geografia (LEGEO) e a participação na **Cartografia dos maranhenses no Bairro Santa Luzia, Boa Vista/RR**, possibilitou perceber a desterritorialização para além das perdas identitárias ou territoriais, visto que, o território não é uno ou imutável. Na dinâmica territorial a todo instante o migrante des-re-territorializar, pois o todos os territórios tem a capacidade de ser em si a base material e a imaterial, em especial por meio do território simbólico-cultural.

O ano de 2014 foi de sistematização e, penso, de consolidação da pesquisa. A sistematização deu-se por meio da reflexão e escrita da dissertação. Ao mesmo tempo a consolidação ocorreu com a divulgação de resultados, ainda que parciais, da pesquisa em eventos nacionais e locais, por exemplo, no **XII Encontro Nacional de História Oral – Política, Ética e Conhecimento**, o qual apresentamos “Notas sobre territorialidades e cultura maranhense na cidade de Boa Vista/RR, entre 1991 a 2010”. O evento ocorreu na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Ainda na mesma instituição, foi proferida a palestra **“A (re)produção das territorialidades nordestinas no extremo norte do País: o caso dos maranhenses em Boa Vista – Roraima”**, junto ao Programa de Pós-graduação de Geografia (PPG-Geografia/UFPI).

Por fim, essa breve narrativa, escrita em primeira pessoa, possibilitou refletir o caminho percorrido até esse momento. A mesma teve como finalidade dizer que este migrante maranhense, hoje, compreende que todas as territorialidades são acumuladas e que não existe perda de raiz com a desterritorialização e oportunidades de reconstrução de novas territorialidades base de múltiplas e concomitantes, pois, “decretar uma desterritorialização ‘absoluta’ ou o ‘fim dos territórios’ seria paradoxal” (HAESBAERT, 2012, p. 20).

TECENDO PALAVRAS...

Estabelecendo conexões iniciais!

“O objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade”.

Marc Bloch (2001, p. 54)

A produção intelectual de uma dissertação é o resultado de uma problematização e de muitas inquietações, observações e reflexões que acabam por fazer parte da trajetória do pesquisador ao longo do processo formativo. A insistência do objeto de pesquisa centrar nos homens localizados no tempo, como frisou Marc Bloch na epigrafe acima, parte da noção de que na pesquisa eles são os sujeitos sociais. Decerto, “o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como lugar de sua inteligibilidade” (BLOCH, 2001, p. 55).

Os fenômenos sociais partem da própria realidade concreta que é ao mesmo tempo viva e complexa. No livro *Apologia a História*, Marc Bloch enfatiza que “a história não é uma relojoaria ou uma marcenaria. É um esforço para conhecer melhor: por conseguinte, uma coisa em movimento” (BLOCH, 2001, p. 46). Nesse esforço de compreensão, hodiernamente, faz-se necessário estabelecer diálogos e conexões com outras ciências, no nosso caso, a Geografia, visto que, os conceitos balizarem dessa dissertação é o Território e as Territorialidades, incluindo suas variações conceituais – *des-re-territorialização*.

Essa conexão inicial é feita de forma proposital, pois como afirma Michael de Certeau (2011, p. 47) “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural”. O lugar social, portanto, é para o pesquisador campo fértil e é ao mesmo tempo espaço de luta em torno do que será pesquisado. O autor advoga que para isso, “tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira (...) na realidade, ela consiste em produzir tais documentos”.

Posto isso, leva-se em consideração que a migração para Roraima não é um fenômeno recente, tendo, portanto, diversas fases e/ou ciclos, em particular as vinculadas ao Nordeste brasileiro. Dentre os diversos sujeitos que rumaram para o Extremo Norte do País, Roraima, destacam-se, desde os idos de 1990, os procedentes do estado do Maranhão. Nesse contexto é preciso levar em consideração que o ato de migrar impõe rupturas sociais, culturais e “afetivas” por meio da desterritorialização, as quais podem despertar angústias, dores e incertezas ao migrante, porém, é verdade que no deslocamento migratório, também, ocorre a construção de outras relações territoriais no lugar de destino através do processo de re-territorialização.

Haesbaert (2012, p. 20) salienta que “não há como definir os indivíduos, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’”. Nessa perspectiva o autor reforça que há uma redescoberta pelas ciências sociais do conceito de território em vista de compreender o “fenômeno” da desterritorialização, ou o que, aqui nesse trabalho apresentamos por meio de uma perspectiva de deslocamento migratório.

Ressalta-se que a nossa compreensão de desterritorialidade não passa, necessariamente, pelo desenraizamento territorial ou identitário, ao contrário, entendemos que, a des-re-territorialização é um processo concomitante, no qual o indivíduo é capaz de acumular experiências territoriais, assim, possibilitando criar, “destruir” e reconstruir novas territorialidades, em especial as simbólicas-culturais pelo viés da (i)materialidade do território.

Assim, a presente dissertação teve como questão problema: de que forma os migrantes maranhenses (re)significam a territorialização simbólica-cultural por meio da produção de novas territorialidades no lugar de destino, Boa Vista, Roraima?. A fim de dar possíveis resposta a questão problema, o trabalho teve, portanto, como objetivo central: analisar e compreender a territorialização de maranhenses por meio de sua inserção sociocultural na cidade de Boa Vista/RR, entre os anos de 1991 e 2010.

Destaca-se que o interesse pelo tema “territorialidades maranhenses”, surgiu a partir do contato com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, mais especificamente no subprojeto “*Cartografia dos maranhenses no Bairro Santa Luzia, Boa Vista/Roraima*”. O subprojeto colocou-nos em contato de forma direta com

diversos sujeitos maranhenses. Outra motivação inicial foi à participação no Arraial dos Maranhenses, intitulado “O Maranhão é aqui”, que ocorre anualmente desde 2010, na Comunidade Católica São Raimundo Nonato, bairro Santa Luzia – Boa Vista/RR.

Diante do exposto, tomou-se como o lócus da pesquisa a Cidade de Boa Vista/RR. O recorte espacial deu-se, primeiro, por Boa Vista, concentrar o maior contingente de migrantes oriundos do estado Maranhão. Este incremento influenciou o reordenamento espacial de Roraima e, conseqüentemente, da cidade de Boa Vista.

O balizamento temporal da presente pesquisa situa-se entre os anos de 1991 e 2010, que abrange dois períodos censitários. O ano inicial justifica-se a partir da periodização proposta por Rodrigues² (2008), segundo a qual este encerraria a terceira fase do processo de ocupação de Roraima. Nesse sentido, é possível aventar que o ano de 1991 dá início a uma quarta fase na ocupação territorial, agora na condição de estado. Vale destacar que, até o início dos anos de 1990, o estado de Roraima contava com uma população de cerca de 217 mil habitantes, ao passo que, a partir de 2010 a população já ultrapassou os 450 mil habitantes, sendo que, a malha urbana de Boa Vista contava com uma população superior a 277 mil habitantes (IBGE, 1991; 2010).

Nesse sentido, o recorte espacial da pesquisa se “limitará” à cidade de Boa Vista, tendo, portanto, como sujeitos da/na pesquisa os migrantes oriundos do estado do Maranhão residentes na cidade, não importando a sua condição social. Importante ressaltar que usamos o termo limitar não como uma camisa de força para a pesquisa, haja vista que estudos anteriores demonstraram que há migrantes que residem na cidade de Boa Vista, mas que mantém vínculo com o seus lotes no interior, isto é, tem moradia também em outro município dentro do estado de Roraima.

Ainda sobre o recorte espacial, toma-se a cidade como uma construção humana e ao mesmo tempo um produto sociocultural, a qual é capaz de apresentar diferentes formas de ocupação, produção e representação por meio da territorialização. Segundo Veras (2012), estas formas dentro do contexto migratório

² Essa periodização pode ser conferida no segundo capítulo dessa dissertação.

são capazes de testemunhar a produção do espaço urbano. Neste aspecto, o autor acrescenta que o “processo de produção do espaço urbano de Boa Vista é decorrente de um conjunto de relações executadas por meio de formas e funções que se articulam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente” (VERAS, 2012, p.127).

No caso da Cidade de Boa Vista se deu e se dá a partir dos “fenômenos” migratórios, em contextos sócios históricos específicos. Nesse sentido, a discussão do trabalho está embasada na nova abordagem Humanística da Geografia numa perspectiva em que a categoria território e territorialidade perpassa todo o trabalho a fim de perceber como o migrante se apropria do território simbólico-cultural no lugar de destino, portanto, buscamos mostrar que a apropriação do território (i)material ocorre de maneira assimétrica por parte dos migrantes, levando em consideração a existência de múltiplas territorialidades e múltiplas formas de apropriação territorial.

No campo metodológico, o aporte deu-se por intermédio da pesquisa qualitativa e fenomenológica, visto que elas buscam privilegiar analisar micros processos, através dos estudos das ações socioculturais tanto de forma individual como coletiva. Chizzotti (2006, p. 26) reconhece que as pesquisas qualitativas não têm um padrão uniforme. O autor disserta, ainda, “a pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar” (2006, p. 28), levando em consideração que, “a realidade é fluente e contraditória”. Assim, a pesquisa qualitativa abriga e atrai diferentes tendências.

Chizzoti (2003, p.221) salienta que a pesquisa tendo por base a qualificação, “implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados”. Nesse contexto, a modalidade fenomenológica, estar alicerçada nos fenômenos sociais e culturais em que os sujeitos estão inseridos, para tanto, aqui tomamos a dimensão do território vivido e percebido. Destaca-se que, a análise fenomenológica não se limita ou encerra na descrição do subjetivo por parte do pesquisador.

Nela há uma mediação dos sentidos que os sujeitos atribuem por meio da mediação da linguagem. Conseqüentemente, elegem-se nessa dissertação, como principais fontes as produzidas por meio da história oral, portanto, o método qualitativo e fenomenológico tem como característica a singularidade e não as generalizações. Mister destacar que esse aporte metodológico possibilita abordar

qualitativamente os dados demográficos e estatísticos obtidos juntos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ademais utilizamos outros instrumentos de investigação, tais como: revisão bibliográfica e documental; pesquisa de campo composta de observação direta, levantamento dos pontos em GPS e registros fotográficos.

Posto isso, a dissertação está dividida em três capítulos, os quais estão distribuídos por eixos temáticos que se interligam entre si. No primeiro capítulo apresentamos “**O CONTEXTO DAS TERRITORIALIDADES...**” tendo como recorte a história, as memórias, os sujeitos e o maranhão de lá. Para tanto, leva-se em consideração os meandros da memória como fonte de pesquisa histórica pela qual os sujeitos narram a si e as visões do passado experienciado, visto que, as lembranças do passado ocorrem pelo ato *mnemônico* (RICOEUR, 2007).

A memória é sempre presente – ela é interpretativa e subjetiva –. A interpretação constitui-se na capacidade de significar o ato narrado e a subjetividade, é uma “característica indestrutível dos seres humanos” (PORTELLI, 1996, p. 61). Nesse caso, a HO apresenta-se como uma mediação na constituição das fontes orais, as quais não narram só o tempo histórico, mas desencadeiam polifonias por meio dos fragmentos do passado, bem como impressões e caracterizações histórica e geográfica do território de lá. O contexto das territorialidades não só faz conhecer o Maranhão de lá como faz perceber os pontos de continuidade e descontinuidade que há relação territorial por parte do migrante.

Depois de contextualizar as territorialidades a partir do Maranhão de lá, no segundo capítulo discutimos “**MIGRAÇÃO E TERRITORIALIDADES... Dimensões territoriais no panorama amazônico e Roraima**”, ou seja, a mobilidade existente de *lá pra cá*. Nesse caso, situar Roraima na rota das migrações dentro do contexto Amazônico, permite processar as dimensões territoriais engendradas no processo migratório, tais como: político, econômico e sociocultural.

Para tanto, estabeleceu-se um diálogo e um percurso Geo-histórico a partir dos conceitos de migração e território, tendo em vista que no processo migratório existem diversas vertentes e facetas. Essa relação entre História e Geografia permite perceber os fatores, os desejos e as motivações que influenciaram a migração de maranhenses para a cidade de Boa Vista/RR entre os anos de 1991 e 2010. Além do que, com base nas narrativas dos sujeitos participantes nessa

dissertação, foi possível estabelecer duas rotas migratórias, isto é, os que partem por conta própria e os que necessitam das redes de sociabilidade e/ou solidariedade.

Essas redes são capazes de custear as passagens e as hospedagens no lugar de destino, atenuando, assim, as dificuldades socioeconômicas. Outro aspecto nesse diálogo, a intenção de partir ocorre dentro do contexto da insatisfação do lugar de origem com a expectativa construída a partir do lugar de destino. Nesse meandro existe uma relação estreita entre os elementos subjetivos e objetivos, pois embora a decisão de sair seja subjetiva, nela há um forte apelo objetivo.

No terceiro capítulo apresentamos o “**TERRITÓRIO (I)MATERIAL.... ‘O MARANHÃO É AQUI’**”, ou seja, o presente capítulo busca identificar a territorialização maranhense na cidade de Boa Vista; e, analisar a inserção territorial maranhense na cidade de Boa Vista por meio do processo de re-territorialização. Para tanto, toma-se as dimensões material e simbólico-cultural do território, haja vista que, a territorialização pode ser compreendida a partir de múltiplas formas, seja na sua construção e/ou apropriação por meio de ações concreta e/ou simbólica.

Nesse sentido, a apropriação perpassa a dimensão (i)material do território, o que significa dizer que há diferentes formas de perceber e apreender a territorialização por parte dos migrantes maranhenses na cidade de Boa Vista. Mister dizer que, os territórios são múltiplos e com múltiplas funcionalidades, possibilitando existência de “territórios dentro do território”. Essa dinâmica sociocultural-territorial faz-se perceber na relação dialógica existente entre o Maranhão de cá com o de lá.

Por fim, **A GUIA DE NOTAS (IN)CONCLUSAS...** encerrando a conversa, sinalizamos novas/velhas inquietações! Buscamos configurar que a apropriação territorial por meio das territorializações dos migrantes ocorre de forma individual e não necessariamente coletiva. Isso não implica dizer que não haja uma tentativa de organização social em vista de construir uma identidade maranhense por meio dos elementos culturais. As narrativas aventam que há uma territorialização e esta por sua vez, muitas vezes, se dar de forma consciente, pois, o conceito de apropriação territorial é visto muito mais pelos laços que unem a terra natal ao lugar de destino.

1. O CONTEXTO DA DES-TERRITORIALIZAÇÃO...

História, Memórias, Sujeitos e o Maranhão de lá

“A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias”.

Alessandro Portelli (1996, p. 66)

A dinâmica demográfica e as migrações podem ser trabalhadas por diferentes perspectivas teórico-metodológicas que vão desde a mensuração populacional, a relação da força de trabalho como determinismo na hora de migrar, lugares de atração-expulsão até os meandros da subjetividade através dos desejos e das motivações que influenciam na hora de decidir entre o partir ou o ficar. Nesse sentido, merece consideração, no estudo migratório de maranhenses para a Cidade de Boa Vista, não só a mobilidade territorial, mas como se dá o processo de apropriação e manifestação das territorialidades no lugar de destino.

Assim, o presente capítulo discute a contribuição das fontes orais no estudo das territorialidades e da resignificação do ser migrante *no* e *do* processo migratório, para tanto, toma-se como pano de fundo a tríade história, memória e narrativa oral. Essa questão se faz necessário pela própria dinâmica da metodologia da história oral, a qual tem no pesquisador e no sujeito “pesquisado” o cruzamento de uma “entrevista”. Registra-se que na utilização das fontes orais não se excluem outras fontes, configurando-se num mosaico de informações e de possibilidades representativas.

As fontes escritas e orais têm características em comum e, ao mesmo tempo, autônomas. Elas somadas podem servir de complementaridade e/ou podem preencher lacunas que só elas têm a “capacidade” de preencher (PORTELLI, 1997, p. 26). Esse diálogo entre fontes orais e escritas possibilita-nos perceber caminhos percorridos. As fontes históricas são portadoras de significados, significantes e de impressões sociais. Nesse caso, tanto a fonte oral como a impressa não é inócua.

Elas trazem no seu bojo um arcabouço desde a sua constituição. Veloso (2005) aponta que: as fontes escritas, na maioria das vezes, são constituídas por documentos, enquanto as fontes orais, “são atos”.

Nesse sentido, a utilização da história oral serve como mecanismo de perceber as diferentes visões e contradições que são estabelecidas no campo social, cultural e territorial. Alberti (2008, p. 167) reforça que “o trabalho com a história oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de continua negociação”. Essa negociação é alicerçada nas experiências pessoais e de grupo tendo como mediação a questão identitária, fato que coloca à tona diferentes histórias e memórias.

Alberti (2008) reforça que a entrevista em história oral registra o resíduo da ação, seja ela interativa ou específica. Interativa porque a mesma ocorre a partir de uma comunicação estabelecida entre pesquisador e entrevistado. A específica se constitui por meio da interpretação do passado, passado este conferido através do resíduo de uma ação, ou seja, o narrador é o sujeito da ação narrada e sua ação tem valor porque ele é único e singular. A autora reforça que “ao contar suas experiências, o entrevistado transforma o que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido” (ALBERTI, 2008, p. 171).

Nesse sentido, é possível inferir que a narrativa oral só toma forma num contexto de encontro pessoal. O mesmo é estabelecido e construído na pesquisa de campo. Souza (1997, p. 60) destaca as etapas da pesquisa que se constituem a partir da “localização dos entrevistados, a realização da entrevista, incluindo a transcrição, e a etapa da abordagem e incorporação como fonte”. A autora lembra que “a realização da entrevista exige muito do pesquisador, não só no aspecto material - deslocamentos, equipamentos etc. -, mas fundamentalmente do ponto de vista psicológico/afetivo”.

A questão psicológica e afetiva se dá em virtude da “entrevista” estabelecer uma “troca de olhares”, tendo como mediadores diferentes atores em diálogos e perspectivas (PORTELLI, 2010, p. 19). O encontro dessas duas vistas, portanto, resulta num produto final a partir de dois sujeitos – narrador e pesquisador. Portelli reforça que as fontes orais não são um fim em si mesmo, mas uma mediação na

construção de conhecimentos. Desse modo, as “fontes orais são fontes orais” (PORTELLI, 1997, p. 36).

A narrativa tem uma relação direta com a memória e a intencionalidade do sujeito em caracterizar-se, por exemplo, no caso dos migrantes, a representação da trajetória migratória como a questão da des-re-territorialização³. Nesse caso, a representação de si e do processo migratório se dá através do tempo narrativo no contexto do discurso multivocal, o tempo “torna-se bem mais fugidio: a combinação de estruturas cíclicas e lineares dá lugar ao livre fluxo de associações acrônicas, determinado pelos procedimentos analógicos e pelos objetivos dos narradores e narratários em diálogos” (PORTELLI, 2010, p. 27-28).

Por esta razão, “as histórias narradas ameilham vozes revividas e constelações de imagens, enredando os fios da existência” (FERREIRA; GROSSI, 2004, p. 42). A memória é capaz de estabelecer a ponte necessária, entre a experiência migratória e os sentidos que cada narrador é capaz de atribuir e/ou estabelecer a partir da sua experiência migratória. Nessa perspectiva, coadunamos com Ferreira e Grossi (2004, p. 44) quando afirmam que o sentido que o narrador dá, não visa reproduzir o acontecido, porém, “construir o vivido através das palavras, imagens, discursos”. Essa capacidade confere ao sujeito narrador “o poder de dizer, dizer-se, dizer-nos, o poder de resistir em sua singularidade, procurando apenas uma abertura dialógica” (FERREIRA; GROSSI, 2004, p. 44).

Essa abertura dialógica por parte do narrador faz sobressair as singularidades e estas são ordenadas por meio da narrativa oral. A narrativa é uma construção do discurso estabelecida pelo narrador, a qual “apresenta uma trama e um enredo próprio”. Assim, a memória é objeto de interesse na construção desse discurso narrativo, pois, “a história oral é uma ciência e arte do indivíduo” (PORTELLI, 1997, p. 16). Arte e ciência do indivíduo entendida como a capacidade que o sujeito tem em estabelecer as versões do passado através de suas narrativas. Seguindo essa linha de raciocínio, o passado não é algo dado, pronto e/ou acabado.

Em torno desse passado há diferentes interesses e tensões, erigindo elementos de continuidade e de descontinuidade, visto que a memória é seletiva.

³ A questão da de-re-territorialização não pode ser compreendida como algo compartimentado, no qual um ocorre posterior ao outro, mas sua compreensão precisa se dá como elemento contínuo, sentido, o tema será mais bem trabalhado no próximo capítulo.

Ademais, ela é um processo e uma construção social, destacando elementos do coletivo, social e individual. Entretanto, Portelli (1997, p. 16) salienta que, “a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados”. As memórias não são homogêneas, elas se apresentam em perspectiva de “harmonia”, “contradição” e/ou “sobrepostas”.

As fontes orais, então, são aqui concebidas como um tecido, no qual, “as narrativas coletadas são como uma trama muito bem tecida, cujo mote é o presente vivido (...)” (SOUZA, 2006, p. 32). Por meio da memória, é possível “reconstruir” e compreender a realidade sócio-histórica vivenciada pelo narrador, pois uma das funções da memória é ligar o passado e o presente, visto que, a memória é um elemento precioso na tentativa de “abater o esquecimento”, bem como na valorização da vida vivida (MEYER, 2009, p. 35). Cada narrador ressignifica os elementos *mnemônicos*, estabelecendo conexões, a partir dos relatos orais, entre os elementos vividos e os concebidos através da subjetividade do narrador.

1.1 A MEMÓRIA COMO *MÉTIER*...

Os lugares da memória e a representação do passado

No livro “*A memória, a história, o esquecimento*”, Paul Ricoeur (2007, p. 23) questiona – de que há lembranças? De quem é a memória? Segundo o autor, estas questões alicerçam-se no “espírito husserliano”, na qual se reveste que toda lembrança parte da perspectiva de alguma coisa. Numa concepção filosófica, a experiência *mnemônica* parte do sujeito que lembra, isto é, o “quem” ao invés do “que”. Aqui entra em questão a memória coletiva e memória individual. Ricoeur chama a primeira de questão “pragmática⁴” e a segunda de “cognitivo”.

Nesse embate, em torno da memória coletiva e da memória individual, há os que defendem o predomínio da primeira sobre a segunda, sem negar o processo *mnemônico* individualizado, contudo, a ênfase seria dada ao processo coletivo.

⁴ Grosso modo a **pragmática** numa concepção filosófica toma como critério nas análises o valor prático, isto é, os aspectos objetivos das coisas e **cognitivo** remete a um processo complexo que envolve diferentes fatores e, também, liga-se, ao processo de aquisição de conhecimento

Halbwachs (2006, p. 29-30) advoga que, embora as circunstâncias da memória sejam pessoais, em conjunto é possível “pensar e recordar” de forma coletiva. Por essa razão, segundo o autor, “os fatos passados assumem importância maior e acreditamos revivê-los com maior intensidade, por que não estamos mais sós ao representá-lo para nós”.

A memória individual e a memória coletiva estariam em constante estado de encontros e desencontros, visto que, *a priori*, “a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa” (POLLAK, 1992, p. 201). Nesse caso, faz-se necessário levar em consideração os elementos que constituem a memória, seja ela individual ou coletiva. Pollak descreve que esses elementos se baseiam nos acontecimentos que são vividos pessoalmente ou os que são “vividos por tabela”. Ademais, a construção da memória se dá a partir de pessoas e/ou dos personagens; e dos lugares da memória.

Assim, a memória caminha por nuances *mnemônicas*, isto é, o sujeito pode apresentar lembranças de fatos vivenciados a partir da sua própria experiência, ao passo que, outras podem ser construídas por tabela, os quais estão balizados por meio da memória coletiva e/ou social, por exemplo, as memórias dos migrantes maranhenses, podem trazer à tona elementos de continuidade e descontinuidade, nos quais o narrador deixa sobressair à subjetivação a partir das experiências de outros migrantes. Pollak (1992, p. 201), ressalta que esse fenômeno se dá porque há uma “socialização” da memória, na qual é capaz de ocorrer “um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado”. Essa projeção ou identificação por meio da socialização é capaz de constituir quase que uma memória herdada.

Vale registrar que esse fenômeno não é inócuo, nele existem elementos de identificação e/ou de pertencimento do sujeito com o grupo social. O imaginário do grupo social possibilita a “apreensão” dessa memória coletiva por parte do sujeito *mnemônico*. O outro elemento destacado por Pollak (1992) é que as memórias são construídas e são constituídas por pessoas. É a pessoa que seleciona o que será ou não guardado na e pela memória. Nem tudo fica gravado e nem tudo fica registrado (POLLAK, 1992, p. 203). A compreensão dessa seletividade, por parte do narrador, exige considerar que a memória antes de ser um fenômeno *mnemônico*, é “um fenômeno construído” (POLLAK, 1992, p. 203). É por meio dessa compreensão que

poderemos visualizar a base que sustenta a identificação ou o sentimento de pertencimento por parte do narrador. Retomando a memória por tabela, o autor disserta que, as personagens não precisam ter ocupado necessariamente o mesmo espaço-temporal para ter memória do fato vivido.

Dentro dos elementos constitutivos da memória Pollak (1992) e Pierre Nora (1993) destacam a existência dos lugares da memória. Para Pollak, esses lugares remetem a uma lembrança. As lembranças podem apoiar-se na lembrança pessoal ou nos marcos cronológicos. Segundo Nora, só existe a necessidade dos lugares das memórias porque há uma estreita relação entre história e memória. Assim, Nora (1993, p. 8) ressalta que “se habitássemos ainda nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”. Existe essa necessidade porque o passado já não nos pertence mais, o que existe, na verdade, são as memórias desse passado, sejam elas coletivas ou individuais.

Para tanto, mister distinguir os conceitos de memória e de história. Nora (1993) reforça a ideia que história e memória não são sinônimos. Para o autor, a memória remete à vida. A vida experienciada por grupos vivos, nos quais a memória está sujeita a “dialética da lembrança e do esquecimento”. Deste modo, o ato de lembrar, assim como o esquecimento faz parte das duas faces da mesma moeda. A memória não está presa ao passado, ela é “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” (NORA, 1993, p. 9).

Nessa relação presente-passado e passado-presente destacam as singularidades da memória, por isso, segundo Nora (1993, p. 9), a memória não pode ser vista a partir de uniformização, mas precisa ser compreendida como “múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”. Esse caleidoscópio reforça, ainda mais, o conceito de memória como algo singular e plural. Ainda para o autor “o que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é possível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar” (NORA, p. 15).

Ainda sobre a questão da memória, Le Goff (2003, p. 525) reforça que, o que sobrevive não é um conjunto daquilo que existiu, mas uma escolha deliberada e efetuada a partir de forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade. Existe, uma necessidade de se constituir uma memória, tanto individual como coletiva, visto que ambas, história e memória, remetem a ligação a

um passado e a segunda à ontologia. Nesta última questão, retorna-se ao pensamento de Nora (1993), se a memória constitui-se numa necessidade ontológica do ser, a história é a “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p. 9).

Nora (1993, p. 9) esclarece que a história só faz sentido para as relações de continuidade temporais, bem como as revoluções e as relações que são estabelecidas tendo a temporalidade como mediação. Contudo, o autor ressalta que, “a história é deslegitimação [sic] do passado vivido”, visto que ela é uma representação do que já passou e que se liga ao presente por força da construção da memória. Até aqui, buscou-se discutir os conceitos de história e memória, numa tentativa de compreendê-las, não como sinônimos, mas a partir de uma relação de complementaridade e interação no estudo do processo de territorialização dos migrantes maranhenses na cidade de Boa Vista/RR entre 1991 a 2010.

Segundo Ricoeur (2007, p. 40), “se podemos acusar a memória de se mostrar pouco confiável, é precisamente porque ela é o nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo que declaramos lembrar”. Nesse sentido, há em torno da memória, uma disputa do que deve ser lembrado, visto que ela se constitui num elemento *a posteriori*. A memória não se resume somente ao conjunto de lembranças, pode-se inferir que a propriedade da memória é justamente a de conservar certas informações, “a memória oral também tem seus desvios, seus preconceitos, sua inautenticidade (...)” (BOSI, 2003, p. 18). Por conseguinte, o “papel da consciência, quando solicitada a deliberar, é, sobretudo o de colher e escolher, dentro do próprio processo psíquico (...)” (BOSI, 2003, p. 52), os elementos que deverão ser lembrados.

Bosi (2003, p. 55) argumenta que, “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas é refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”. Assim, as narrativas tomadas como fontes orais são caracterizadas pela sua inconstância, visto que “os narradores podem relatar sempre as mesmas coisas, porém, a cada vez que relatam produzem um relato diferente”. Isto implica dizer que “a perspectiva de trabalhar com a oralidade, a história e a memória, não se constituem numa busca da verdade, isto é, do que realmente aconteceu, porém, possibilita uma busca dos significados que os indivíduos dão para as experiências que vivenciaram” (VELÔSO, 2005, p. 18-28).

1.2 AS ESCOLHAS... História Oral e *Operacionalização da pesquisa*

A História Oral, hodiernamente, torna-se uma metodologia cada vez mais atraente para as pesquisas no campo das Ciências Humanas e Sociais, pois o que “recolhe” são as memórias das pessoas em contexto individual (POLLAK, 1992). As narrativas operam e destacam uma polifonia, visto que “a história oral não tem sujeito unificado”; ela é contada a partir de uma multiplicidade de pontos de vistas pelo narrador” (POLLAK, 1997, p. 39). Consequentemente, ele é capaz de conferir “versões” e/ou visões do passado e, também, “delimitar” identidades. A memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências ocorridas no passado, por isso, as memórias narradas, sejam elas – individuais e/ou coletivas – trazem as marcas do passado.

De acordo com Alberti (1989, p. 4):

[...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas *contemporâneos*, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos.

Assim, a presente Dissertação toma a História Oral⁵ como um procedimento metodológico a fim de produzir conhecimento histórico e versões do passado a partir da ótica do narrador (ALBERTI, 2008; DELGADO, 2006). Seguindo essa linha de pensamento, Delgado (2006) ressalta que as versões do passado são feitas por homens⁶, os quais trazem como marcas as questões da temporalidade. A autora, ainda esclarece que, “são os homens que constroem suas visões e representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram sua própria história”. Logo, nas lembranças do passado, há engendramento de marcas e de múltiplas temporalidades, sejam elas pessoais, coletivas e/ou sociais, haja vista que cada tempo tem seu substrato temporal, incluindo aí, o singular e o plural.

⁵ Existem outras correntes que chegam a definir a História Oral como uma Disciplina, por exemplo, José Carlos Sebe B. Meihy, ou com uma Técnica, exemplo, podemos citar, Júlio Hartog.

⁶ Ao se referir “homens”, a autora não está trabalhando com a questão de gênero, mas, ela se remete à humanidade.

Delgado (2006, p. 15-16) define a História Oral como:

um procedimento metodológico que busca pela construção de fontes e documentos, registrar através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosa, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim o registro de depoimentos sobre essa história vivida.

A *práxis* dessa metodologia exige uma perspectiva multidisciplinar, pois as História oral se beneficia e se alia a diferentes ferramentas teóricas. Freitas (2006) e Alberti (2008) ressaltam que sua abrangência é por natureza multidisciplinar. Para as autoras, ela pode ser dividida em três gêneros: a *tradição oral*, a *história de vida* e a *história temática*, que permitem várias abordagens: a história política, a história do cotidiano, a história de instituições e a trajetória de vida, por exemplo. Nesse último aspecto, Delgado (2006, p. 23) escreve que as trajetórias “são depoimentos mais sucintos e menos detalhados”.

A trajetória de vida torna-se, então, um recurso metodológico atraente e, ao mesmo tempo, desafiador. Atraente e desafiador porque o “passado apresenta-se como vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes. Buscar recompô-lo em sua integridade é tarefa impossível” (DELGADO, 2006, p. 22). A sua compreensão é aumentada nos fragmentos narrados, pois, “as narrativas possuem a potencialidade de fazer viajar o ouvinte através da viagem narrada” (idem).

A centralidade e a base metodológica da História Oral encontram-se amparadas na fenomenologia, pois ela se ancora na memória e na narrativa do sujeito *mnemônico*. Esses elementos são cruciais no estudo do passado através das representações que cada sujeito é capaz de atribuir aos eventos vivenciados, por ele ou pelo grupo social com o qual haja identificação. Segundo Delgado (2006, p. 16), “o passado espelhado no presente reproduz, através de narrativas, a dinâmica da vida pessoal em conexão com processos coletivos”.

A história oral tomada, então, como uma metodologia, é capaz de fornecer elementos necessários para constituição de fontes por meio da “reconstrução” do passado. Segundo Delgado (2006, p. 22), através dela, os narradores exercem um papel importantíssimo, pois “são eles que deixam fluir as palavras na tessitura de um

enredo que inclui lembranças, registros, observações, silêncios, análises, emoções, reflexões, testemunho”. A autora destaca que são eles, os narradores, que nos permitem visualizar as singularidades do evento vivido, no qual o seu olhar e a sua versão interagem com os quadros sociais, bem como a trama da vida vivida.

Outro aspecto importante das narrativas é a dimensão que o relato pessoal pode externar. Ele, “deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social” (ALBERTI, 2008, p. 163). Os sujeitos não só são capazes de dar sentidos as suas experiências como são capazes de tecerem ressignificações sobre suas experiências, incluindo a tomada de decisão na hora de migrar, as estratégias de sobrevivência no novo território e as formas de territorialização no contexto migratório no lugar de destino.

Esses elementos se justificam pela própria dinâmica das fontes orais, pois, o passado não é passível de ser “reproduzido” na sua íntegra e, muito menos, nas suas particularidades e singularidades. Como já mencionado, a narrativa é uma versão do passado, mas ela não é o passado. As narrativas orais se constituem num texto, no qual são expressados o que outrora fora vivido ou “testemunhado”. Nele não há a “obrigatoriedade” em traduzir o que foi vivido, a sua obrigação se apoia na verossimilhança, visto que o texto narrativo é uma construção que se dá através das palavras, das imagens e dos discursos (FERREIRA; GROSSI, 2004, p. 44).

É pela leitura deste texto narrativo que ocorre o acesso aos elementos acima expostos. As narrativas são, então, “histórias dentro da história” (ALBERTI, 2008), isto é, histórias construídas por mediação da memória e em constante interação com diversas histórias. Para Ferreira e Grossi (2004, p. 45), as narrativas têm uma especificidade delineada a partir da narrativização, as quais “apresentam uma trama e um enredo próprio”, construídas pelas reminiscências da memória e pela consciência da memória tempo-espço.

Nessa perspectiva, os marcos de referências da memória são o tempo e o espaço, pois, “o sujeito vive em um contexto, sendo de suas relações e tensões que emerge sua história” (FERREIRA; GROSSI, 2004, p. 44). A História do sujeito é narrada em primeira pessoa. As autoras (2004, p. 45) chamam esta dimensão de “texto vivo”, por isso, no momento da narrativização, ocorrem elementos de memória

e esquecimento, o deliberado e o negado, o escancarado e o oculto, o singular e o plural.

Ainda para as autoras, os relatos orais representam:

[as] paisagens onde se esboçam algumas das questões, afetos e produções que estão mobilizando certa existência. Expõem o substrato de sua cena e as costuras de seu tecido, celebram transformações como condicionantes da realidade vital. Adestram a sua polifonia, murmuram a sua historicidade (FERREIRA; GROSSI, 2004, p. 47)

A trama e o enredo são características da própria subjetividade do narrador. A narrativa é um discurso construído *a posteriori* dos fatos vividos, ou seja, ela é uma construção que caminha do passado para o presente. Contudo, a sua mediação se dá a partir do presente. São os elementos do presente que lançam luzes para clarear o passado, os “sujeitos narram quem são e como significam seu passado e a história oral registra o evento como acontecido” (FERREIRA; GROSSI, 2004, p. 50).

A questão da subjetividade não consiste na busca de identificar as formas, a preocupação corresponde aos eventos por meio da interpretação, abrindo campos e possibilidades a partir da pluralidade do seu tempo narrativo e no tempo narrado. Por esta razão, Ferreira e Grossi (2004, p. 56), reforçam que as “lembranças valem pelo que dizem e pelo que criam. Produzem vínculos identitários e perfilam o fazer-se sujeito, através das próprias palavras que vão inaugurando os relatos”. A subjetividade faz parte da própria condição, não como uma coisa dada, mas como parte da ontologia do ser.

Essa condição coloca em evidência os desafios da história oral, visto que, ela se configura uma produção de documentos “vivos”. É o indivíduo que tece e reconstrói as suas lembranças através da liberdade *mnemônica*. Bosi (2003, p. 31) ressalta que, “a memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns”. São esses índices que norteiam e balizam os tempos narrativos. Os tempos que, ora se harmonizam, ora tencionam, ora se sobrepõem.

Assim, as narrativas que a presente dissertação apresenta, são tomadas a partir da perspectiva das trajetórias de vida. No entendimento de Gonçalves e Lisboa

(2007, p. 87), nas narrativas das trajetórias se apoiam em elementos de objetividade e de subjetividade, pois “as trajetórias sociais de cada indivíduo trazem imbricados processos de construção e desconstrução de poderes que se entrecruzam configurando mudanças de relações”. Mister salientar que a história oral não busca ser um fim em si mesma, e sim um meio pelo qual o pesquisador constitui fontes documentais, evidenciando os “pedaços do passado, encadeados em um sentido no momento em que são contados” (ALBERTI, 2005, p. 15).

A potencialidade da história oral se dá, então, pela “recuperação” do vivido através de elementos subjetivos da memória. Desse modo, é possível “refazer” por meio das reminiscências o caminho percorrido no processo migratório, **de lá para cá...** permitindo, assim, analisar os desejos e as motivações que influenciaram na hora da migrar, além de compreender as épocas e os acontecimentos de cada contexto, entrecruzando elementos do vivido e do cotidiano. Portelli (1997, p. 31) acrescenta que as “entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”, o foco da narrativa não é o fato, mas a significação apresentada pelo narrador aos fatos.

Isso nos faz inferir que o trabalho com as fontes orais permite caminhar entre as nuances e os meandros da memória, pois, “as narrativas são o território da confusão, da ambiguidade, do múltiplo e da desordem; são, em suma, o território de como estão realmente às coisas” (PORTELLI, 2005, p. 44). O relato oral, “reflete”, não só a intenção do narrar-se, mas como o sujeito se interessa e se concebe no mundo. É preciso, portanto, considerar as condições da produção *mnemônicas*, visto que, a narrativa oral se dá *a posteriori* e com as motivações de cunho intencional, seja por parte do pesquisador como o do narrador. A narrativa traz como características o resíduo da ação e os vestígios do passado, entrelaçando história e memória.

Por esta razão, Diehl (2002, p. 117) salienta que a condição da memória com fonte histórica ocorre nas mesmas condições de qualquer outra fonte, isto é, “[ela] sofre de uma fraqueza, que é o desgaste ao longo do tempo”. Isso ocorre porque lidamos com as memórias que são construídas por pessoas. Memórias elaboradas e ressignificadas pelo próprio narrador. Portelli (1996, p.66) ressalta a narrativa como fonte oral “quebra com a perspectiva do narrador onisciente”. Ela

possibilita mergulhar e compreender as múltiplas visões da realidade social, as quais oferecem, então, “um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias”.

1.2.1 Operacionalização da pesquisa...

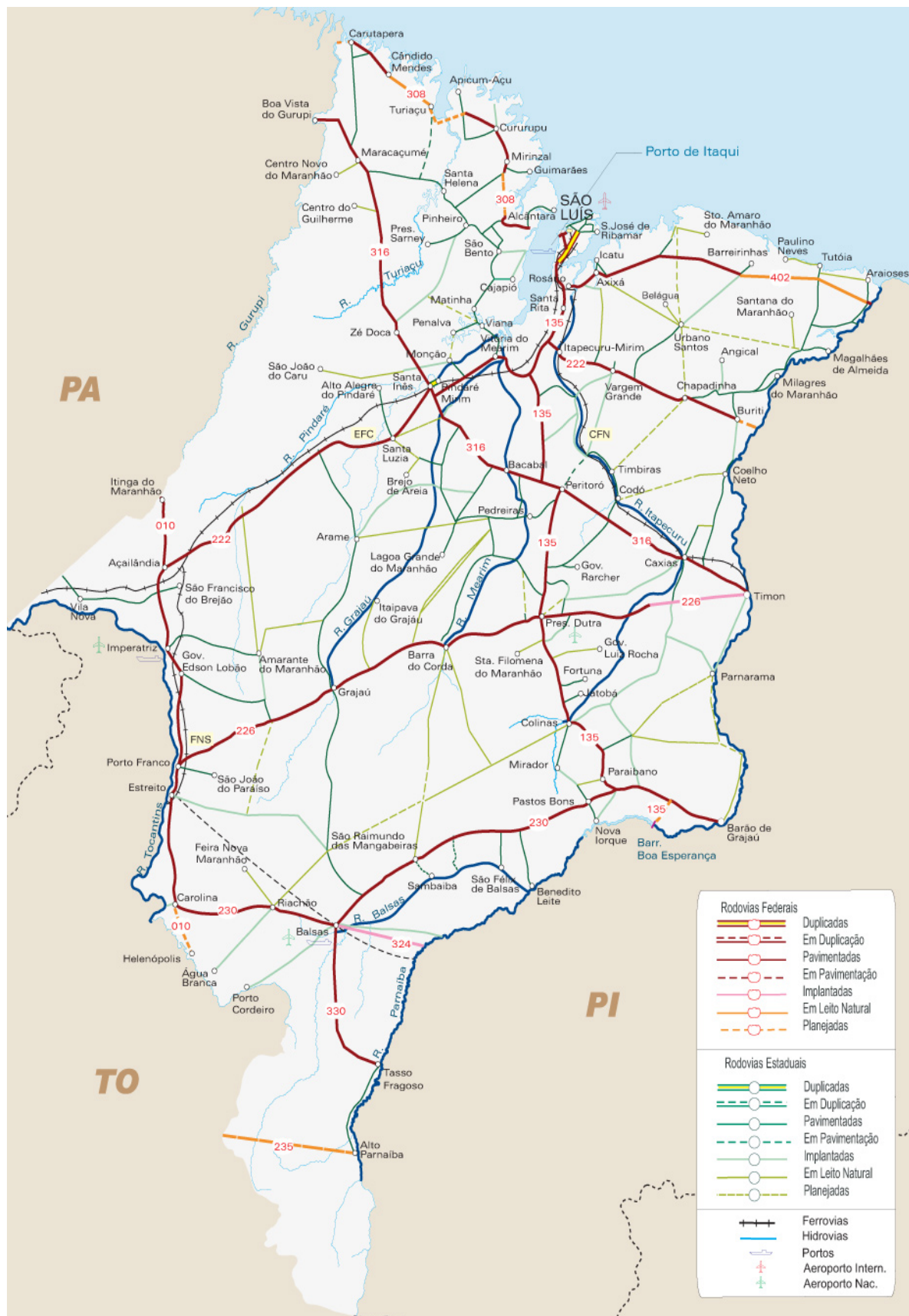
As principais fontes trabalhadas nessa dissertação são as produzidas pela história oral, pelos dados censitários, documentos e periódicos, utilizamos as diferentes fontes em complementaridade, pois todas as fontes têm suas potencialidades e riquezas, fraquezas e imprecisões. Nesse sentido, o indivíduo é sujeito-colaborador da pesquisa, a fim de clarear os elementos do passado por meio das narrativas orais. São os indivíduos e suas experiências em diálogo com outras fontes que servem de repositório para compreensão do processo migratório para a Cidade de Boa Vista.

A justificativa das narrativas recai nos aspectos da subjetividade e da experiência individual. Ambas passam a ser valorizadas como componentes importantes para a compreensão da dinâmica territorial e do passado. Alberti (2008, p.172) advoga que “nem todas as entrevistas ‘rendem’ o que se poderia esperar, do mesmo modo que nem todos os documentos de um arquivo textual são suficientemente ‘prolixos’ em relação ao passado”.

Por conseguinte, destaca-se *a priori* uma dificuldade em definir rigidamente a quantificação dos sujeitos participantes. A decisão pautou-se em critérios qualitativos e na pré-disposição em participar da pesquisa. Nesse caso, **“os entrevistados são tomados como unidades qualitativas**, e não como unidades estatísticas” (ALBERTI, 2008, p.172).

Sabendo que a entrevista produz diferentes narrativas em diferentes graus de qualidade e densidade, a presente Dissertação, definiu 09 sujeitos-partícipes. Sendo, 05 homens e 04 mulheres oriundos do estado do Maranhão (FIGURA 1). Desse universo, busca-se trabalhar com as narrativas com o objetivo de perceber “os lugares da memória” e a forma como cada narrador compreende e resinifica o processo de des-re-territorialização, não sendo nosso objetivo a confrontação das memórias ou das versões do passado.

FIGURA 1 – Mapa do estado do Maranhão



Fonte: <http://www.ma.gov.br/index.php/maranhao/>

É importante salientar que a seleção dos narradores deu-se a partir do que se costuma chamar de *Snowball* (bola de neve), na qual um sujeito indica outro, formando assim uma rede de participantes. Os critérios para a seleção dos sujeitos levaram em consideração: ser natural do estado Maranhão, maior de idade; que tenham migrado para a cidade de Boa Vista entre os anos de 1991 a 2010; e que concordassem com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE A), o de Cessão Gratuita de Direitos de Entrevista Gravada em Áudio/Vídeo (APÊNDICE B) e assinar o Consentimento de Participação da pessoa como Sujeito da pesquisa (APÊNDICE C).

Esse caminho nos fez transitar entre a fronteira da objetividade e da subjetividade que há em cada narrativa. A subjetividade consiste não só nas lembranças, mas, também, como os narradores significam as experiências. Ferreira e Grossi (2004, p. 48) esclarecem que, “recordar também contempla o experimentar do sujeito, onde novas dobras de subjetividade triscam o estofado do que antes era instituído na tradição contemporânea”. A tradição colocou como paradigma a necessidade da objetividade por parte do pesquisador na pesquisa histórica, assim como uma “suposta” neutralidade. Destarte, que esta história “objetiva”, visava “reconstruir a verdade do que havia passado” (CERTEAU, 2011), um pensamento que defendia a ideia de uma “verdade” atingível.

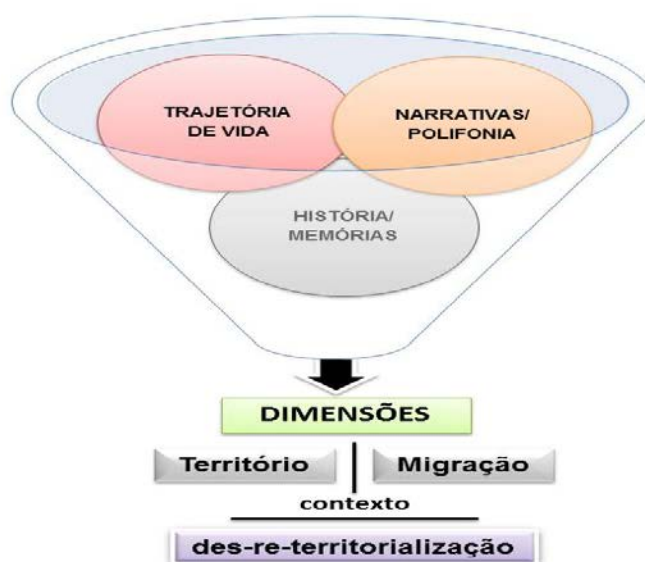
Nesse sentido, o presente trabalho não visa *determinar* ou *quantificar* as causas da migração, mas compreender significados, visões, valores, emoções experienciadas pelos narradores no processo e/ou na trajetória migratória. Para tanto, utilizamos um roteiro de entrevista semiestruturado, o qual permite uma maior interação dialogal com o sujeito da pesquisa. Contudo, mesmo permitindo uma certa liberdade interacional entre pesquisador e pesquisado, optamos por seguir um fio condutor através do roteiro com as seguintes seções: o perfil socioeconômico do entrevistado; a migração/deslocamento... de lá para cá; a reterritorialização entre o sonho e a realidade.

Esse esquema temático serviu de base para todas as entrevistas, pois segundo Freitas (2006, p. 89) através dessa metodologia de trabalho é possível “garantir uma certa *unidade dos documentos produzidos*” (grifo nosso). Vale destacar o esquema adotado não se constitui numa camisa de força, pois, “cada entrevista tem sua própria dinâmica, e cada entrevistado mostra-nos diferentes

interesses na abordagem de determinadas questões” (FREITAS, 2006, p. 89). Assim, muitas outras questões vão surgindo da própria conversa estabelecida por meio da “entre-vista”.

A partir das nossas entrevistas foi possível, então, grosso modo, esquematizar a operacionalização da pesquisa (FIGURA 2). Seguindo, portanto, como um fio de *Ariadne* o esquema temático acima mencionado. Observa-se que as histórias narradas revelam, não só a trajetória de vida, mas deixam sobressair uma polifonia, a qual é capaz de lançar luzes nas dimensões da questão territorial e do processo migratório por meio da des-re-territorialização experienciado por cada narrador.

FIGURA 2 – Esquema da operacionalização da pesquisa



Elaboração: Marcos Nogueira, 2014.

A elaboração do esquema proposto acima só foi possível posteriormente ao tratamento e a sistematização das fontes orais. Compreende-se por tratamento o processo de transcrição das fontes orais, os quais se tornam “textos vivos”. A etapa seguinte foi a sistematização por meio de análises, nesse caso, “fato ocorrido”: a migração, a desterritorialização; “interpretação/reflexão”: des-re-territorialização.. de lá para cá e a “categorização subjetivada” (trajetória migratória e territorialização no lugar de destino). Esse percurso levou em consideração que “a entrevista nos revela

pedaços do passado, encadeados em um sentido no momento em que são contadas e em que perguntamos a respeito. Através desses pedaços temos a sensação de que o passado está presente” (ALBERTI, 2007, p. 150)

1.2.2 Os caminhos percorridos...

O estado do Maranhão⁷ possui área da ordem de 331.937,450 Km², sendo o oitavo maior estado brasileiro e o segundo do Nordeste em extensão territorial. O Maranhão localiza-se entre os paralelos 1°01' e 10°21' Sul e os meridianos 41°48' e 48°50' Oeste. Ao norte, o estado limita-se com o Oceano Atlântico (639,5 km), ao Sul e Sudoeste com o estado de Tocantins, a Oeste com o estado Pará e a Leste e Sudeste com o estado do Piauí (IBGE, 2010).

De acordo com os dados do IBGE, houve uma evolução populacional do Maranhão entre os anos de 1991 e 2010, como demonstra a tabela 1. Em 1991 a população total do Maranhão era de 4.929.684 habitantes, sendo que desse total, os naturais eram de 4.466.414 habitantes. O Censo de 2010 já registrou um incremento populacional, totalizando um contingente populacional de 6.574.789, no qual o número dos naturais ultrapassou a casa dos seis milhões de habitantes (TABELA 1).

TABELA 1 – População residente/lugar de nascimento - Maranhão

Brasil UF	Lugar de nascimento x Ano					
	Total			Maranhão		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	146.815.821	169.872.856	190.755.799	5.321.661	6.440.875	7.608.881
Maranhão	4.929.684	5.657.552	6.574.789	4.466.414	5.196.468	6.071.847

Fonte: IBGE, 1991; 2000; 2010

Esse contingente populacional se encontra distribuído nas cinco Mesorregiões Geográficas, conforme a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA, 2011). Além das Mesorregiões, existem 21 Microrregiões Geográficas, no

⁷ Cf. no sitio < <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ma>>. Acesso em 22 de jan de 2014.

qual se inserem os 217 municípios⁸. Para o IBGE, uma Mesorregião é definida a partir das formas de organização do espaço geográfico, bem como através das seguintes dimensões:

O processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou (IBGE, (1990, p. 8).

Essa organização não significa homogeneidade ou uniformidade, ela se liga tão somente a organização do espaço Geográfico. Então, a partir das dimensões acima mencionadas, o conceito de Mesorregião, configura-se, portanto, numa tentativa de construção de identidade regional, sendo permeada por uma diversidade cultural e social que há nas diferentes Mesorregiões. Conseqüentemente, ocorreu outra necessidade, subdividir essas Mesorregiões através de Microrregiões Geográficas. Posto isso, a composição das Mesorregiões se dá da seguinte forma (FIGURA 3):

a. **Norte Maranhense:**

Composta por 60 municípios, agrupados em seis microrregiões: Aglomeração Urbana de São Luís; Baixada Maranhense; Itapecuru Mirim; Lençóis Maranhenses; Litoral Ocidental Maranhense; e Rosário;

b. **Sul Maranhense:**

Composta por 19 municípios, agrupados em três microrregiões: Chapadas das Mangabeiras; Gerais de Balsas; e Porto Franco;

c. **Leste Maranhense:**

Composta por 44 municípios, agrupados em seis microrregiões: Baixo Parnaíba Maranhense; Caxias; Chapadas do Alto Itapecuru; Chapadinha; Codó; e Coelho Neto;

d. **Oeste Maranhense:**

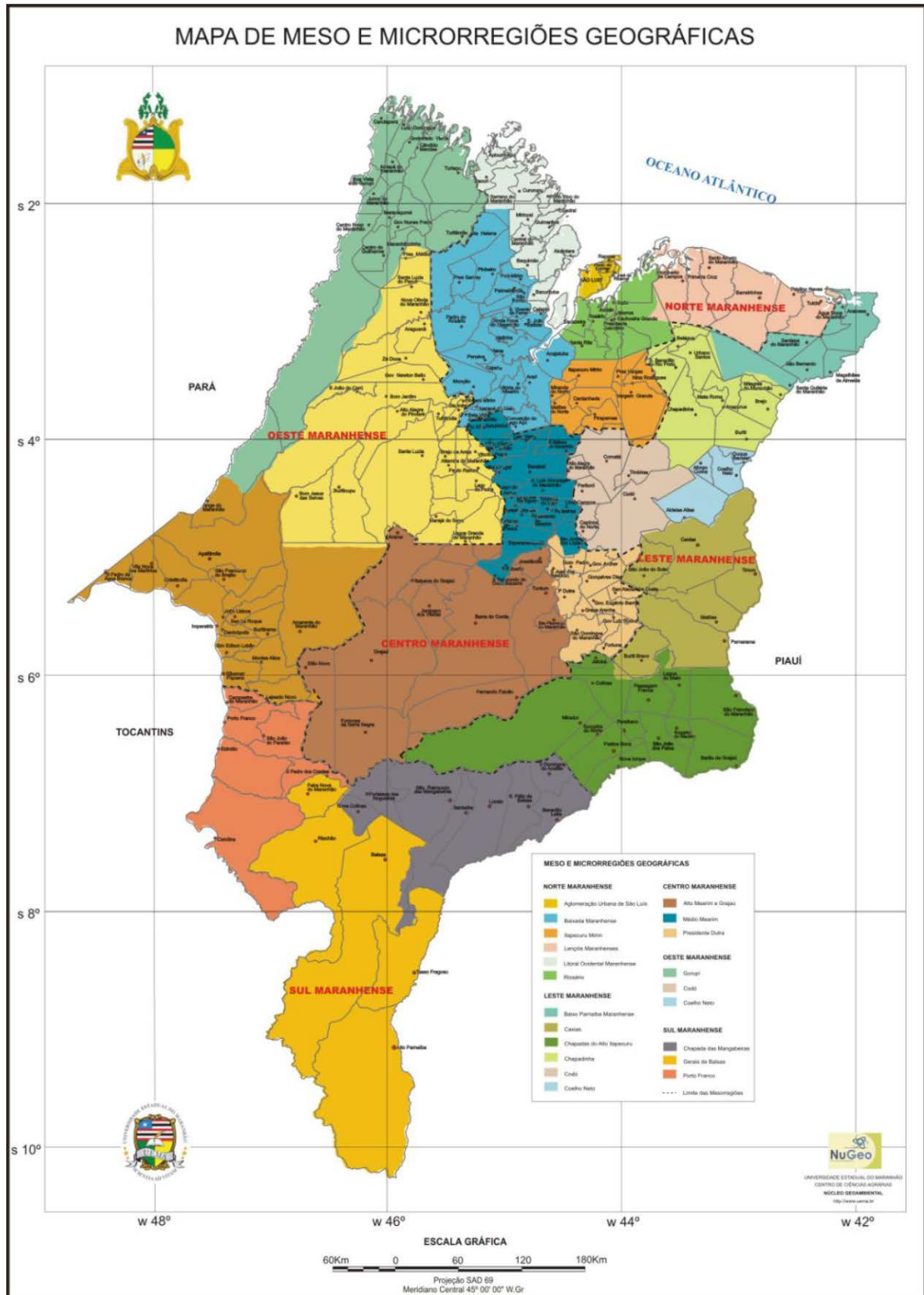
Composta por 52 municípios, agrupados em três microrregiões: Gurupi; Imperatriz; e Pindaré;

e. **Centro Maranhense:**

Composta por 42 municípios, agrupados em três microrregiões: Alto Mearim e Grajaú; Médio Mearim; e Presidente Dutra.

⁸ Os limites entre os municípios foram estabelecidos pela resolução IBGE n° 05 de 10/10/2002.

FIGURA 3 – Mapa das Mesos e das Microrregiões do estado do Maranhão



Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão, 2011.

As Microrregiões Geográficas são constituídas a partir de um conjunto de municípios contíguos. Para o IBGE, a organização do espaço microrregional é identificada e definida a partir dos parâmetros da vida estabelecida nas relações locais. Essas relações permitem a nível microrregional:

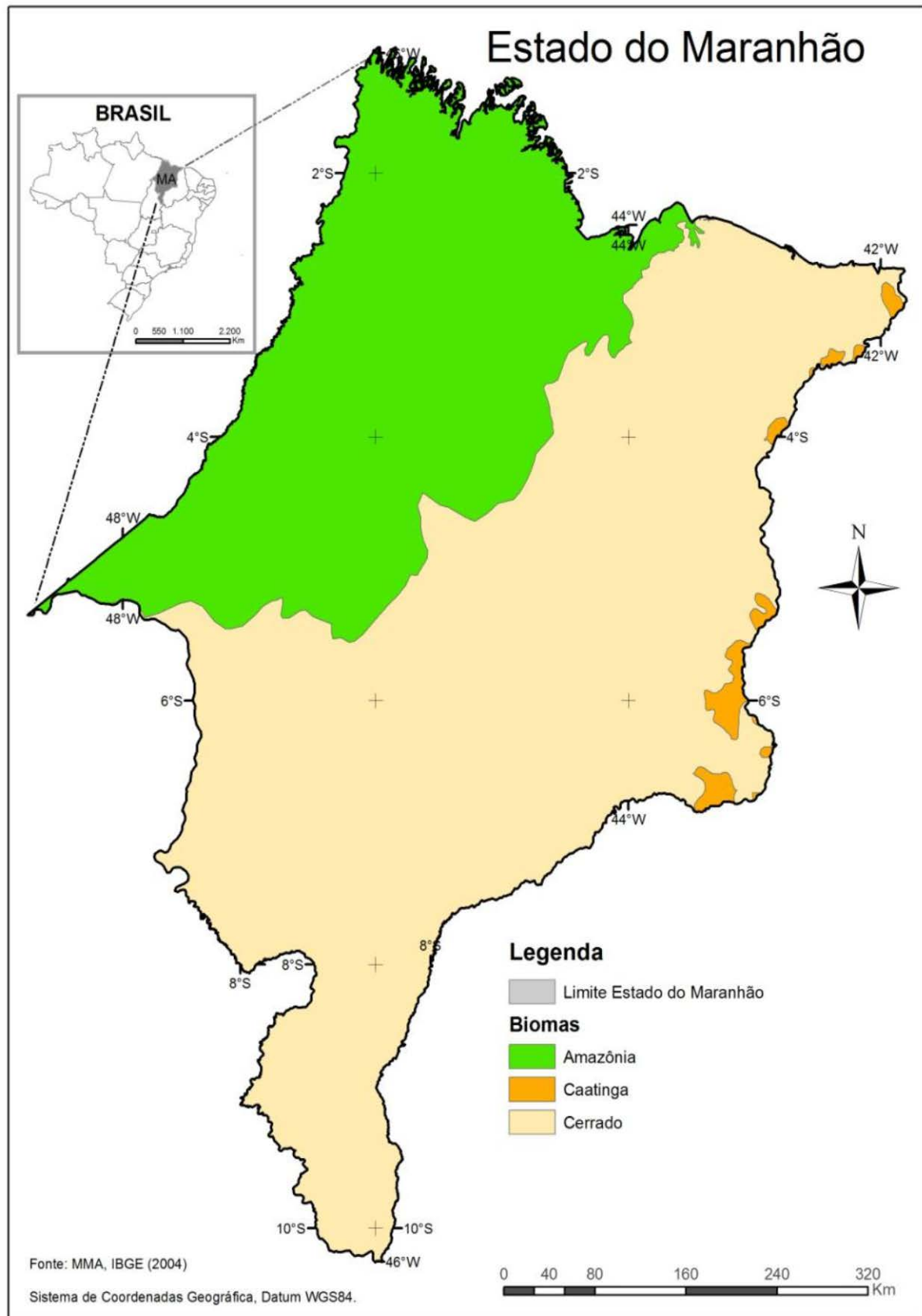
Atender às populações, através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais (IBGE, 1990, p. 8)

Além das Mesos e das Microrregiões, existem duas Regiões Metropolitanas formadas pelos municípios de maior densidade populacional, a saber: a Região Metropolitana da Grande São Luís a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense. A primeira formada por quatro municípios da Ilha do Maranhão e Alcântara e, a segunda, por oito municípios da Mesorregião Oeste Maranhense. Importante destacar que as Regiões Metropolitanas são constituídas seguindo critérios estabelecidos pela própria Legislação estadual, esse poder se deu com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que outorgou aos estados o direito de alterar e criar novas Regiões (SEMA, 2011).

Ademais, a geografia territorial do estado Maranhão faz sobressair o encontro de dois Ecossistemas: a Floresta, conhecido, também, como Ecossistema Amazônico, que se percebe do noroeste até o sertão do Estado e o Ecossistema do Cerrado, o qual se localiza em duas partes: do leste para o centro e do extremo Sul para o centro. Essa realidade de Ecossistemas diferentes faz com que ocorra uma diversidade ambiental e morfológica *sui generis* (SEMA, 2011).

Essa diversidade morfológica e ambiental do estado do Maranhão pode ser representada da seguinte maneira por meio da cobertura vegetal: a floresta amazônica do oeste até o centro; de manguezais, estes se estendem desde o litoral de Carutapera até o Golfão Maranhense e de mata tropical, uma área de transição entre a floresta e o cerrado, ocupando o médio vale do Itapecuru e que pela intensa influência antrópica, resultou em uma paisagem com grande incidência de palmeiras: a mata dos cocais (FIGURA 4).

FIGURA 4 – Mapa dos Biomas do Estado do Maranhão



Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão, 2011.

O território maranhense apresenta grande diversidade morfológica e ambiental. Essa diversidade se configura como um grande mosaico que reflete não só na morfologia ou nas questões ambientais, mas, também, na populacional por meio da diversificação de biomas (vegetação de clima amazônico e o semiárido – floresta amazônica até a caatinga nordestina dos cerrados, manguezais entre outros). Um pouco dessa diversificação pontuaremos a seguir a partir dos narradores e do lugar geográfico de cada um deles.

1.3 CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DO MARANHÃO DE LÁ POR MEIO DO LUGAR DE ORIGEM DOS MIGRANTES MARANHENSES...

Como já salientado, as narrativas são uma construção social, mediada pela memória. Nelas, o narrador narra não somente a “si” como narra suas “percepções” e representações sobre os eventos. Estes vivenciados de forma individual ou de forma coletiva. Segundo Pierre Bourdieu (2006, p. 183-184), a vida liga-se aos acontecimentos de uma existência pessoal. Ainda para o autor, pensar essa vida organizada como história, exige a compreensão de uma ordem cronológica que, também, faz-se mediante uma lógica existencial e discursiva. Assim, existem nas fontes narrativas um começo e uma origem, esses elementos encadeiam a narrativização de si, do outro e do meio em que se vive.

Gonçalves e Lisboa (2007, p. 85) ressaltam que a trajetória de vida, no caso dos migrantes, remete a trilhas de vida alicerçadas no tempo e no espaço, a qual começa pelo cotidiano e vai até o processo migratório. Nesse contexto, é possível aventar que o migrante lança-se em diferentes trilhas na busca de mobilidade social. Nesse ínterim, a noção de trajetória para Bourdieu (2006, p. 189), configura-se numa “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”.

Posto isso, a presente seção apresenta as características geográficas das cidades maranhenses a partir da identificação dos sujeitos participantes. Para tanto, a escolha metodológica recai na possibilidade de constituição morfológica, geográfica, como já destacado acima, e social do estado do Maranhão.

a) ***Em Coroatá eu nasci...***
Alfredo Machado Alves

O histórico de Coroatá, segundo o IBGE⁹, deu a partir da presença de colonizadores portugueses. O povoamento constituiu-se por base os depósitos de paióis. O núcleo urbano no seu primórdio denominou-se Coroatá-Grande e localizava-se na margem do Igarapé Grande, afluente do rio Itapecuru, onde se encontra a atual zona suburbana. Mais tarde, os habitantes transferiram-se para a margem oposta do Igarapé, onde foi edificada a cidade.

Coroatá foi elevada à categoria de vila pela lei provincial nº 173, em 1843, desmembrado de Caxias. A partir dessa elevação passou à condição de cidade, pela Lei Estadual nº 924, de 08 de abril de 1920. Já em 1933, o município era constituído de três distritos: Coroatá, Pequi e Pirapemas. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município era constituído de dois distritos: Coroatá e Pirapemas, sendo que o distrito de Pequi passou a ser zona do distrito sede de Coroatá. Em nova divisão territorial, 15 de julho de 1997, o município foi constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

O município de Coroatá está no centro-leste, no vale do Itapecuru, a cerca de 260 km de São Luís. A população é superior, a 61 mil habitantes, sendo que, cerca de 47.000, destes, vivem na área urbana do município. Vale registrar que o município faz parte da Mesorregião Leste do Maranhão e da microrregião do Codó. Ademais, Coroatá tem como municípios limítrofes Timbiras, Codó, Peritoró, Alto Alegre do Maranhão, São Mateus do Maranhão, Matões do Norte, Pirapemas e Vargem Grande.

b) ***Nasci em São Bernardo e depois fui morar em São Luiz...***
Pedro Lima da Costa

O histórico de São Bernardo se deu com a criação do Distrito de Bernardo do Parnaíba, através da Lei Provincial nº 121, de 04 de outubro de 1841, subordinado ao município de Caxias. Somente em 1859, foi elevado à categoria de

⁹ <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=210360&search=maranhao|coroata>

vila, pela Lei Provincial nº 550, de 30 de julho. Na ocasião, ocorreu o desmembramento de Caxias. Sede na atual vila de Já em 1910 através da Lei Municipal de nº 30, foram criados os distritos de Melancias e Santa Quitéria e anexado ao município de São Bernardo (IBGE, 2010).

Pelo Decreto Estadual nº 75, de 22 de abril 1931, foi extinto o município de São Bernardo do Parnaíba, sendo seu território anexado ao novo município de Santa Quitéria. Contudo, pelo Decreto Estadual nº 235, de 07 de janeiro de 1932, São Bernardo voltou à condição de município e conseqüentemente, por força do mesmo decreto foi extinto o município de Santa Quitéria. Entretanto, pela dinamicidade do contexto político da época, em 1933, foram extintos os municípios de São Bernardo e Santa Quitéria, sendo seus territórios anexados ao município de Brejo. Na nova configuração administrativa, São Bernardo passou a ser um distrito no município de Brejo. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de São Bernardo, pela Lei Estadual nº 875, de 15 de julho de 1935, sendo desmembrado de Brejo (IBGE, 2010).

Segundo dados do Censo de 2010, São Bernardo tem uma população de 26.476 mil habitantes, sendo que os residentes na zona urbana totalizam 11.800 pessoas, ao passo que os da zona rural superam os 14 mil habitantes. Vale mencionar que o município se associa a Mesorregião do Leste Maranhense e da Microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense (IBGE, 2010).

**c) *Nasci em Pedreiras, mas fui criado em Limoeiro da Mata*¹⁰...
William Ferreira dos Santos**

Atribui-se ao de nome Pedreiras¹¹ há um grande bloco de pedras existente na margem esquerda do Rio Mearim, distante da cidade aproximadamente três quilômetros. Pedreiras foi elevada à categoria de vila e distrito por meio da Lei Provincial nº 1453, de 04 março de 1889, desmembrado de São Luiz Gonzaga. Somente em 1920, através da Lei Estadual de nº 947, é que passou à condição de cidade. Em divisão territorial de 1963, o município foi constituído de dois distritos:

¹⁰ Povoado do município de Olho D'Água das Cunhãs com cerca de 150 habitantes. Ademais, fica próximos das cidades de Alto Alegre do Pindaré, Zé Doca, Fortaleza dos Nogueiras.

¹¹ <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=210820&search=maranhao|pedreiras>

Pedreira e Marianópolis. Segundo o Censo de 2010, Pedreiras tem uma população de 39.448 mil habitantes, sendo que 32.937 vivem em área urbana e 6.511 em zona rural (IBGE, 2010).

**d) *Barra do Corda...*
José de Ribamar Carneiro Silva**

Segundo o IBGE (2010), pouco se sabe a respeito do povoamento do atual município de Barra do Corda. Considera-se como fundador o cearense Manoel Rodrigues de Melo Uchoa. À época havia domínio das etnias indígenas – canelas, do tronco dos gês e guajajaras, da linha Tupi. A formação Administrativa se deu com a criação do Distrito, pela Lei Provincial nº 368, de 24 de julho de 1854, à época subordinado ao município de Chapada. Em 1854, foi elevado à categoria de vila, pela Lei Provincial nº 342, de 31 de maio de 1854, desmembrado de Chapada.

Em 1907, através da Lei Municipal, foram criados os distritos de Axixá, Leandro e Papagaio e anexados ao município de Barra do Corda. Essa divisão administrativa foi alterada em 1911, 1933 e em 1937. Sendo que nesse último ano passou a ficar configurado da seguinte forma: o município aparece constituído 2 distritos – Barra do Corda e Curador. Já em 1943, Curador e desmembrado de Barra do Corda por força da Lei Estadual nº 820, de 31 de dezembro. Pela Lei Estadual nº 269, de 31 de dezembro de 1948, foram criados os distrito de Boa Esperança do Mearim, Leandro, Papagaio e Resplandes e anexados ao município de Barra do Corda (IBGE, 2010).

Esta divisão territorial durou até 1950, quando a sua constituição passou a ser composta da seguinte forma: **cinco** distritos: Barra do Corda, Boa Esperança do Mearim, Leandro, Papagaio e Replandes. Contudo, em 1954, ocorreu mais uma alteração territorial com o desmembramento de Barra do Corda por meio da elevação do distrito de Boa Esperança do Mearim à condição de município, mas com a nomenclatura de Esperantinópolis. Vale mencionar que o município de Barra do Corda sofreu mais duas alterações nos seu limites territoriais, uma em 1960 e outra em 1994, no qual neste último ano ocorreu o desmembramento de Resplandes, sendo elevado à condição de município com o nome de Fernando

Falcão. A partir de 1997, o município é constituído pelos Distritos de Barra do Corda e Papagaio (IBGE, 2010).

A população de Barra do Corda, segundo o Censo de 2010, é composta por uma população de 82.830 mil habitantes, sendo que há uma Densidade demográfica (hab/km²) de 15,92, distribuída numa área de 5.202,702 Km². Cerca de 51 mil habitantes residem no perímetro urbano e um pouco mais de 31 mil na zona rural. Mister situar o município de Barra do Corda, o mesmo localiza-se na Mesorregião Centro Maranhense e da Microrregião Geográfica de Alto Mearim e Grajaú (IBGE, 2010).

**e) Eu sou de *Imperatriz...*
Luciete Marques Farias Sousa**

Segundo a prefeitura Municipal de Imperatriz¹² (PMI), o surgimento da cidade teve a sua gênese no idos do Século XVI e início do século XVII, com através de iniciativas dos bandeirantes, que, partindo de São Paulo, o qual buscavam a riqueza, o desconhecido e a aventura. O marco de fundação de Imperatriz se deu em 16 de julho de 1852, tendo o Frei Manoel Procópio do Coração de Maria como o fundador da povoação, que recebeu inicialmente o nome oficial de Colônia Militar de Santa Tereza do Tocantins. Somente quatro anos depois, em 27 de agosto de 1856, foi elevada a condição de Vila de Imperatriz, lei n.º 398, em homenagem à imperatriz Tereza Cristina. Segundo a PMI, o nome foi simplificado pela população, mas que há registro que colocam o nome de Imperatriz como anterior a Abolição. Imperatriz passou á categoria de cidade somente em 22 de abril de 1924 por meio da Lei nº 1.179.

A Prefeitura ressalta que Imperatriz teve sua ocupação acelerada após a abertura das rodovias - Belém – Brasília (BR 010), que corta o Oeste Maranhense, a BR-226, que liga Teresina à Região Tocantina, e a BR-222, que liga a região do Mearim às terras devolutas do Alto Pindaré. A abertura dessas rodovias permitiu uma comunicação entre Imperatriz e Belém, São Luís, Anápolis, Brasília, Goiânia, São Paulo, todo o Centro-Oeste e o Nordeste. Consequente, favoreceu a ocupação

¹² <http://www.imperatriz.ma.gov.br/>

e a expansão demográfica da cidade, colocando-a como a segunda cidade mais importante do estado, ficando atrás somente da capital São Luís.

O Município está situado na Microrregião Geográfica de Imperatriz, destacando o bioma de Cerrado e Amazônico (IBGE, 2010). Atualmente, a cidade possui a segunda maior população do Estado com 247.505 habitantes. Desse universo censitário, Imperatriz é predominantemente urbana com 234.547 pessoas vivendo na cidade. Ao passo que na zona rural vivem apenas 12.958 pessoas.

Baseado nos dados do IBGE, a população rural de Imperatriz, sofreu uma queda significativa, nos anos de 1980 ela resultava cerca de 49,3% da população vivia na zona rural. Já em 2010 esse número era um pouco superior aos 12%. A fim de compreendermos esse contexto sócio populacional de Imperatriz é, preciso situar, segundo o Relatório Municipal de n 14 – Imperatriz (2009), a população rural diminuiu devido ao desmembramento do povoado de Açailândia, transformado em Município pela lei estadual nº 4.295 de 06 de junho de 1981.

**f) *Nasci em Zé Doca...*
Geraldina Maria Oliveira Magalhães**

A história do município de Zé Doca, segundo a Prefeitura de Zé Doca¹³, remete a chegada de José Timóteo Ferreira, conhecido como “Zé Doca” e a sua esposa Maria Ferreira, acompanhada de 14 filhos, em 8 de julho de 1958. A historicidade da gênese do povoado coloca o fundador como “empreendedor” e “corajoso”, pois a cabo de machado, derrubou as primeiras árvores do lugar, que mais tarde tornou-se um aglomerado de pessoas.

Zé Doca foi elevado à condição de município, a partir do desmembramento de Monção, por meio da lei estadual nº 4865 de 15 de março de 1988. Segundo o IBGE (2010), a sua gênese se deu através de um pequeno povoado constituído a beira da BR-222, o qual o primeiro morador tinha por nome Zé Doca. O processo de colonização sofreu forte influência da Superintendência do desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) ao incentivar o povoamento. O mesmo estava ligado aos

¹³ <http://zedoca.ma.gov.br/>

projetos de integração nacional da região amazônica e do nordeste. Atualmente, a população de Zé Doca é superior aos 50 mil habitantes. Sendo residentes no contexto urbano 30.864 pessoas e, as que moram na zona rural, 19.309 pessoas. O município está localizado na Microrregião de Pindaré (IBGE, 2010).

**g) *Nasci em Sítio Novo, mas o meu registro é de Estreito...*
Crislosânia Arruda de Sousa Lima**

Segundo apontamentos do IBGE (2010), o contexto histórico de Sítio Novo ocorreu a partir de 1935, por meio das famílias Nascimento, Batista e Oliveira. Elas estavam em busca de terras para o cultivo da lavoura. Foi em torno da instalação dos engenhos e do cultivo da cana-de-açúcar que ocorreu o povoamento do lugar. Através da comercialização da rapadura e da aguardente de cana, foi aos poucos fortalecendo o povoado e formando um “ciclo” de comércio e de comercialização.

Sítio Novo foi elevado à condição de Vila pela lei nº 269, de 31 de dezembro de 1948, o povoado foi elevado à categoria de Vila e em 1961 passou à condição de município, essa condição deu-se pela lei Estadual de nº 2166. De acordo com o Censo de 2010 a população do município é constituída por 17.002 pessoas, sendo que 11.863 vivem na área rural e as 5.139 pessoas são residentes na zona urbana.

**h) *Nasci em Arari...*
Dário dos Santos**

O histórico do município¹⁴ de é datado da segunda metade do século XVIII, a época Padre José da Cunha d'Eça, que era o fidalgo da coroa portuguesa e capitão-mor da capitania do Maranhão, doou parte das que era denominado de Curral da Igreja para a criação de um curato à margem direita do rio Mearim. Contudo, o povoamento transferido, em 1728, para chamado, naquele período histórico, por Sítio. Arari foi elevado á condição de município em 1864,

¹⁴ <http://www.arari.ma.gov.br/>

desmembrando-se de Vitória do Baixo Mearim, através da lei provincial nº 690 (IBGE, 2010).

Arari localiza-se na mesorregião Norte, dentro da microrregião da Baixada Maranhense. Limitado geograficamente com os municípios de Vitória do Mearim, Miranda do Norte, Viana, Anajatuba e Matões do Norte. De acordo com os dados do Censo/2010, há uma população de 28.448 habitantes, com uma densidade demográfica de 26,1 hab./km². A população que reside na área urbana é de 17.483 pessoas e na rural é de 11.005 pessoas (IBGE, 2010).

**i) *Sou natural de Pio XII, mas fui criado em Vitorino Freire*¹⁵...
Raimundo da Conceição (Raimundo Vaqueiro)**

A gênese de Pio XII¹⁶ se deu a partir de desentendimentos políticos no município de Vitória do Mearim. Fato que obrigou Pedro José Lopes Gonçalves a deslocar-se para a pequena povoação de Satubinha. Com o incremento de novos moradores, o surgimento de algumas usinas de beneficiamento de arroz e o fortalecimento da produção agrícola, ocorreu em 1959, a criação do novo município desmembrando-se de Vitória do Mearim.

O município foi criado pela Lei Estadual nº 1730. O nome do município foi em homenagem ao Papa Pio XII. A população residente do município é de 22.016 pessoas. Sendo que, 12.459 vivem na área urbana e 9.557 na rural. O bioma de Pio XII é Amazônico. Ademais, a sua localização geográfica ocorre dentro da Microrregião do Médio Mearim (IBGE, 2010).

¹⁵ Vitorino Freire foi elevado à categoria de município de 1952 pela lei estadual nº 763. A época o mesmo foi desmembrado dos municípios de Bacabal e Vitória do Mearim (IBGE)

¹⁶ <<http://www.pioxii.ma.gov.br/>>

2. MIGRAÇÃO E RE-TERRITORIALIZAÇÃO...

Dimensões territoriais no panorama amazônico e Roraima

“Precisamos, evidentemente, entender o território e o tempo para compreender as territorialidades e as temporalidades e, a partir destas últimas, podemos apreender a miríade de processos e fenômenos que substantivam (i)materialmente o território”

Marcos Aurélio Saquet, 2011, p. 77.

O presente capítulo tem como objetivos compreender as dimensões territoriais engendradas no processo migratório, tais como: político, econômico e sociocultural e, identificar e analisar os fatores, os desejos e as motivações que influenciaram a migração de maranhenses para a cidade de Boa Vista/RR entre os anos de 1991 e 2010. Para tanto, faz-se necessário estabelecer um percurso Geo-histórico a partir dos conceitos de migração e território, tendo em vista que, no processo migratório existem diversas vertentes e facetas.

Mazurek (2009, p. 12) destaca que, “la migración no es, entonces, um fenómeno nuevo; há tomado a través de la historia, varias formas, volúmenes, orígenes, destinos, motivo, etc.”. A relação entre migração e território, constitui-se num grande desafio na contemporaneidade, em particular no campo das Ciências Sociais, pois neles se engendram aspectos e elementos individuais, coletivos como também a conformação de novos espaços-territoriais, os quais são e estão permeados de heterogeneidade.

Nesse sentido, “lo interesante de esos procesos no es entonces el movimiento, porque es um dato constante, sino la naturaleza del movimiento y sus impactos sobre las dinámicas locales”. Destarte, Mazureka (2009, p. 20) advoga que “la teoria territorial de la migración no tiene todavía um marco conceptual bien delimitado”.

Por essa razão, antes de qualquer coisa, é preciso compreender o conceito de território e de migração, bem como suas dimensões e implicações sociais, culturais, política e econômica. Território, “significa, acima de tudo, movimento

histórico e interações socialmente definidas, ou seja, corresponde a uma construção histórica que é, simultaneamente, relacional” (SAQUET; CANDIOTTO; ALVES, 2010, p. 53-58). Sendo uma construção e uma mediação social, ele se caracteriza e é estabelecido a partir de relações de poder e exercido a partir das bases sociais.

Souza (2009, p. 108) ressalta que a questão territorial remete e define, portanto, as dimensões do espaço e a do poder, não de forma estanque, mas, numa relação de complementariedade. O autor reforça, que o espaço enquanto dimensão social é delimitado, ao mesmo tempo apropriado, existindo, então, a partir de uma perspectiva relacional, o qual serve de suporte material a existência e, também, como catalizador cultural e simbolicamente. Grosso modo, os territórios são e se dão a partir das relações sociais, pois, a “diferenciação de território e espaço, no real, é muito tênue e dificulta nossas leituras e conceituações no nível do pensamento”.

Seguindo essa linha de raciocínio, Saquet (2011) infere que a relação de poder estabelecida no Território é capaz de gerar domínio e influência no próprio ambiente social ou não, para tanto, leva-se em consideração sua dimensão social, histórica e relacional através dos aspectos da vida e do cotidiano. Até porque, o Território é “fundado em comportamentos humanos que envolvem a comunicação, a cooperação e a troca, todas as formas de socialização em dada formação territorial” (SAQUET, 2011, p. 36).

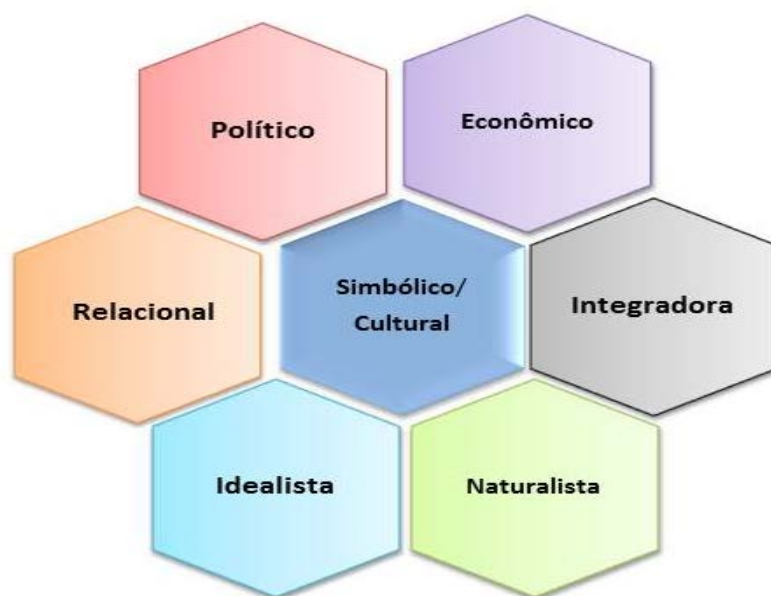
Essa primeira noção de Território quebra a perspectiva, a partir do senso comum, que território e espaço são sinônimos. Essa concepção de “uno” fez surgir uma confusão em torno da questão territorial. Entretanto, Saquet (2011, p. 19) argumenta que o espaço geográfico e o território, “apesar de serem distintos epistemológicos e ontologicamente, não estão separados”, eles são condição *sine qua non* ao estudo da desterritorialização, no que diz respeito ao processo migratório por meio do deslocamento populacional, visto que, a migração é uma forma de apropriação territorial, assim como de manifestação das territorialidades identitárias.

Retornando a questão territorial, Haesbaert (2008) ressalta que a gênese do território nasce com uma dupla conotação - material e simbólico/cultural. Igualmente, a questão não se resume as estas duas dimensões. Haesbaert (2012) advoga que

existem outras, tais como: a naturalista, a política¹⁷, a idealista, a integradora e a relacional. Desse modo, ao falarmos da desterritorialização no deslocamento migratório, aqui, no caso, dos maranhenses, toma-se no sentido *stricto sensu* da palavra a “perda” do território enquanto perspectiva material e relacional.

Como já salientado, existe uma imbricação nas dimensões territoriais, não existindo o de forma compartimentada ou estanque. Não sua construção ocorre movimentos históricos de simultaneidade ou não, levando em consideração que o tempo histórico não é uno. Neles perpassam diferentes temporalidades que ora destacam elementos de continuidade, ora de descontinuidade. Nesse sentido, o território é um todo ambivalente, na medida em que sua construção e/ou a produção se dar a partir das relações sociais por meio de diferentes dimensões através dos aspectos econômicos, políticos, social e do “natural”, os quais se articulam e se arquetam nos processos de des-re-territorialização (FIGURA 5).

FIGURA 5 – Simultaneidades na dimensão do território



Organização e elaboração de Marcos Nogueira com base em Saquet, 2011

¹⁷ Aqui o autor apresenta a tradição jurídico-política, na qual “o vínculo mais tradicional na definição de território é aquele que faz associação entre território e os fundamentos materiais do Estado” (HAESBAERT, 2012, p. 62).

Por continuidade, leva-se em consideração uma determinada estrutura espaço-temporal-territorial dotada de certa “homogeneidade” que é delimitada pelos sujeitos pertencentes ao mesmo grupo social e é estabelecida pela clivagem social. Já as discontinuidades, remetem as complexificações pautadas nas heterogeneidades presentes no contexto territorial. Por conseguinte, o Território é feito de uma infinidade de interações – continuidades e discontinuidade; encontros e desencontros; apropriação e perdas, etc.

Na figura anterior é possível perceber a existências de diversos territórios em contexto de simultaneidades. O esquema apresentado acima, se enquadra numa perspectiva didática, pois as simultaneidades não ocorrem numa escala linear ou sucessiva, elas se dão e estabelecem, configuram e se reconfiguram a partir de uma coexistência que, ora se aproximam e se complementam, ora se tencionam, se distanciando ou se sobreposição umas das outras.

No território, então, coexistem elementos concretos e abstratos, objetivos e subjetivos, realidades territoriais dentro do território, portanto, o Território não é um, mas é múltiplo. Saquet (2011, p. 45) baseando-se em Raffestin, destaca que, o “território é desterritorializado e reterritorializado com o passar do tempo, em virtude de fatores econômicos, políticos e culturais”. Essa condição não nega que na constituição territorial elementos relacionais, idealistas, integradores e/ou naturalistas, isso afirma a sua condição relacional.

Segundo Saquet (2011, p. 80), “o território só se efetiva quando os indivíduos estão em relação com outros indivíduos, significando interação plural, multidimensional, multiforme e unidade na diversidade”. Assim, as territorialidades remetem às relações diárias dos indivíduos. Nessa linha pensamento, Raffestin (2009, p. 33) depreende que:

os territórios constituem o **mundo material percebido** e se tornam a matéria-prima oferecida à imaginação, para ser trabalhada e produzir imagens ou representações que podem ser manifestadas através de diversos tipos de linguagem (Grifo nosso)”.

Em vista disso, no processo migratório é perceptível a existência e a manifestação de diferentes territórios e territorialidades migrantes. Segundo Raffestin (2009, p. 24), hoje em dias os territórios transformam-se de formada

acelerada graças às novas técnicas, ocorrendo, assim, os processos de composição, decomposição e recomposição. Nesse caso, ainda para Raffestin as transformações ocorrem de modo particular, sobre a influência das migrações, tendo em conta que os lugares são construídos pelas ações dos homens. Entendo, assim, o território como uma dimensão do espaço multifacetado, o qual se tornam pontos de encontros, desencontros e de tensões entre diferentes níveis, sejam por causa das identidades e/ou das intersubjetividades compartilhadas pelos sujeitos territorializados.

Souza (2009, p. 61) advoga que os lugares são na verdade “lugares vividos e percebidos”. Por esse motivo, o território é visto como uma categoria analítica de enraizamento, do qual o indivíduo tem a necessidade de uma localização espaço-territorial, e, essa localização se dá por meio da identidade e do cotidiano que são capazes de estabelecer ou despertar o sentimento de pertença. Destarte, “não há território sem uma trama de relações sociais. Estas por sua vez, correspondem às territorialidades efetivadas historicamente” (SAQUET, 2009, p. 80). Nesse sentido, na sua construção ocorre encontros de diferentes temporalidades levando em consideração elementos de permanência ou de mudanças através de múltiplas variáveis e possibilidades constituídas a partir do território – material, simbólico e cultural, entre outros.

Saquet (2009, p. 81) lembra que:

o tempo presente, passado e futuro indica processualidade e, também, simultaneidade, pois vivemos diferentes temporalidades e territorialidades, em unidade, em processo constante e concomitante de desterritorialização e reterritorialização que gera sempre novas territorialidade e novos territórios que contém traços/características dos velhos territórios e territorialidades

Sobre o processo de territorialização e das territorialidades maranhenses, nos deteremos com mais afinco no próximo capítulo. Por ora, continuaremos a dialogar por meio de uma ponte conceitual entre território e migração buscando compreender as dimensões territoriais, para tanto, nos deteremos um pouco mais na “funcionalidade do território”. Saquet (2010, p. 27) argumenta que ele tem a função de servir de abrigo, e ao mesmo tempo, de trampolim em vista de novas oportunidades. Neste prisma, a busca de novas oportunidades “gera” por parte do

sujeito migrante, o sentimento de desterritorialização, a necessidade de se reterritorializar no lugar de destino¹⁸.

Nesse sentido, os processos de des-re-territorialização não são dimensões separadas da vida e nem do cotidiano. Nessas diferentes dimensões, *são e estão* indissociáveis na questão territorial. Haesbaert (2012), no livro “*o mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*”, ressalta que a concepção de desterritorialização vai depender de qual território se fala, ou seja, é preciso ter claro a dimensão territorial do qual se fala. Nesse caso, a definição do conceito de território é fundamental para entender o processo de des-re-territorialização¹⁹.

Nessa perspectiva, a presente dissertação, toma o Território como uma dimensão histórico-relacional, enquanto espaço e dimensão do vivido e do percebido, para tanto, o território é “revestido” amiúde por elementos culturais e identitários. Nesse sentido, coadunamos com Mazurek (2009, p. 21) quando afirma que é preciso olhar para a migração não somente pelo viés da dor, mas percebe-la como novas oportunidades de construções identitárias e territoriais. pois nessa abordagem territorial, o lugar de destino assume relevância como categoria analítica na busca de identificar e analisar os fatores, os desejos e as motivações que influenciaram a migração de maranhenses para a cidade de Boa Vista.

Segundo Santos (2012, p. 227-328), hodiernamente, o deslocamento populacional tornou-se muito recorrente, tanto que, a mobilidade é vista quase como uma regra, pois, “o movimento se sobrepõe ao repouso”. Esse movimento migratório acaba por significar o estranhamento e a desculturização por intermédio da desterritorialização. A ideia na qual se apoia Santos, baseia-se nas territorialidades que o sujeito está imerso no lugar de origem, o qual, “estava submetido a uma convivência longa e repetitiva com os mesmo objetos, os mesmos trajetos, as mesmas imagens, de cuja construção participava”. Logo, as territorialidades ligam-se à ideia de enraizamento.

¹⁸ Como já foi mencionado o processo de des-re-territorialização não se dar de forma separada ou estaque. Essa nomenclatura é utilizada de maneira didática para perceber a dinâmica que se dar por meio do Território, em particular no território-vivido.

¹⁹ Lembrando que a espacialidade humana liga-se ao conceito de território e de territorialidade.

Ainda para Santos (2012), o desenraizamento coloca em cena outra realidade no lugar de destino, o qual como afirma o autor, provocará uma alienação. Essa alienação se dá por causa da inserção num novo território, numa territorialidade nova e numa cultural nova, que ele não ajudou a criar. Esse não pertencimento gera o sentimento de alienação, por que não há uma identificação e/ou identidade territorial. A migração modifica as identidades e a forma como ocorre a apropriação do lugar de destino. Essa questão identitária, para Saquet (2010), relaciona-se ao campo da Geografia por meio da espacialidade e da territorialidade.

Não obstante, Saquet (2010) relaciona a territorialidade às dimensões em que o sujeito está imerso – cotidiano, trabalho, lazer, Igreja etc. por essa razão, “a territorialidade significa as relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com a sua natureza inorgânica, para sobreviverem biológica e socialmente” (SAQUET, 2010, p. 129). Portanto, a migração acaba por favorecer a produção, a construção e a modificação de espaços territoriais, pois a desterritorialização e a reterritorialização apesar de serem processos indissociáveis, acaba por acontecer em regime de temporalidades distintas, pois, “o território é sempre múltiplo, diverso e complexo”, desdobrando-se ao longo de um *continuum* vai além do aspecto de dominação, apropriação, funcional, simbólico/cultural (HASBAERT, 2007, p. 21).

Vale salientar que o sujeito migrante não migra e/ou deixa o seu território somente por esporte ou aventura. Martins e Vanalli (2001) dissertam que, a insatisfação com a condição de vida no lugar de origem são no geral as motivações migratórias. Ainda para as autoras, “ninguém abandona suas raízes sem que haja necessidade. Ninguém sai de seu próprio país, estado ou cidade se ali se encontra bem” (MARTINS; VANALLI, 2001, p.34). Assim, com base nas narrativas dos sujeitos migrantes, os colaboradores dessa dissertação, nos possibilitou elaborar o seguinte esquema: a decisão de migrar é fortemente influenciada pelo espaço de experiências no lugar de origem relacionadas com as expectativas criadas em torno do lugar de destino (FIGURA 6).

FIGURA 6 – esquema relacional entre a subjetividade das experiências e expectativa construídas pelos migrantes a partir do lugar de origem²⁰



Elaboração: Marcos Nogueira baseado em Koselleck, 2006

Neste prisma, acredita-se que em torno da questão migratório os determinantes ou fatores de atração e expulsão são limitadores analíticos. Levando em consideração que o estudo migratório não pode ser visto de maneira estática. Nele ocorrem diferentes dinâmicas. Mazurek (2009, p. 15) afirma que a migração não é só um domínio do migrante, existem elementos individuais e coletivos que influenciam na hora de migrar. A migração impõe rupturas sociais, afetivas e territoriais, por essa razão, infere-se que os fatores socioeconômicos não devem ser tomados como os únicos justificadores da saída, visto que, o tempo de sair para uns pode ser o tempo de permanecer para outros.

Mazurek (2009, p. 15) reforça que os estudos empíricos tem mostrado que se existem uma necessidade econômica que influencia na hora de migrar, também existem outros fatores que intervêm no deslocamento populacional. Logo, a migração apresenta múltiplas facetas que vão desde as objetivas até as subjetivas. Assim, se a decisão de sair é individual, ela é fortemente alimentada pelo coletivo através de idealizações comparadas com a realidade do lugar de origem com um conjunto de informações sobre possíveis lugares de destino.

²⁰ Segundo Koselleck (2006, p. 306) o “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” remetem as categorias de conhecimentos ligados a historicidade, os quais, fundamentam uma história localizada no tempo e no espaço. Segundo o autor, “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou sofrem”. Assim, é possível inferir que a experiência e expectativa ligam-se ao tempo histórico do indivíduo, pois, como categorias, elas “entrelaçam passado e futuro”. Vale destacar que, “uma experiência, uma vez feita, está completa na medida em que suas causas são passadas, ao passo que a experiência futura, antecipa como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais” (KOSELLECK, 2006, p. 310).

2.1 RORAIMA NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES PARA A REGIÃO AMAZÔNICA SETENTRIONAL

A fim de compreendermos os desejos e as motivações que influenciaram a migração de maranhenses para a cidade de Boa Vista, torna-se importante, visualizar a historicidade do processo migratório para Roraima dentro do contexto amazônico. Grosso modo, esse processo esteve atrelado aos ciclos econômicos e aos interesses do Estado Nacional em “preservar” a soberania.

A ocupação da Amazônia teve seu “início” no século XVI com a apropriação do território por parte dos colonizadores. Oliveira (2010, p. 166) ressalta que a ocupação contou, de forma significativa, com a transferência de “contingentes populacionais vindos de fora da Região”. O autor demonstra que entre 1755-1816 cerca de 34 mil escravos africanos foram introduzidos na Região e a partir do Século XIX por meio do ciclo da Borracha ocorreu um significativo deslocamento de nordestinos para o interior amazônico.

Nessa mesma linha de pensamento, Magalhães (2008, p. 45) destaca que, desde o início do ciclo da Borracha até os anos de 1960, cerca de 500.00 migrantes nordestinos adentraram a Amazônia. Vale registrar que a penetração endógena não ocorreu de forma rápida. Ela ocorreu lenta e gradativa. Até por que não existia, o que hoje, conhecemos por Amazônia. As definições dos Limites só ocorreram no Século XIX (BECKER, 2009, p. 25).

Mister salientar que, não é fácil definir a Amazônia. Entorno dela existem diferentes visões e estigmas, tais como: “Paraíso”, “Inferno Verde”, “Eldorado” (BECKER, 1990); Amazônias dentro da Amazônia; Região Complexa e Diversificada (MAGALHÃES, 2008), entre outros. Nesse contexto, os migrantes tiveram um papel de destaque para o povoamento da Região amazônica.

Becker (1990) ressalta que essa construção imaginária é histórica e, ainda hoje, se prolifera a partir de “novas feições e intensidade”. Em torno desse imaginário, a Amazônia foi apresentada aos migrantes como o lugar da vida e da esperança, contrastando com a realidade de pobreza e miséria em que muitos viviam nos lugares de origem. Ainda para Becker (2001, p. 138), a migração para a região amazônica teve múltiplos mecanismos através da atuação dos estados e dos

grupos de interesses locais. Autora destaca que, a migração foi induzida a fim de povoar e de servir como reserva de mão-de-obra.

Nesse sentido, a fronteira serviu de válvula de escape, necessária a integração da região ao restante do País como também para atenuar as tensões vivenciadas no Nordeste brasileiro e na Região Sudeste (MAGALHÃES, 2008; BECKER, 2009). Para Magalhães (2008, p. 60) a política dos Governos Militares viu na Amazônia uma posição-chave, no tocante aos campos econômicos e geopolíticos. A autora reforça a tese que no campo geopolítico havia duas preocupações, uma interna e outra externa.

No campo interno já supramencionado acima, a tensão social no Nordeste e a possibilidade de continuidade do crescimento do Sudeste. Já as questões externas ligavam-se a “vulnerabilidade” das áreas de Fronteiras pelo parco povoamento. Nesse sentido, as Fronteiras estariam expostas aos focos revolucionários. Para tanto, “as novas políticas e estratégias concebidas pelo governo militar foram implementadas através de várias Leis”²¹ (MAGALHÃES, 2008, p. 61).

A preocupação dos militares em povoar a Região Amazônica alicerçava-se no receio de “perde-la” por falta de coloniza-la e do seu povoamento. Dentre as várias estratégias de povoamento, as Políticas de Integração Nacional. Essa última deu-se por meio do Plano de integração Nacional (PIN), possibilitou a integração por meio de aberturas rodoviárias. Becker (2001, p. 139) salienta que, “foi à implantação concreta das rodovias que alterou profundamente o padrão de circulação e do povoamento regional”. A autora destaca que através do processo migratório a “Amazônia tornou-se uma floresta urbanizada”, na qual em 1996, cerca de 61% da população vivia em núcleos urbanos (2001, p. 140).

A população regional passou de 1 para 5 milhões de pessoas, em particular entre os anos de 1950 e 1960. Entretanto, é a partir dos anos de 1966 que o Estado, toma para si a iniciativa do incremento populacional baseado no discurso geopolítico²². Vale mencionar que, ele não foi único responsável no processo de

²¹ Cf Magalhães 2008; Becker 1990; 2001.

²² A geopolítica “foi o fundamento do povoamento da Amazônia”. Segundo Becker (2005, 72), a geopolítica não é somente uma característica do Estado, nele há diversos agentes sociais que têm suas próprias geopolíticas, assim como suas próprias territorialidades que tendem a se articular segundo os próprios interesses.

“ocupação²³” da região amazônica, havia vários interesses na modernização da Amazônia. Consequentemente, a modernização das instituições em favor da ocupação foi uma prioridade, tais como: a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM); Redes de circulação rodoviária, de telecomunicações, urbana, entre outras medidas de apropriação e controle territorial (BECKER, 2009, p. 26).

Becker (1990, p. 19) salienta que a “modernização imposta pela estratégia governamental não é, contudo, onipotente”, visto que a realidade é dinâmica e não é estática como nos planos elaborados pelos vários governos. Nesse sentido, uma alternativa prática para a concretização desta modernização foi à promoção por parte do Estado das migrações rumo a Região Norte. Esta intervenção exerceu uma forte influência nos aspectos econômicos, fundiário e social da região.

Somando ao pensamento supramencionado de Becker, a pesquisadora Vale (2014, p. 69-70) destaca que as medidas adotadas pelo Governo Federal, tais como: projetos de colonização, assentamentos agrícolas, exploração de garimpo, construção de barragens e hidrelétricas, entre outras, “provocaram deslocamentos do Centro-sul em direção à Amazônia”. Esse deslocamento teve em seu bojo diversas motivações e desejos, sobretudo a busca de uma vida melhor e de oportunidade de trabalho. Grosso modo, o estado tomou para si o controle e o estímulo do povoamento por meio das migrações. Dessa maneira, a Região amazônica passou por um intenso processo de ocupação e colonização.

A presença de milhares de migrantes somada aos naturais da Região, fez com que, ocorressem uma justaposição de diferentes territórios e territorialidades, capazes de redimensionar e ressignificar os elementos culturais. As consequências desse incremento demográfico por meio das migrações, em especial da “Amazônia Nordestina”, trouxe a tona “tensões sociais, conflitos de terras, disputas de posse, invasões de áreas indígenas”, entre outros (VALE, 2014, p. 70).

Além das tensões e dos embates, no limiar do Século XXI, a Amazônia passou a viver novo redirecionando do discurso geopolítico, o qual, segundo Becker (2009, p. 34) pautou-se pela política preservacionista e ambiental, a qual balizou-se

²³ Para Bertha Becker (2001, p.136), “foi com a formação do moderno aparelho de Estado, associada à sua crescente intervenção na economia e no território, que se acelerou e se tornou contínuo o processo de ocupação da Amazônia, com base na dominância absoluta da visão externa e privilégio das relações com o centro de poder nacional”, assim, a questão da ocupação da Região é bastante emblemática.

não mais na apropriação territorial, mas no “poder de influir na decisão dos Estados sobre o seu uso”. O uso da Amazônia é um debate proposto pela lógica de uma geopolítica globalizada, tendo em conta, o valor estratégico das reservas e das riquezas contidas na Amazônia.

Cumprido destacar que, as migrações para a Região Amazônica, sejam as provenientes dos vários estados do Brasil como as internacionais, entre os anos de 1991 e 2010 foram fundamentais no reordenamento político, territorial e da realidade regional (TABELA 2). Becker (2009, p. 80) apresenta o Maranhão como o maior “exportador” de migrantes para os estados de Roraima e Amapá. Posto isso, mister destacar que, “as migrações para as várias unidades federativas Amazônicas reordenaram o espaço e a realidade Regional” (SOUZA, 2005, p. 258), recebendo estímulos de diversas ordens, fato que favoreceu por meio do deslocamento populacional encontros e desencontros de diferentes grupos sociais, tendo presentes diferentes temporalidades (Idem).

TABELA 2 – Residentes e lugar de nascimento entre 1991 e 2010 na Região Norte

Brasil / Grande Região	LUGAR DE NASCIMENTO					
	Total			Maranhão		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	146.815.821	169.872.856	190.755.799	5.321.661	6.440.875	7.608.881
Norte	10.027.362	12.911.170	15.864.454	478.162	655.726	744.190

FONTE: IBGE, 1991; 2000; 2010.

Observando os dados acima é possível verificar um crescimento contínuo da presença dos migrantes na Região Norte por meio dos dados censitários entre 1991 e 2010. Na primeira parte da tabela a população da Região saltou de um pouco mais de 10 milhões de habitantes para quase 16 milhões. Esse crescimento em boa parte é associado aos deslocamentos populacionais. Nesse mesmo período, destaca-se, a presença dos maranhenses, observando-se um salto significativo de quase 500 mil maranhenses para mais de 740 mil. Esse crescimento foi contínuo e acelerado.

Destaca-se que, existe uma relação de interação histórica entre o Nordeste e a Região Amazônica, “condicionando” a primeira Região como lugar de expulsão e a segunda como espaço de atração. Em vista disso, Souza e Nogueira (2013)

ressaltam que entre as duas Regiões, Norte e Nordeste, se estabeleceu um corredor de passagem, em particular no povoamento da Amazônia e de Roraima.

Dessa forma, historicamente os deslocamentos, principalmente, os nordestinos, são associados às questões da seca e a econômica, segundo as quais o Nordeste é caracterizado como o lugar atrasado – social e economicamente. Entretanto, esses argumentos só balizam o pensamento anacrônico e estereotipado em torno da migração para a Região Amazônica, fato que, hodiernamente, torna necessário lançar luzes para os novos perfis e tendências no processo migratório. Até porque, segundo Oliveira (2010, p. 167) essas questões, como a seca, por exemplo, tem ofuscado a estrutura fundiária do Nordeste brasileiro.

Nessa perspectiva, Silva (2010, p. 36-38) reforça a necessidade de entender e explicar as migrações dentro do contexto das desigualdades regionais, tendo por referência os próprios migrantes, visto que são eles os agentes desse processo social. A autora reforça que, no deslocamento populacional duas realidades são diretamente atingidas, os que partem e os que ficam, porquanto, "a denominação abstrata de migrante esconde o conjunto de situações concretas e particulares, que definem sua identidade individual e social". As situações concretas remetem ao campo da objetividade, as particularidades do campo da subjetividade.

Pode-se dizer que as objetivas ligam-se às necessidades materiais que cada indivíduo precisar para sobrevivência, tais como: comida, trabalho, moradia e etc. Já as subjetivas remetem aos sonhos e desejos, tais como: melhoria de qualidade de vida, acessão social e outros. A abordagem dessas duas realidades, para Silva (2010, p. 38), "afasta os dualismos e as exclusões, no sentido de que o real, o palpável é verdadeiro e o irreal, o invisível é falso". Nesse sentido, tanto a objetividade como a subjetividade fazem parte da vida concreta e das utopias nutridas pelo ser-humano.

Entretanto, a própria autora adverte que essa relação não pode ser vista de forma natural, como "mera funcionalidade", ou como uma simples "estratégia de sobrevivência" por parte do indivíduo. A migração impõe a "des-territorialização", o qual pode gerar conflitos, dor e/ou incertezas, experienciados por homens e mulheres por meio do "rompimento" com as raízes sociais e culturais no lugar de origem. Assim, é possível inferir que essa realidade sociocultural atinge tanto os que partem como os que ficam. Por conseguinte, o processo migratório liga-se as

condições históricas, o qual está intimamente ligado às questões sociais, econômicas, culturais entre outras.

Rodrigues e Souza (2008, p. 312) salientam que a Amazônia agregou novos aparatos à fixação do migrante por meio de novas técnicas e novas oportunidades, em especial, a possibilidade de “possuir seu pedaço de terra, onde eles fizessem seus sonhos se tornarem realidade”. Assim, a migração para a região de fronteira não engendram só os aspectos objetivos, mas, somam-se, a subjetividade de cada migrante na hora de migrar e de se estabelecer no lugar de destino. Lêna (1988, p. 95) as questões de subjetividade permeiam no imaginário do migrante, visto que “a floresta é de fato sempre percebida como um espaço mais ‘virgem’, mais natural do que, por exemplo, os cerrados”, assim, a migração tinha como pano de fundo a exploração da região, bem como a ascensão social para os migrantes.

Dessa forma, em relação à região Amazônica, a migração de nordestinos acabou ganhando características e contornos referentes a cada período histórico. Souza (2005, p. 262) infere que o fluxo migratório sempre foi uma constância, em particular, influenciado através dos surtos econômicos e “mais recentemente está fortemente ligada à ação do estado” (idem). Posto isto, verifica-se que a migração não é uma exclusividade de Roraima ou dos grandes centros, “os migrantes, oriundos das mais variadas unidades federativas, rumaram para a Amazônia buscando oportunidades que já não conseguiam vislumbrar em seus lugares de origem” (SOUZA; SILVA, 2006, p. 17).

Em linhas gerais, o processo migratório para a Região Amazônica esteve atrelado aos chamados “ciclos” econômicos e aos interesses do Estado Nacional. A intervenção destes dois fatores foi capaz de exercer uma forte influência nos aspectos econômicos, fundiário e social da região e, no caso de Roraima, não foi diferente. Portanto, “a Amazônia passou por transformações à luz da geopolítica dos governos militares, principalmente sob a égide da integração nacional e a ocupação do ‘vazio demográfico’” (MAGALHÃES, 2008, p. 72).

E, é dentro deste contexto da “modernização” da Amazônia que ocorreu um grande fluxo migratório para a Região Norte, por meio de incentivos do Governo Federal e dos locais (OLIVEIRA, 2003). E, dentre estes migrantes, é possível verificar a presença expressiva de nordestinos, em especial os do Maranhão e os do Ceará.

2.1.1 Roraima e a fronteira do Extremo Norte: Reordenamento político-territorial

A migração para Roraima não é um fenômeno recente²⁴, havendo ao longo da sua história diversas fases. Sobre elas, Rodrigues (2008, p. 19-22) aponta que na contemporaneidade é possível apontar três distintas fases que muito contribuíram para o aumento populacional. A primeira aconteceu com a criação do Território em 1943 e se prolongou até 1964. A segunda iniciou com implantação do Regime Militar, em 1964, estendeu-se até 1985. Já a terceira, foi marcada pelo declínio do Regime Militar, quando foram nomeados os civis para governar o Território e, culminando a transformação de Território em estado, em 1988, fase que perdurou até 1991, quando foi empossado o primeiro governador eleito democraticamente.

Ao longo dessas fases é possível inferir que as migrações desempenharam um papel fundamental, não só no processo de ocupação, mas, também, no reordenamento político-territorial. Reforçando o pensamento político no processo de colonização, Magalhães (2008, p. 69) infere que “o Estado passou a distribuir terras sob seu controle, estimulando e orientando os movimentos de povoamento”.

Nesse sentido, além desses estímulos governamentais, a fronteira²⁵ apresenta-se local propício à migração. Phillipe Lêna (1988, p. 93) disserta que, “cada migrante que se dirige para a fronteira, seja qual for sua relação social, alimenta a esperança de dar partida a um processo de acumulação individual, ou de abreviar este processo, assegurando assim sua promoção social e o futuro para seus filhos”. Por conseguinte, a Amazônia, assim como foi Roraima para muitos migrantes caracterizou-se como o “espaço” de busca de novas oportunidades que já não eram vislumbradas no lugar de origem.

Roraima está situado no extremo Norte do País, faz fronteira a Leste com a República Cooperativista da Guiana, ao Norte e Oeste com a República Bolivariana

²⁴ A primeira penetração efetiva no vale do Rio Branco deu-se pela “tropa de resgate do comandante Christovão Ayres Botelho, em 1736” (RODRIGUES, 2008, p.15).

²⁵ Para de Souza Martins (1996, p. 27) a fronteira se caracteriza pela situação de conflito social, de alteridade e lugar. Martins a fronteira “é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História”.

de Venezuela e, ao Sul, com os estados do Amazonas e do Pará (FIGURA 7). Registra-se que o atual estado de Roraima, até o ano de 1943, fazia parte do Amazonas, quando, o então presidente da República Getúlio Dornelles Vargas, por meio do decreto-lei nº 5.812 de 13 de setembro, criou o Território Federal do Rio Branco, tendo sua nomenclatura alterada para Território Federal de Roraima em 1962, a justificativa foi à constante confusão com o Rio Branco, Capital do Estado do Acre (MAGALHÃES, 2008).

FIGURA 7 – Mapa dos limites geográficos e a origem das emancipações municipais



FONTE: Atlas de Roraima: território e população, 2006.

Vale registrar que até 1982, Roraima só tinha dois Municípios, as saber: Boa Vista, a Capital, e Caracaraí. Em Julho de 82 através da Lei nº. 7009, de 1º de julho do mesmo ano, foram criados mais 06 Municípios, a saber: Mucajaí, Alto Alegre, São João da Baliza, Bonfim, Normandia e São Luiz do Anauá. A referida Lei foi sancionada, a época, pelo presidente da República João Batista Figueiredo. Segundo dados do IBGE (1980; 1991), dos novos municípios criados o mais “populoso”, Mucajaí, tinha 6.284 habitantes e o menos, São Luiz do Anauá, 4.237 habitantes. A fragmentação da malha Municipal só voltou acontecer, na condição de Estado, em particular entre os anos de 1994 e 1995 com a emancipação de Amajari, Cantá, Caroebe, Iracema, Pacaraima, Rorainópolis e Uiramutã.

Segundo Barros (2009, p. 61) a colonização de Roraima é denominada de colonização “tardia”, visto que, ela “aconteceu em seguida às frentes do Pará, Acre, Rondônia”. Nesse contexto, sua expansão tomou um maior impulso em meados de 1980 por meio da ação política local, a qual tomou para si o aquecimento da migração. Conseqüentemente, o processo migratório exerceu uma relevância no incremento populacional e no reordenamento espaço-territorial. Entre os anos 1980 e 1990, Roraima, obteve o maior crescimento populacional, tendo em média um crescimento superior a taxas de 9% ao ano.

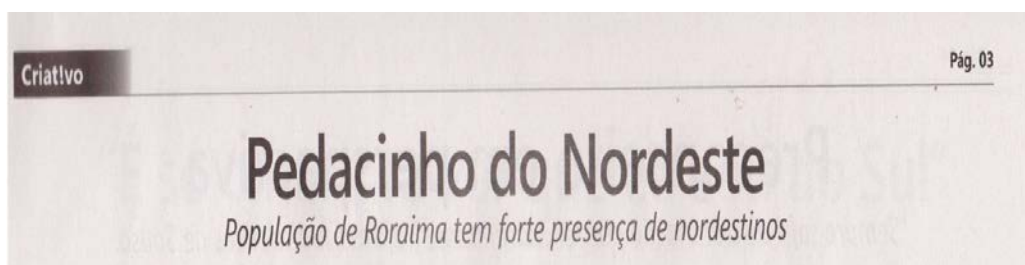
A passagem de Território a Estado dá-se dentro do contexto da redemocratização política brasileira. Assim, o Estado de Roraima foi criado por meio da Constituição Federal de 1988 através do art. 14. Entretanto, a sua efetivação, conforme previsto no parágrafo 1º desse artigo, se daria com a posse do Governador eleito na eleição de 1990. Nogueira (2011) descreve que a época sobressaia dois grupos políticos, o primeiro ligado ao Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto e o outro a Romero Jucá Filho. Ambos exerceram o cargo de Governador biônico do Território, o primeiro de 1978 a 1983 e o segundo de 1988 a 1990.

Observa-se que a eleição de 1990, mesmo contando com a participação de 6 candidatos ao cargo majoritário, a saber: Romero Jucá, Ottomar de Souza Pinto, Getúlio Cruz, Neudo Campos, Robert Dagon e Belgerrac Baptista. Ficou polarizada entre os candidatos – Ottomar, da coligação “Frente Popular Nova Estrela”, e o Romero Jucá Filho, da coligação “Roraima Pra Valer”. Sagrou-se vencedor o primeiro, o qual tomou posse no dia primeiro de janeiro de 1991 (NOGUEIRA, 2011).

2.2 DE LÁ PRA CÁ... RORAIMA E A MIGRAÇÃO DE MARANHENSES

A presença de migrantes nordestinos é marcante no cenário roraimense. Nessa perspectiva, Freitas (1997, p.128) afirmou que “devido à forte migração do Nordeste para Roraima, este estado está se nordestinando”. Como evidência dessa ocupação nordestina, o autor destaca “o sotaque” na fala que se encontra disseminado na sociedade local. Contudo, é necessário superar o tom de constatação da afirmação e configurar de forma objetiva e analítica a presença marcante dos nordestinos no estado (FIGURA 8).

FIGURA 8 – Roraima apresentada como um pedacinho do Nordeste



Fonte: Jornal Laboratório Criativo, nr. 12, maio, 2014, p. 03.

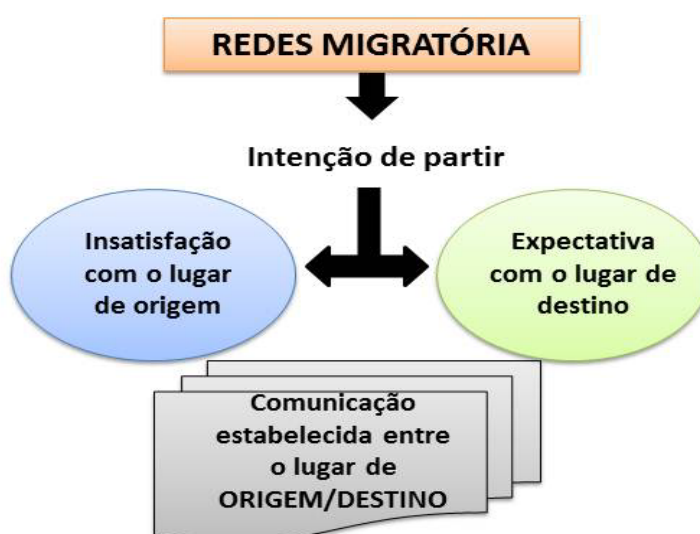
Roraima, portanto, tem uma forte presença de nordestinos, capaz de configurar no imaginário coletivo como um “pedacinho do Nordeste”. Neste aspecto, Souza (2005) acrescenta que havia interesses políticos no fomento da migração ao inferir que “o processo de reordenamento espacial e temporal decorrente da expansão da fronteira teve forte intervenção do Estado que, ao mesmo tempo, o legalizava e o legitimava, fazendo emergir um novo quadro regional” (SOUZA, 2005, p. 258).

Além das forças políticas que incentivaram e promoviam a migração para Roraima, Diniz e Santos (2008) e Souza (2009) ressaltam a presença de uma rede de comunicação ou “redes sociais”, em que se estabeleciam canais de comunicações entre o lugar de origem e o lugar de destino. Essa comunicação era facilitada por amigos, parentes, entre outros. Souza (2009, p. 50) chama essas redes de teias que “se espriam por toda a Amazônia, interligando as regiões”.

Seguindo essa linha de raciocínio, é possível estabelecer uma conexão dialógica entre os sujeitos migrantes – o que está no lugar de origem e deseja migrar

e o que já migrou e habita o lugar de destino –, na qual redes migratórias são construídas e estabelecidas a partir de toda sorte de comunicação, tendo como mediação, o “espaço de experiência” e os “horizontes de expectativas”. Nessa interface dialógica destacam-se as dimensões da memória objetiva e da memória subjetiva. Arruda (2000) desta que a memória objetiva vincula-se ao mundo exterior de inserção do indivíduo, ao passo que a subjetiva, é composta por lembranças dos sentimentos e das experiências vivenciadas (FIGURA 9).

FIGURA 9 – Esquema da comunicação estabelecida através das redes migratórias



Elaboração: Marcos Nogueira, 2014.

Com base nessa linha de pensamento, é possível inferir que, a intenção de partir é uma decisão subjetiva com fortes apelos objetivos, os quais se entrelaçam nos processos de vida cotidianos.

Barros (2009, p. 63-64) oferece uma visão sobre os fatores objetivos que explicariam a questão migratória, quando reforça que:

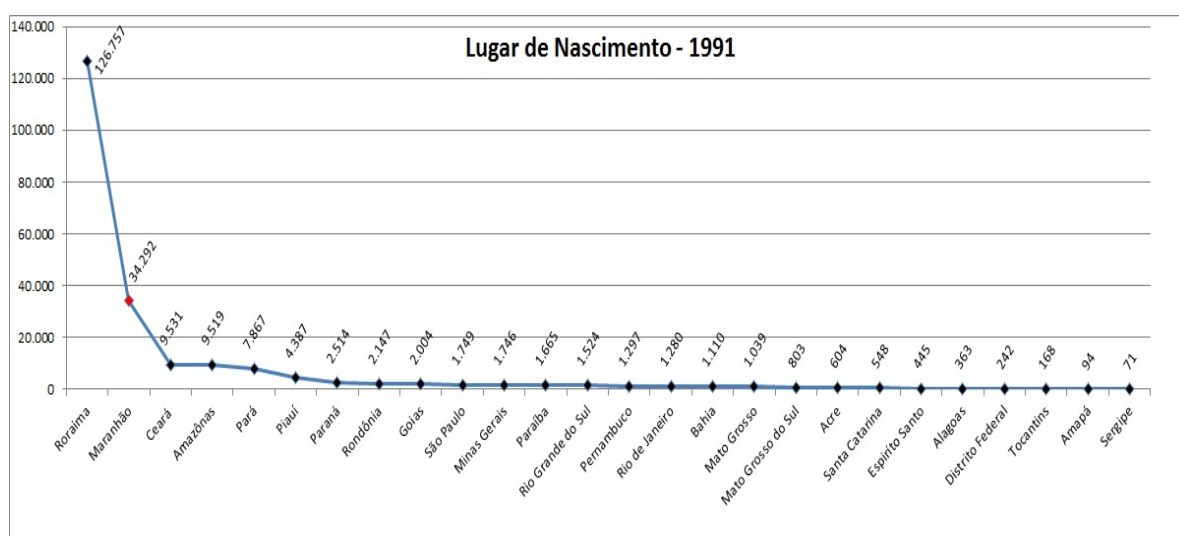
Roraima não foi propriamente uma fronteira econômica vigorosa, do tipo em que os empreendedores de gado ou grãos entrassem na frente e lhe dessem sustentabilidade empresarial. Na realidade, foi uma fronteira produzida pelo estado, com seus gastos de motivação política, ideológica e estratégica (...)

Em Roraima, o processo de expansão tomou um forte impulso em meados de 1980, quando as forças políticas locais tomaram para si o incremento

populacional por meio das correntes migratórias. Assim, o crescimento populacional deste período vinculou-se de forma direta aos interesses políticos por meio do aumento populacional com o contingente eleitoral. A fim de exemplificar esse aumento populacional, Diniz e Santos (2005) apontam-no como vertiginoso, em particular entre os anos de 1970 e 1980 a população quase duplicou, de 40.855 a 79.159 de habitantes residentes em Roraima.

Segundo os autores esse acréscimo populacional precipitou “profundas transformações na estrutura populacional”. Vale mencionar que esse crescimento se manteve na década seguinte, em particular no início dos anos de 1990 e fez sobressair à natureza de Roraima ser eminentemente urbano da ocupação de Roraima (DINIZ; SANTOS, 2005, p. 27). O Censo de 1991 (GRÁFICO 1) apresenta o crescimento dos migrantes maranhenses em Roraima, do total 217.582 habitantes, o Maranhão foi o estado que mais se destacou no incremento populacional, totalizando 34.292 pessoas. Sendo, superior aos demais estados da federação²⁶. Destaca-se, ainda que, na década de 1990, a atividade de mineração já não se configurava mais como um atrativo para a migração rumo a Roraima. Diniz e Santos (2005) e Magalhães (2008) afirmam que a fronteira agrícola serviu como atrativo para os migrantes.

GRÁFICO 1 – Lugar de Nascimento através do Censo de 1991 (Roraima)



Fonte: IBGE, 1991.

²⁶ Incluindo o Distrito Federal

Magalhães (2008) afirma que o estado não só distribuía as terras como também fazia o controle dessa distribuição. Diniz e Santos salientam as redes de comunicação e informação espalharam informações sobre a expansão da fronteira agrícola o que impulsionou a migração de homens, mais também beneficiou o incremento da vinda de mulheres. Esta realidade ecoa até os dias de hoje, basta ver a publicação veiculada no Jornal Criativo (2014), que caracterizou na charge “Migrantes em Caravanas chegando a Roraima” um grupo de maranhenses liderando a fileira da caravana, seguida pelos paraenses e os cearenses (FIGURA 10).

FIGURA 10 – Migrantes em caravanas chegando a Roraima (Charge)



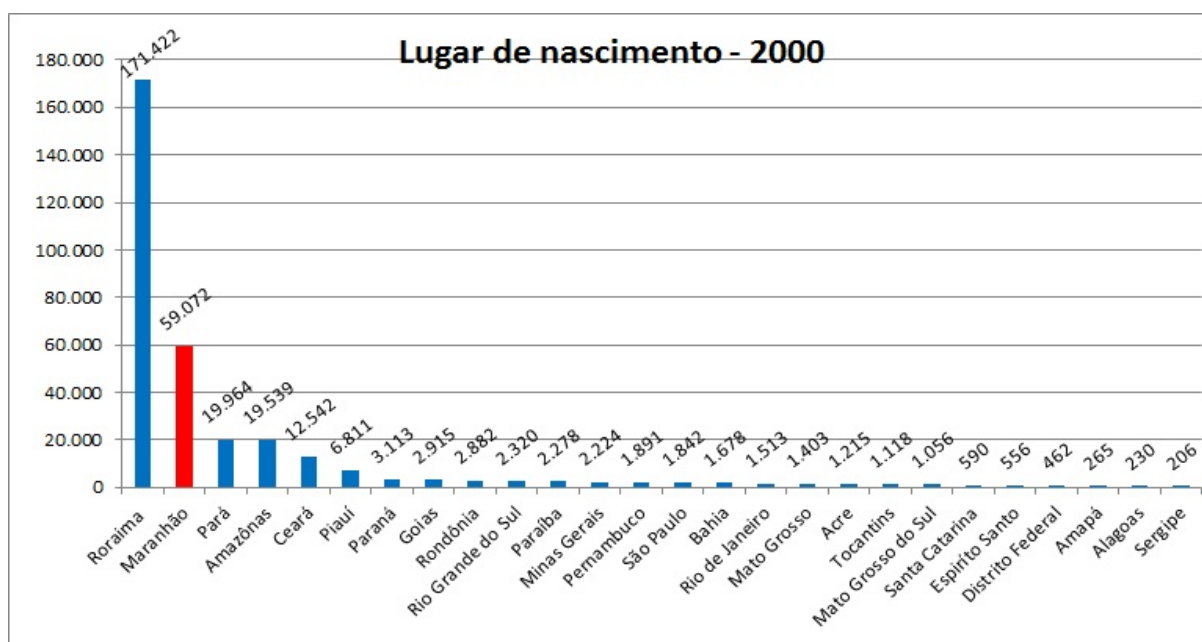
Fonte: Jornal Laboratório Criativo, nr. 12, maio, 2014, p. 02.

Com base no Censo de 1991, Roraima foi o estado que mais cresceu. Nesse sentido, O Jornal “O Diário de Roraima” confirma o pensamento de Diniz e Santos (2005) ao destacar a concentração urbana da população. Segundo o Jornal, nos últimos 11 anos, ou seja, de 1980 a 1991, Roraima cresceu mais de 173%. O

Censo destaca a supremacia da população masculina, 53,8%. Ao passo que, 43,2% eram compostas do sexo feminino (DIÁRIO DE RORAIMA, 07/02/1992).

Para o período censitário seguinte, observa-se a mesma tendência de composição da população da população estadual, como mostra o gráfico 2:

GRÁFICO 2 – Lugar de Nascimento através do Censo de 2000 (Roraima)



Fonte: IBGE/RR, 2000.

Antes da divulgação dos dados consolidados do Censo de 2000, houve divergência em torno da expectativa de crescimento da população local entre o governo do estado e a projeção feita pelo IBGE. Na charge (FIGURA 11) do Jornal Folha de Boa Vista (JFBV), a divergência foi atribuída a existência de um “triângulo das bermudas”, que possivelmente fazia alusão à migração de retorno, repercutindo a discussão já que à época da reportagem o trabalho de campo do IBGE ainda estava em andamento (JFBV, 11/09/2000, p. 05).

FIGURA 11 – Em Roraima existe o triângulo das Bermudas (Charge)



Fonte: (JFBV, 05/09/2000, p. 05).

A forma como a migração é retratada pela fonte jornalística, a partir de um discurso jocoso e irônico, reflete a notória influência e interesse que os grupos políticos locais exerciam no incremento populacional, bem como no reordenamento territorial. De acordo com a reportagem do JFBV (05/09/2000, p. 05), o grande fluxo migratório ocorria, em especial, no período eleitoral. Essa realidade social acabava por gerar uma fluidez no campo populacional. Na mesma reportagem, Vicente de Paulo Joaquim, a época Chefe da Divisão do IBGE/RR, chegou afirmar que o Estado recebia uma grande leva populacional num intervalo de quatro anos. Enquanto uns permaneciam outros retornavam ao seu lugar de origem.

Essa realidade, segundo Vicente de Paulo dificultava estabelecer um parâmetro entre o número de migrantes e a quantidade populacional. Registra-se que a mobilidade populacional na véspera das eleições fez com que ocorresse em 2000, uma investigação a fim de saber a procedência de um grupo de migrantes, bem como onde seriam suas seções eleitorais e quais as motivações da migração. A eleição retratada na reportagem aconteceu no Município de Boa Vista. A reportagem abaixo aponta que cerca de 40 mil pessoas chegaram à véspera das eleições (FIGURA 12).

FIGURA 12 – Chegada de Migrantes na véspera da eleição municipal



Fonte: JFBV, 28/09/2000, p. 07-A.

Levando em consideração a reportagem acima e com apoio nas narrativas é possível aventar que muitos migrantes vieram para Boa Vista, Roraima, com o apoio e incentivo de políticos locais. Vale registrar que diferentemente do JFBV, o "O Jornal Brasil Norte" do dia 08 de junho de 2000, noticiou que o eleitorado da Cidade de Boa Vista havia caído em percentual. Segundo o Jornal "em 1990, 70,45% dos eleitores votavam na capital. Dois anos depois, o índice caiu para 68,05%. Nas eleições de 1994 houve um pequeno aumento, para 69,25%. Em 96 voltou a cair, para 63,16%. E hoje [Sic] está em 61,60%" (JORNAL BRASIL NORTE, 08/06/2000, p. 05).

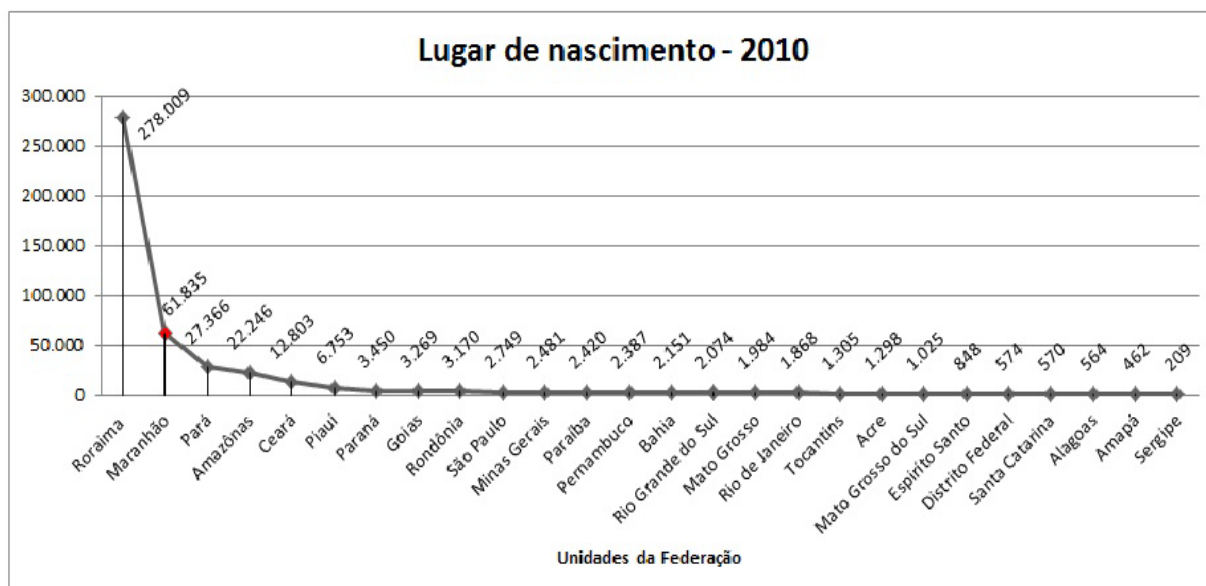
Retornando ao Censo de 2000, diferentemente das expectativas criadas em torno da estimativa populacional que, Roraima não ultrapassaria a casa dos 300 mil habitantes, o resultado final apresentou uma população de 324.397 habitantes, sendo que 247.016 moravam na área urbana e 77.381 na zona Rural. A Capital Boa Vista continuou com a supremacia populacional, 197.098 habitantes. Destaca-se, ainda, o Censo não só registrou a supremacia da migração do Maranhão para Roraima como destacou outros elementos, por exemplo, se em 1991 destacava-se o

grupo social oriundo do estado do Ceará, agora, chama a atenção para o crescimento dos paraenses e amazonenses. (Cf. Gráfico 2).

Heidemann (2010) descreve, por exemplo, que em 2006 o número dos não naturais se constituía mais de 53,7% do total da população de Roraima, ao passo que em 2007, essa taxa caiu para 50,5%. Esse panorama mostra não só um grande mosaico por meio das migrações, mais, também, deixa sobressair uma estreita relação com o estado do Maranhão por meio da presença dos maranhenses no estado e em especial em Boa Vista.

Assim, ao olharmos os Censos de 1991, 2000 e 2010 (GRÁFICOS 1, 2 e 3), é perceptível o aumento populacional de Roraima, no caso aqui, notadamente o maior incremento veio dos naturais do estado do maranhão. Assim, é significativo que na História de Roraima, a sua constituição populacional e territorial contou com a presença de diversas pessoas que migraram para o Extremo Norte dos mais diversos estados do Brasil.

GRÁFICO 3 – Lugar de Nascimento através do Censo de 2010 (Roraima)



Fonte: IBGE/RR, 2010.

Por fim, é significativo afirmar, corroborando com outros trabalhos sobre o tema, que a história de Roraima e a sua constituição populacional e territorial é notória a presença de pessoas que migraram para o Extremo Norte dos mais

diversos estados do Brasil. Esse panorama, contudo, mostra não só um grande mosaico por meio das migrações, mas, também deixa sobressair uma estreita relação com o estado do Maranhão, por meio da presença dos maranhenses no estado e em especial em Boa Vista.

2.2.1 Des-re-territorialização por meio do deslocamento migratório...

O movimento migratório transcende o “simples” ato de sair. Goettert (2010, p. 15) lembra que “toda migração é também mobilidade, mas nem toda mobilidade é migração”, isto é, a migração de pessoas implica necessariamente deslocamento territorial. Segundo o autor, a palavra migração vem do verbo *partir*, nesse caso, a migrante parte de um lugar (origem) e chega a outro (destino), contudo, ainda que haja um deslocamento geográfico, o migrante carrega consigo as relações passadas, ou seja, as relações territoriais vividas.

Nessa mesma linha de pensamento, Haesbaert (2012) reforça que a migração ou a mobilidade é o fator decisivo nos processos de des-re-territorialização. Cabe mencionar que os tempos históricos são distintos e não são sincrônicos ou harmônicos para o migrante. Cada pessoa tem o seu tempo próprio – tempo de sair (migrar) ou tempo de permanecer (ficar). Nesse sentido, assumimos uma postura epistemológica segundo a qual a migração não pode ser tomada pelo véis determinista.

Paiva (2009), ao relacionar território e migração aponta que as migrações são um fenômeno social complexo, as quais se constituem dentro de uma perspectiva individual e coletiva, em particular por força da ação das redes sociais. Nessa perspectiva o autor reforçar que:

as migrações criam um descompasso de expectativas que se explicitam cada vez que os migrantes demonstram sua capacidade de modificar – por vezes em grande magnitude – a sociedade de acolhida. Dessa forma, a produção dos territórios pelas migrações guarda múltiplos sentidos e contradições (PAIVA, 2009, p. 173)

Assim, no processo de des-territorialização de maranhenses, optamos por considerar os elementos de subjetivação e objetivação, tendo como pano de fundo

as diversas dimensões, tais como: econômica, política, social, cultural, entre outras. Haesbaert (2012), baseando-se em Deleuze e Guattari (1997), infere que, grosso modo, a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território e a reterritorialização seria a construção do território a partir de “novo-velhas” referências.

O autor lembra que existem “duas” desterritorializações, a relativa e a absoluta, ainda que, como processo as duas se relacionem e interajam entre si. Para Haesbaert a des-territorialização relativa remete ao status do território criado socialmente e a absoluta ao pensamento, ao devir e ao imprevisível. Logo, o autor advoga que, “toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização” (HAESBAERT, 2012, p. 131).

Menezes (2012, p. 26) disserta que para o migrante, a “condição de mobilidade não expressa, portanto, desenraizamento, desagregação familiar, mas, antes, uma permanente recomposição e ressignificação de suas redes de relações sociais”. Isso implica dizer que no lugar de destino haverá a construção de novas territorialidades, mas com base referencial nas territorialidades vividas no lugar de origem. Essa condição faz com que o migrante acabe nutrindo o sentimento de “ausente-presente” e do “presente-ausente”.

Para a autora, “o sentimento de ausência poderia explicar certa idealização do nosso lugar em oposição à terra dos outros” (MENEZES, ano, p. 31). Nesse sentido, na abordagem do processo migratório não podemos perder de vista a questão “territorial”, que se dá por meio da desterritorialização, e a questão da “idealização”, que evidencia a perspectiva de construir novos territórios, os quais são capazes de evidenciar a identidade migrante por meio da construção e apropriação territorial.

A construção identitária ocorre, então, por meio do território simbólico-cultural, para isso, é preciso considerar, em muitos casos, que a migração ou o deslocamento populacional não se dá só pela promoção social, nele engendra-se a subjetividade por parte do migrante ao idealizar o lugar de destino como o “território do êxito”. Assim, Mazurek (2009, p. 21) reforça a necessidade de “mirar esta migación no solamente como um viaje ‘doloroso’ desde unsitio de salida hacia outro sitio lejano, sino como la posible construcción indentitaria”.

2.2.2 História, Memórias e polifonia... Construindo histórias, (res)significando experiências migratórias

Levando em consideração o exposto acima, nesta seção, apresentamos uma síntese dos desejos e das motivações que influenciaram a migração de maranhenses para a cidade Boa Vista, Roraima, a partir das narrativas dos sujeitos no processo de des-territorialização²⁷. Por essa razão, cumpre destacar que “a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é *interpretar*”. (PORTELLI, 1996, p. 60)

Nesse ponto, o autor, reforça que o caráter subjetivo que existe na narração se dá a partir dos fatos que são importantes ao narrador. Esses fatos para Portelli (idem) se apoiam e se desenvolvem dentro de certa consciência. Assim, é significativo quando o autor infere que a “autoridade narrativa deriva justamente do caráter restritivo do ponto de vista”. Considerando esse aspecto, acreditamos que as narrativas orais fontes desse trabalho não visam universalizar ou homogeneizar o entendimento sobre o deslocamento migratório, muito menos, a des-territorialização.

Neste aspecto, Thomson (2002, p. 345) compreende que o testemunho pessoal por meio das narrativas “demostram a complexidade do real processo de migração”. Segundo o entendimento do autor, as pressões econômicas exercem influência na hora de decidir ficar ou partir, porém, ele depreende que o narrador em primeira pessoa é capaz de revelar “o complexo entrelaçamento de fatores e influências que contribuem para a migração e para os processos de trocas de informações no interior das famílias e das redes sociais” (idem).

Essa força coletiva e social, visibilizada nas redes comunicacionais, é perceptível quando a migrante Luciete Marques (2014) apresenta as boas novas sobre a cidade como motivação para a decisão de migrar: em Roraima já morava parte da família, que divulgava que “aqui [Boa Vista] era bom e [tinha] oportunidade

²⁷ Embora tenhamos realizado 09 entrevistas de migrantes maranhenses, por questões metodológicas, a fim de evitar repetições e/ou incongruência de método, optamos por citar de forma direta algumas entrevistas. Isso não significa dizer que as demais foram ignoradas, ao contrário, todas foram importantes na abordagem do tema em foco.

de trabalho”. Nesse caso, a migração liga-se a elementos de objetividade e subjetividade, pois, segundo a narradora, ao mesmo tempo em que já tinham familiares morando em Boa Vista, havia, também, a necessidade de buscar novas oportunidades, em especial no campo profissional.

Seguindo essa linha de pensamento, a narradora Crislosânia Arruda de Sousa Lima (2014) diz que a migração foi influenciada pelo desejo de sair do interior, somado ao sonho de conseguir “algo na vida”. A narrativa deixa conta: “eu morava em Fazenda, depois fui morar em Sítio Novo e depois Imperatriz. Lá fui estudar e trabalhar de doméstica”. A narradora descreve, ainda, que ao terminar os estudos teria que voltar para Sítio Novo, mas, “eu não queria voltar”. O sonho, então, liga-se a materialidade de conseguir as “coisas” por meio do estudo e da força do trabalho, portanto, o trabalho apresenta-se como a motivação para superar as dificuldades e a concretização das utopias.

Retornando a questão migratória, Silva (2005, p. 53) aponta que, “essa categoria não poder ser considerada tão somente como analítica, mas também como categoria histórica”. Nesse ponto, corroboramos com a autora, visto que, a realidade histórica, social e cultural do estado do Maranhão é cercada de contradições e exclusões, as quais se manifestam nas experiências e vivências desses indivíduos, denominados abstratamente de “migrante”.

À vista disso, é preciso compreender a migração como um “processo social”, que envolve homens e as mulheres sujeitos desse processo (SILVA, 2005, p. 54). Ela enquanto uma dimensão histórica faz perceber que os envolvidos são tantos os que partem como os que ficam. Nesse contexto, Haesbaert (2012, p. 246) diz que “a migração pode ser vista com um processo em diversos níveis de des-reterritorialização”.

Para o migrante Raimundo da Conceição (Raimundo Vaqueiro) (2014) a migração só ocorre porque o sujeito precisa. Para o narrador, “o Maranhão é um lugar bom”, contudo, ao trazer a tona o ato *mnemônico*, ele depreende: “o maranhão é bom, [contudo] se lá fosse bom, eu não estaria aqui, estaria lá”. Thomson (2002, p. 357) argumenta que “as formas pelas quais as histórias de vida são narradas – as ênfases e os silêncios, os padrões linguísticos e as metáforas – podem ser altamente reveladoras da natureza e do significado da experiência dos migrantes”.

Seguindo esse pensamento de Thomson, as experiências revelam as condições sociais em que os sujeitos estão imersos. Raimundo da Conceição (2014) recorda a situação de desterritorialização social em que vivia lá no Maranhão – **“lá a gente trabalhava por cachaça mano velho. Pagar! Ninguém pagava, não tinha esse negócio de remuneração”** (grifo nosso). Podemos inferir que as experiências pessoais compõe uma tela frente à realidade sociocultural experienciada pelo narrador.

Essa realidade de exclusão social não é diferente para os migrantes José de Ribamar Carneiro Silva e Geraldina Maria Oliveira Magalhães. José de Ribamar (2014) destaca que pelo fato de não ter instrução (escolaridade) e nem uma profissão, **“a vida lá [Maranhão] era muito difícil, por exemplo, eu não tinha conforto algum”** (grifo nosso). O conforme, segundo o narrador, ligam-se as questões objetivas, por exemplo, a possibilidade de ter segurança por meio de uma casa própria; e, questão subjetiva como sobressai em sua narrativa: **“o sentimento de exclusão deixa a gente sem perspectiva de futuro ou sem ânimo para lutar!”** (grifo nosso). Por viver nessa condição/realidade de exclusão sociocultural, a autoestima do sujeito fica comprometida.

Já para Geraldina (2014), o Maranhão é um estado rico e bom, contudo, ele se tonar **“muito difícil pra quem não tem um meio de viver, é muito difícil”** (grifo nosso). Segundo a narradora, “a vida era muito aperreada...”. Esse “aperreio” remete a dispersão da família – o marido trabalhava em garimpo e ela precisou morar noutra cidade para que os filhos pudessem estudar. Ela acrescenta: “o Zé (esposo) dias fora de casa trabalhando e eu tinha que ficar com os meninos. Foi assim que criamos os meninos”, e finaliza: “o meu sonho era poder reunir a minha família. Foi essa a motivação que me fez sair do Maranhão!”.

Thomson (2002, p. 345) lembra que:

embora as pressões econômicas influenciem as decisões da migração, o testemunho pessoal revela o complexo entrelaçamento de fatores e influências que contribuem para a migração e para os processo de trocas de informações no interior das famílias e das redes sociais

Ainda que pese a questão socioeconômica, a mesma não pode ser naturalizada ou vista como determinante na hora de migrar. No processo migratório há uma multidimensionalidade – territorial e temporal. Nesse caso, a

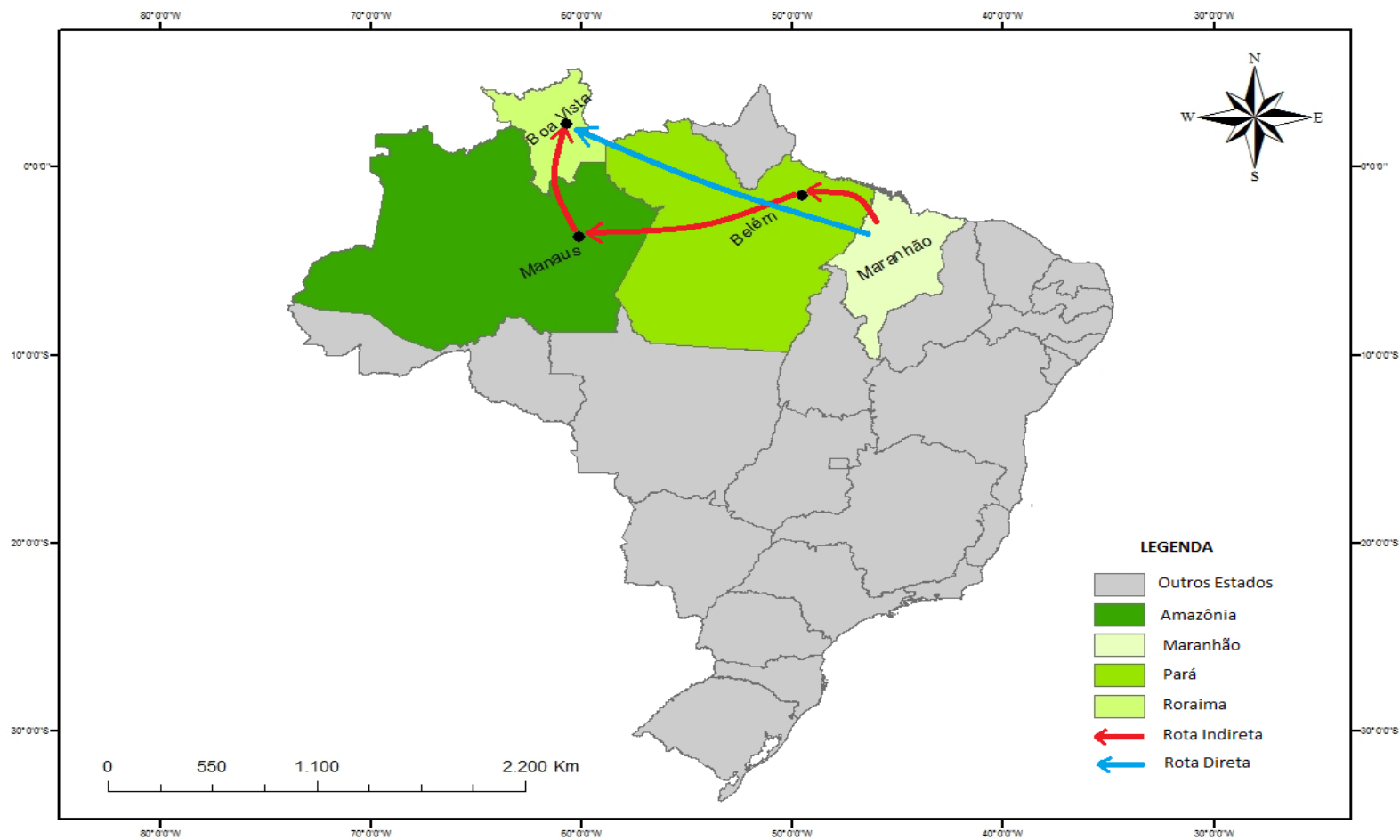
desterritorialização enquanto multidimensionalidade deve ser encarada como processos internamente diferenciados, ainda que, haja simultaneidades na dimensão do território (Cf. figura 5).

Reforçando o exposto a cima, Haesbaert (2012, p. 341) acrescenta que, “a multiescalaridade e a multidimensionalidade dos processos de des-territorialização estão associadas, antes de qualquer coisa, aos sujeitos que os promovem, sejam um individuo, um grupo ou classe social“. Seguindo essa linha de pensamento o autor infere que, no bojo dessa questão reside a conjugação de múltiplos sujeitos, sendo, portanto, necessário levar em consideração a ação de cada um desses atores sociais, pessoal ou socialmente.

2.2.2.1 O papel das redes sociais no deslocamento populacional... Rotas migratórias entre o Maranhão de lá e o de cá

As narrativas revelam não só os desejos e as motivações pessoais ou coletivas, mas interligam as experiências, as tensões e as ambiguidades do cotidiano experienciadas pelo migrante no lugar de destino. No estudo da des-re-territorialização é preciso levar em consideração a “força” e “atuação” das redes sociais, não só como motivadores na hora de decidir, mas como modeladores que agem e produzem uma ação social. Raffestin (1993, p. 156) destaca que a rede social pode “ser abstrata ou concreta, visível ou invisível”.

O essencial, nesse caso, destaca-se pela dinamicidade que há nas inter-relações estabelecidas pelos sujeitos dentro das próprias redes sociais. Haja vista que, as referidas redes são formadas e estabelecidas a partir das relações e dos contatos sociais entre seus membros (SILVA, 2010, p. 39). Consequentemente, as fontes orais do presente trabalho nos proporcionaram, *a priori*, estabelecer duas rotas migratórias, lembrando que estas rotas não são generalizantes ou deterministas, mas reflexo das experiências pessoais e sociais dos sujeitos envolvidos no processo migratório (FIGURA 13).

FIGURA 13 – Mapa das rotas migratórias entre os estados do Maranhão e Roraima

Organização - Marcos Nogueira, 2014; **Elaboração** – Vivian Karinne Morais Rodrigues, 2014

Segundo as narrativas é possível visualizar duas rotas migratórias entre os estados do Maranhão e Roraima, como destacamos por meio do mapa acima. Na primeira sobressaem os migrantes que necessitaram de ajuda para o deslocamento. Ajuda esta que se fez presente por meio de amigos, parentes e políticos (interessados no incremento populacional e no fortalecimento de suas bases eleitorais em Roraima).

Com base nas narrativas a presente rota se caracterizava com a saída do Maranhão dirigindo-se a Belém, estado do Pará, de dessa última cidade, muitos pegavam o barco com destino a Manaus. A partir de Manaus a viagem seguia via terrestre com destino a Boa Vista, Roraima. A segunda rota, aqui delimitada, é constituída por migrantes que por meio de um poder aquisitivo maior são capazes de sair do Maranhão direto para Boa Vista, Roraima, sem necessariamente precisar fazer o percurso via Belém ou ainda viajarem por meio de barco até Manaus.

Soares (2004) ao estudar as migrações internacionais faz uma reflexão da ação das redes sociais enquanto teias interligadas. Nessa perspectiva o autor disserta:

a teia de relações sociais interligadas, mantida por um conjunto de expectativas mútuas e de comportamentos determinados, que apoia o movimento de pessoas, bens e informações, que unem migrantes e não migrantes, que liga comunidades de origem a lugares específicos das sociedades de destino, constitui a rede migratória. Essa rede tende a se tornar auto-suficiente com o tempo, por causa do capital social acumulado, que faculta aos migrantes em potencial contatos pessoais com parentes, amigos e conterrâneos, além de oportunidades de emprego, hospedagem e assistência financeira no destino (SOARES, 2004, p. 106).

Como destacou Soares (2004), as relações sociais formam uma teia que está interligada, em particular por meio das expectativas mútuas, o quê nos remete ao esquema – “espaços de experiências” e “horizontes de expectativas”. É importante notar, ainda, que quando registramos as histórias dos migrantes, “não captamos evidências inestimáveis sobre a experiência anterior e as histórias de vida. As próprias histórias representam a constante evolução dos modos pelos quais os migrantes constroem suas vidas através de suas histórias” (THOMSON, 2002, p. 346).

Assim, o papel das redes sociais no deslocamento populacional se dá por meio da “construção” das rotas migratórias, estratégias de deslocamento entre o Maranhão de lá com o que cá. Os migrantes – Crislosânia Arruda, Pedro Lima, Dário dos Santos, Alfredo Machado, William Ferreira, Raimundo da Conceição, José de Ribamar Luciete Marques e Geraldina Maria relatam que já tinham parentes ou amigos em Roraima e, no geral, foram essas redes sociais e comunicacionais que possibilitaram a migração.

Nesse sentido, Silva (2010, p. 40) disserta que “a rede torna-se real, efetiva, quando utilizada no processo de ação. Assim, não se pode ‘estar em rede’ se não houver práticas que acessem recursos e que coloquem em movimento, por meio de intervenções, intenções coletivas”.

William Ferreira (2014) descreve que a ajuda que recebeu ajuda da cunhada que já morava em Roraima. O narrador lembra que a irmã da sua esposa veio e trouxe primeiro um dos filhos. Como William já tinha escutado que “aqui [Roraima] era muito bom, então pensou com a esposa, e por que não?. Então decidi vim morar em Roraima”. O narrador destaca: “foi graças a ajuda da minha cunhada que consegui sair do Maranhão. **Rapaz! A vida no Maranhão foi muito pesada. A vista da vida que eu tinha lá, aqui eu sou um milionário**” (grifo nosso).

Raimundo da Conceição (2014) descreve, ainda, a importância da rede de solidariedade para financiar a migração a fim de sair da realidade em que vivia:

Eu ia trabalhar, depois davam cachaça como pagamento e no final só davam 5 reais em dinheiro. Na minha época de solteiro tudo bem, eu não estava nem aí, mas, [agora] eu tinha que construir uma família. O meu sonho era deixar uma raiz, deixar um descendente. Então pensei: o Maranhão não dá mais pra mim. Foi quando falei pra minha cunhada [que já morava em Boa Vista]: me leva com vocês. Eu não tenho como pagar as passagens, mas se você nos levar, eu prometo pagar.

Geraldina Maria (2014) diz que o marido veio primeiro e depois ele mandou buscar o restante da família. O destaque da narrativa consiste na atuação das redes sociais e comunicacionais pelo menos:

Ele [esposo] veio por causa de um tio dele. [O tio] disse que aqui era melhor, então, ele veio e nós ficamos. Com cinco meses ele mandou a gente vender a casa, [ela] era o único bem que a gente tinha. Ai no mesmo dia eu sai procurando venda pra essa casa. E graças a Deus eu vendi e um candidato daqui nos deu as passagens, senão até hoje estaríamos lá.

Na narrativa acima é perceptível a atuação concreta de grupos de interesses, nesse caso “um candidato daqui [Roraima]”. Segundo Geraldina “ele [o candidato] deu sete passagens. **Eu devo isso a ele, até hoje eu devo porque naquela situação que nós vivíamos sem dinheiro, era difícil.** Eu vendi a casa e fiquei recebendo de cem, duzentos reais e mandava para o Zé construir nossa casa aqui” (grifo nosso). Essa situação gera no migrante um sentimento de “dívida de gratidão”. Essa dívida fica clara quando a narradora diz: “[o] **candidato daqui nos deu as passagens, senão até hoje estaríamos lá**” (grifo nosso).

Neste prisma, Silva (2010, p. 43) lembra que:

As redes sociais formadas por integrantes do poder político-partidário, por exemplo, não podem ser consideradas de solidariedade em sentido amplo, mas se constituem num meio de ajuda mútua para o fortalecimento hegemônico internamente, pelo menos até o momento em que for conveniente a cada um de seus integrantes. A solidariedade aparece na possibilidade de benefícios àqueles que fazem parte da mesma, sendo o primeiro objetivo a manutenção do poder ou a tomada dele.

As redes se constituem a partir de um dado “território” para outro determinado “território”. Logo, Silva (2010, p. 40) lembra que a “ação em rede se redefine constantemente e tem a capacidade de se auto avaliar porque a rede não é, a rede está”. Seguindo essa linha, a autora, advoga que, “(...) as redes, especialmente as sociais, se modificam muito rapidamente, com inserção ou exclusão de indivíduos” (idem, p. 42). Portanto, cremos que no jogo de interesses há preocupação da manutenção do *status quo*, ou seja, a manutenção do poder por parte de um grupo político local, no entanto pode não ser capaz de macular o sentimento de gratidão, o vínculo que liga o migrante ao certo agente ou ao grupo de interesse, como ficou explícito na fala de Geraldina.

Considerando o exposto, observamos que a migração se apoia em uma rede de sociabilidade “transescalar”. Saquet (2011, p. 89) lembra que a “territorialidade é concomitante, trans-multiescalar e trans-multitemporal: é reproduzida com descontinuidade, (mudanças e permanências) sócio-naturais e temporais”. Essa relação se traduz territorialmente nas formas que a inserção social do migrante assume no lugar de destino.

3. TERRITÓRIO (I)MATERIAL.... “O MARANHÃO É AQUI”: Territorialização maranhense na cidade de Boa Vista/RR

“O território (...) é a cena do poder e o lugar de todas as relações (...)”.

RAFFESTIN, 1993

A categoria geográfica de território é apreendida como uma dimensão sociocultural do ser humano que ultrapassa as dimensões (i)materiais. Nesse sentido, o presente capítulo busca identificar a territorialização maranhense na cidade de Boa Vista; e, analisar a inserção territorial maranhense na cidade de Boa Vista por meio do processo de re-territorialização, para tanto, toma-se as dimensões material e simbólico-cultural do território, haja vista que, a territorialização pode ser compreendida a partir de múltiplas formas, seja na sua construção e/ou apropriação por meio de ações concreta ou simbólica.

Haesbaert (1997, p. 42) disserta que o Território envolve:

ao mesmo tempo mas em diferente graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos

A categoria geográfica de território é apreendida como uma dimensão sociocultural do ser humano que ultrapassa as dimensões (i)materiais. Nesse sentido, o presente capítulo busca identificar a territorialização maranhense na cidade de Boa Vista; e, analisar a inserção territorial maranhense na cidade de Boa Vista por meio do processo de re-territorialização. Para tanto, toma-se as dimensões material e simbólico-cultural do território, haja vista que a territorialização pode ser compreendida a partir de múltiplas formas, seja na sua construção e/ou apropriação por meio de ações concreta ou simbólica.

Haesbaert (1997, p. 42) disserta que o Território envolve:

ao mesmo tempo mas em diferente graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos

Para o autor, essa apropriação e a ordenação do espaço-território faz com que ocorra ao mesmo tempo uma disciplinarização do indivíduo, o que não implicar dizer que, o indivíduo torne-se um ser mecânico ou robotizado. A territorialização se inscreve sempre numa perspectiva de poder, não apenas no sentido da apropriação física ou material, mas, também, nas dimensões simbólico/cultural. É no processo de re-territorialização que são engendradas, ao mesmo tempo, as relações de identidade e pertencimento ao lugar de origem e de destino (HAESBAERT, 1997, p. 40). Nesse sentido, toma-se a cidade de Boa Vista, Roraima, como *lócus* dessa inserção por meio da territorialização – material e simbólico/cultural.

É interessante observar que a gênese da cidade se deu a partir da fazenda Boa Vista²⁸, que posteriormente transformou-se em município em 1890²⁹. Na época, a implantação do município atendia uma necessidade geoestratégica, consolidada por meio de uma geopolítica para o extremo Norte do país. Entretanto, Veras (2009) reforça a tese que a criação do município não significou atenção especial pelo poder central. O seu desenvolvimento só ocorreu a partir do século XX com a implementação do plano urbanístico que ocorreu na segunda metade da década de 1940 e ao longo de 1950.

Seguindo essa linha de pensamento, Veras (2009) acrescenta que com a chegada do primeiro Governador, Cap. Êne Garcez dos Reis, houve uma maior mobilidade de pessoas e, conseqüentemente, a expansão da urbana da cidade. Para o autor, essa relação da dinâmica territorial iniciada na década de 40 do século passado, prolonga-se até os dias atuais. Essa assertiva confirma que a produção do

²⁸ Registra-se que o interesse pela região, Vale do Rio Branco, teve seu início em 1750 por ocasião da demarcação das fronteiras coloniais de Portugal e Espanha, estendendo-se por meio do interesse na ocupação da área de Fronteiras através dos países vizinhos, hoje, República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativista da Guiana.

²⁹ A criação do município de Boa Vista deu-se com o desmembramento do município de Moura/AM.

espaço, bem como a dinâmica das migrações para Roraima, em especial para a Cidade de Boa Vista, contou com um forte incremento das forças políticas locais.

Assim, a intensificação das correntes migratórias a partir da década de 1940, contou com um forte estímulo do “governo do antigo Território, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelo Plano Nacional de Desenvolvimento e Plano de Integração Nacional” (SUPLEMENTO ESPECIAL DO JORNAL FOLHA DE BOA VISTA, 09/09/2013, p. 14). Nesse prisma, Boa Vista passou a ser um polo regional, desempenhando diversos papéis – político-administrativo e, também, forte influência no campo socioeconômico, cultural e espaço-territorial.

Nessa conjuntura, Silva (2007, p. 266) destaca que Boa Vista, desempenha um importante papel político na medida em que concentra as tomadas de decisões, “desde a sua condição de capital de Território Federal do Rio Branco e hoje estado de Roraima”. Dentro dessa perspectiva, e com o crescimento do núcleo urbano da Cidade de Boa Vista, foi preciso novas intervenções no reordenamento territorial.

Essas intervenções se intensificaram entre as décadas de 1960 e 1980, quando houve uma “explosão” demográfica e territorial por meio dos fluxos e/ou correntes migratórias. Para Barbosa (1993), na década de 1980, Roraima, tornou-se a unidade federada mais atrativa. Registra que havia, por um lado, uma baixa densidade demográfica e, por outro uma vontade política local, o que atraía o autor chamou de uma “população descapitalizada”. Tal interesse por parte da classe política local foi motivada pelo desejo de formar uma base político-eleitoral.

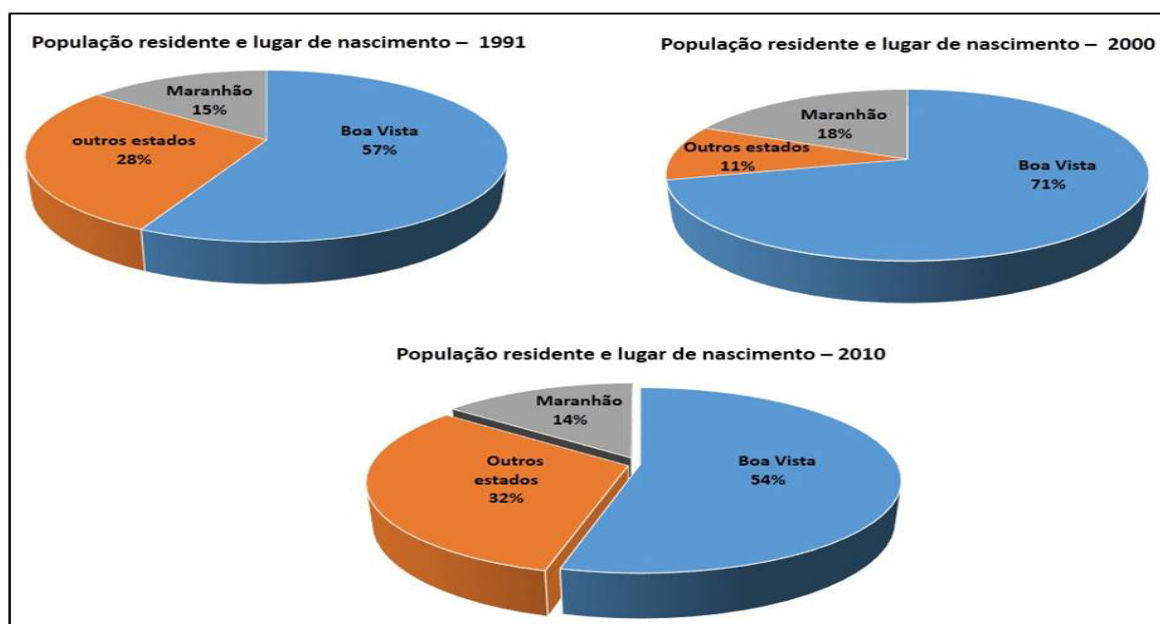
Silva (2009) lembra que:

A expansão da cidade (...) se deve principalmente às iniciativas dos dois períodos do governo Ottomar de Souza Pinto entre 1979 e 1983 e entre 1991 e 1995 intercalado pelo governo de Romero Jucá, entre 1987 e 1989, quando estes estimularam o surgimento de novos bairros com uma política de incentivo migratório.

Em 1991 o Censo registrou 144.250 pessoas que se declaram residentes na cidade de Boa Vista. Já no ano 2000 superou a casa dos 200 mil habitantes. É possível observar que esse crescimento foi uma constante, tanto que, em 2010 a população superou os 284 mil habitantes (IBGE, 1980; 2010). Ressalta-se que ao

longo desse período houve uma constância na migração de maranhenses (QUADRO 1). Essa realidade fez com que Boa Vista concentrasse um grande contingente de migrantes oriundos do estado Maranhão.

QUADRO 1 – Lugar de nascimento da população na cidade de Boa Vista, RR – 1991, 2000 e 2010 (Boa Vista)



Fonte: IBGE, 1991; 2000; 2010.

Com base no quadro acima, é visível uma variação nos dados, em especial naqueles referentes aos que se declararam de Boa Vista e de outros estados. Os Censos de 1991 e de 2010 apresentam uma constância nos dados, enquanto que o de 2000 apresentou uma discrepância nos dados revelados pelo IBGE. Ainda que aja essa variação nos dados do Censo de 2000 no que refere aos naturais de Boa Vista, é notória a constância dos grupos dos sujeitos sociais oriundos do Maranhão nos três períodos dos censos.

O aumento populacional e as transformações territoriais verificadas na cidade de Boa Vista, fizeram com que Pinheiro, Falcão e Oliveira (2008) refletissem sobre uma relação complexa engendrada pelas diferentes dimensões desse processo, a saber: política, ambiental, populacional e pública. Segundo os autores, essa realidade social aponta também para a incapacidade do município de atender as

demandas da população no que se refere aos serviços básicos. Nota-se que, essa realidade fez sobressair duas paisagens no contexto urbano da cidade de Boa Vista.

Para os autores:

(...) de um lado, tem-se a cidade previamente planejada, com ruas largas, arborizadas, bem servida de infraestrutura, bens e serviços. Por outro lado, se observa um ambiente sem infraestrutura, bairros precariamente adensados, ruas de traçado irregular, povoadas por casebres (PINHEIRO; FALCÃO; OLIVEIRA, 2008, p. 201)

Hodiernamente, a realidade social ainda continua desafiadora, apesar de inúmeras transformações no modelo estrutural das casas, assim como a implantação de projetos de financiamento de casas populares e de conjuntos habitacionais. Silva (2009, p. 69) lembra que “no decorrer dos primeiros anos do século XXI, o tecido urbano de Boa Vista continua tendo alterações, obrigando novas formas de análise espacial”. Conseqüentemente, mister destacar que a expansão demográfica fez com que houvesse a necessidade de redefinir a configuração territorial da cidade de Boa Vista.

Em 1991, o Plano Diretor de Boa Vista definia a cidade a partir de quatro zonas, a saber: Norte, Sul, Leste e Oeste. Com base nos dados do IBGE de 2010, a zona Norte concentrava 23.913 habitantes; a zona Sul, 13.620 habitantes; a zona Leste tinha um pouco mais de 4 mil habitantes; enquanto a zona Oeste tinha 229.454 habitantes. A partir dessa divisão é possível visualizar que a zona Oeste concentra mais de 86% da população da cidade de Boa Vista (SILVA, 2009).

Silva (2009, p. 69) identifica que:

nessa configuração, a maior parte da população, que vive nas zonas Oeste e Sul, é moradora de bairros, que tiveram sua formação inicial a partir de 1992, quando as políticas do Governo Estadual se voltaram para promover o assentamento de famílias nas áreas citadas. Doadas pelo poder público, os moradores dessas áreas alegam ser essa a razão maior de sua permanência nesses bairros com uma característica comum - a marcante presença de população migrante

Nesse sentido, corroboramos com Vale (2007) quando aponta que a fim de compreender o crescimento demográfico de Boa Vista, faz-se necessário estudar os diferentes períodos e fluxos migratórios, o qual é possível apontar diferentes fatores

e motivações que influenciaram na hora de migrar, por exemplo, a busca de melhores condições de vida e trabalho, dentre outros fatores.

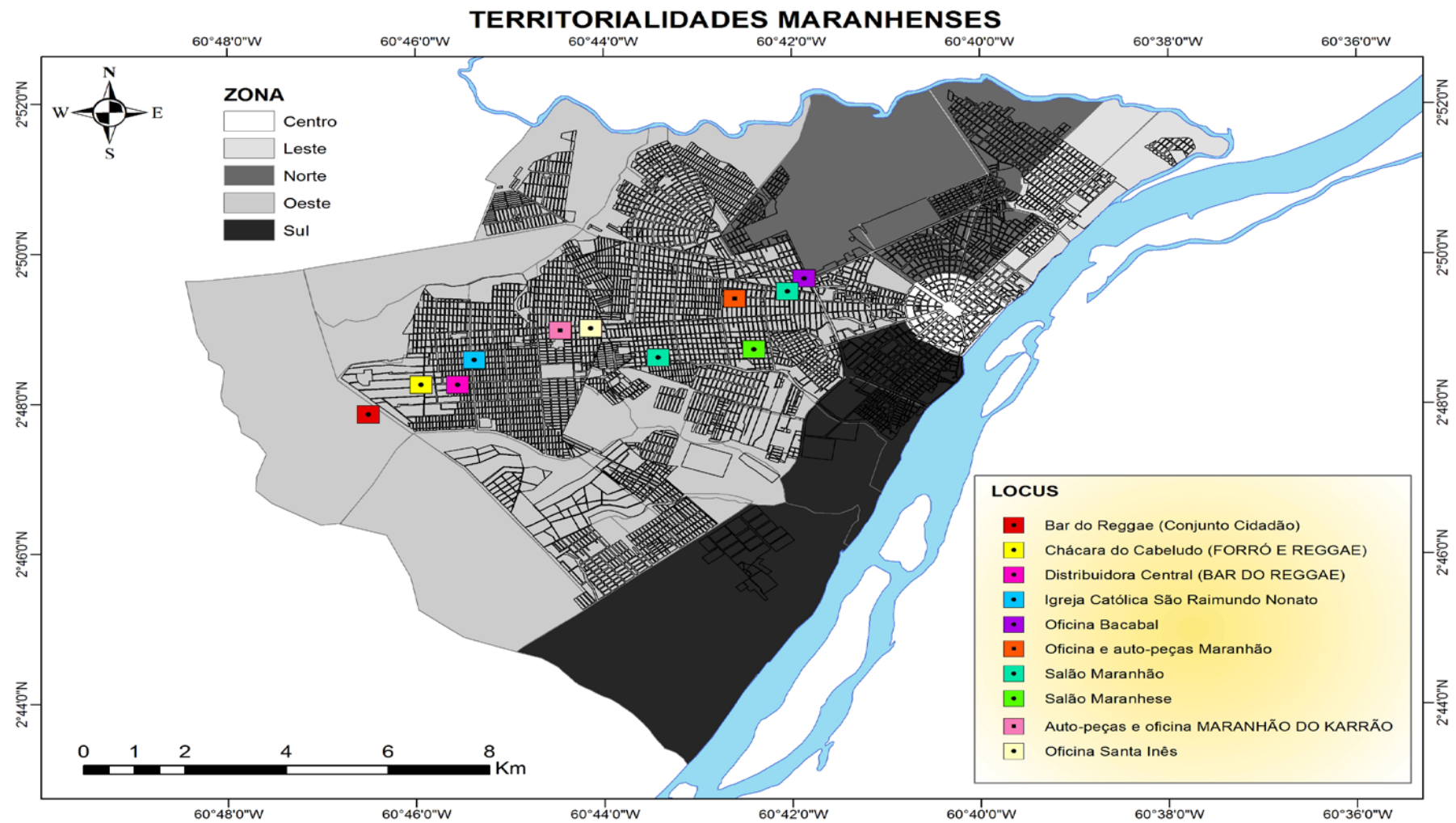
3.1 RE-TERRITORIALIZAÇÃO MARANHENSE NA CIDADE DE BOA VISTA/RR

Posto o contexto e o *lócus* da área de estudo, cumpre destacar a necessidade de separar e distinguir o “Território como instrumento de Poder Político” e o “Território como espaço de identidade cultural”, conforme propõe Haesbaert (1997). Segundo o autor, no primeiro caso, o Território remete a uma dimensão estatal, ao passo que, no segundo, predomina a dimensão cultural e da subjetividade na apropriação simbólico/cultural ao território.

Considerando o território a partir do “revestimento” afetivo e simbólico ou, ainda, como reflexo de uma multidimensionalidade do vivido-territorial, no mapeamento das territorialidades dos maranhenses na cidade de Boa Vista chama a atenção os seguintes pontos: primeiro, por ser considerado o maior grupo social de migrantes na capital, Boa Vista, Roraima, a territorialização é parca e manifestada de forma tímida; o segundo ponto é que as territorialidades mapeadas estão todas localizadas na zona Oeste da cidade de Boa Vista (FIGURA 14).

No primeiro caso, por exemplo, em algumas abordagens aos proprietários de estabelecimentos que tem marcado elementos de territorialização em seus negócios, é nítido o incomodo quando são indagados sobre o que representa a fachada do prédio ou loja remeter a elementos que dizem respeito ao estado do Maranhão. Já no segundo ponto, *a priori* levamos em conta que é a zona Oeste que concentra o maior contingente populacional da cidade, logo, é o local onde há a maior incidência de migrantes, em especial os oriundos do estado do Maranhão.

FIGURA 14 – Mapeamento das territorialidades maranhenses na cidade de Boa Vista/RR



Organização – Marcos Nogueira, 2014; **Elaboração** – Vivian Karinne Morais Rodrigues, 2014.

Neste sentido, Silva, Almeida e Rocha (2005) ao estudarem o zoneamento da cidade destacam “a segregação como conteúdo da nova morfologia urbana de Boa Vista-RR”, ou seja, o crescimento populacional e sua distribuição “sugere uma série de determinantes ao longo da formação territorial do lugar e está relacionada às condições econômicas da população”. Destacam, ainda, que “na zona Oeste, reside a população assentada, bem como aquela que realizou a ocupação por invasões, mas, de qualquer forma, predominam nela, principalmente pessoas de baixo poder aquisitivo” (SILVA; ALMEIDA; ROCHA, 2005, p. 49). Esse fato torna-se relevante na compreensão do quadro social que sobressai quanto às territorialidades maranhenses na cidade de Boa Vista.

Registra-se que, Haesbaert (1997, p. 38) apoiado em Barel (1986) infere que o território não poder ser visto e/ou compreendido apenas pela ótica de um domínio. Suas dimensões engendram e incorporam elementos (i)materiais e dependendo do grupo ou classe, o território é “revestido” e assumido pela lógica afetiva, visto que, “(...) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial” (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

3.1.1 Re-territorialização e a dimensão simbólico-econômico-cultural

A migração de maranhenses revela-nos que a des-re-territorialização se apresenta como um movimento contínuo, no qual a reterritorialização se caracteriza no movimento de construir novos territórios no lugar de destino, ainda que, haja elementos de continuidade e de descontinuidade; de materialidade e imaterialidade. Segundo Haesbaert (2012, p. 101) é preciso pensar a “territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas”, ou seja, na medida em que ocorre a desterritorialização se processa a reterritorialização.

Assim, a apropriação do território por meio do simbólico-cultural é condição da prática humana, no presente trabalho dos maranhenses residentes na cidade de Boa Vista. No caso da foto a seguir, a territorialização não só liga ao lugar de origem, a cidade de Bacabal, Maranhão, mas revela uma estreita relação

estabelecida a partir do migrante com a forma de construção sócio-identitária (FOTO 1). Saquet (2007) disserta que o Território é apropriado e construído cotidianamente. Nesse modo, a Mecânica Bacabal faz parte da dimensão simbólico-econômica e afetiva.

FOTO 1 – Territorialização maranhense, Oficina Bacabal, Jardim Floresta



Foto: Marcos Nogueira, 2014.

Entendemos como dimensão simbólica porque a mesma tem a função de ligar o lugar de origem com o lugar de destino, nesse caso por um viés econômico, visto que a mesma faz parte do ofício do migrante. Nesse contexto, a des-reterritorialização é, portanto, um processo de complementariedade dentro do contexto de continuidade e descontinuidade, a exemplo do que diz Saquet (2007, p. 69), quando reforça a ideia de que “na descontinuidade, há a reprodução de elementos/aspectos inerentes à vida diária dos sujeitos sociais”.

Nesse sentido, a reprodução territorial, bem como sua apropriação através da territorialização faz sobressair elementos identitários, sociais e culturais, ressaltando que o Território exerce diferentes combinações e funcionalidades que ultrapassam os limites da simbologia, ou seja, ele passa a ser fonte de significados, seja como fonte de recurso, proteção ou de abrigo (FOTO 2). Esses significados

podem ser assumidos de forma individual ou social por meio do processo de territorialização (HAESBAERT, 2008).

FOTO 2 – Fachadas prediais³⁰ externando a territorialização maranhense na cidade de Boa Vista/RR



Fotos: próprio autor, 2014.

Como já mencionado, a territorialização é um movimento de reprodução social, cultural e simbólica e, seguindo essa linha de pensamento, Saquet (2007) expõe que essa dinâmica é cada vez mais complexa porque envolvem forças produtivas por meio de máquinas, redes de circulação e comunicação. Da mesma forma, o autor afirma que “a definição de territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, a dinâmica econômica centrada em seus agentes sociais” (SAQUET, 2007, p. 70).

³⁰ Figura A - estabelecimento localizado na Rua Felipe Xaud, bairro Asa Branca; B - o Salão Maranhense está localizado na Av. Manoel Felipe, bairro Buritis; C - Auto Peças e Oficina Maranhão do Karrão, bairro Nova Canaã; D - Oficina e Auto Peças Maranhão, bairro Buritis. Todos os bairros integram a Zona Oeste da Cidade de Boa Vista.

Assim, as fotos expostas acima representam mais do que a dinâmica econômica centrada nos agentes sociais. Nela o migrante busca externar sua territorialização, tendo como mediação a comunicação visual. Essa dinâmica centrada nos sujeitos sociais possibilita que alguns externem suas territorialidades no seu ofício profissional. Dário dos Santos (2014) ao narrar como escolheu o nome do *Salão Maranhense* diz: “no Maranhão trabalhava em salão cortando cabelos”, por isso, quando resolveu abrir seu próprio negócio em Boa Vista, resolveu colocar um nome que **“ligasse a minha origem. Que mostrasse da onde eu vim”** (grifo nosso) (FOTO 3).

FOTO 3 – Dário dos Santos – proprietário do São Maranhense, Bairro Buritis.



Foto: Marcos Nogueira, 2014.

Ao recordar o período em que escolheu o nome do estabelecimento do seu ofício profissional, Dário dos Santos diserta: “quando o meu irmão chegou do garimpo em 1989, ele exclamou: rapaz tu é doido. – Eu disse, por quê? – [Ele respondeu] o pessoal daqui não gosta de maranhense”. Segundo Dário dos Santos, o “não gostar” ligava-se ao “preconceito” sofrido por muitos maranhenses por parte das pessoas que teciam comentários jocosos, pejorativos ou até ofensivos. Conta

ele que como resposta ao irmão, “eu disse – eu não achei outro nome, [então] vai ser mesmo, Salão Maranhense”.

O narrador reforça que no começo ouvia muitas críticas e piadas, mas que não se importava, pois não tinha planos de ficar em Boa Vista e levava os comentários como uma forma de brincadeira. Entretanto, ao mesmo tempo em que o narrador “tenta” atenuar o preconceito, tomando-o como uma brincadeira, discorre de forma enfática: “eu não posso esconder a minha origem, a minha identidade e nem a de onde eu venho, eu sou maranhense, eu sou do Maranhão” (grifo nosso). Eu “sou” é a maneira como o migrante estabelece os limites e as referências territoriais de lá pra cá.

A foto acima não só evidencia a territorialização de Dário dos Santos (2014), mas destaca, ainda, a dimensão relacional que existe com o Maranhão. Relação que é manifestada, também, por meio do time de “coração” ao usar a camisa do Sampaio Correia Futebol Clube³¹, time tradicional do lugar de origem. Albuquerque Júnior (2012) disserta que o homem é um ser territorial por natureza, o qual busca demarcar seu território a partir de uma série de demarcações.

Nesse caso, a posse e o domínio, ainda que simbólico-cultural, liga-se a relações de poder. Logo, segundo o autor, o preconceito geográfico está intimamente relacionado à forma como ocorrem e são estabelecidas as relações a partir do território. No geral, os preconceitos nascem a partir das diferenças, pois, eles falam muito das divisões territoriais e das identidades construídas pelos sujeitos, em particular na forma em que ocorre a territorialização ou as territorialidades.

Nessa perspectiva, a migração possibilita ao “não natural” o sentimento de estar no lugar, mas não ser desse lugar, nesse caso, pensou no lugar como meio da dimensão territorial, ou seja, no dia a dia a construção ou o fortalecimento da sua identidade se faz necessário à oposição ao natural. Essa oposição é uma forma de

³¹ Segundo Site Oficial do Clube o Sampaio Corrêa Futebol Clube foi fundado no dia 25 de março do ano de 1923 e o nome “Sampaio Corrêa surgiu em homenagem ao Hidroavião Sampaio Corrêa II, que apontou na cidade de São Luís, na Praia do Caju, atual Avenida Beira Mar, no dia 12 de dezembro de 1922, sob o comando do piloto brasileiro Pinto Martins e do americano Walter Hinton. Os dois tentavam realizar a primeira ligação aérea entre as Américas, levantando vôo dos Estados Unidos para o Brasil” (Cf. <http://www.sampaiocorreafc.com.br/historia/>).

enfrentar o(s) preconceito(s) sofrido(s) por não ser “natural”, isto é, a migração representa o indivíduo como ser um “estranho” no lugar de destino.

Para a migrante Luciete Marques (2014) o migrante sofre o preconceito por ser o “diferente” numa terra que lhe é estranha e reforça que o grande prejudicado é próprio migrante por assumir os preconceitos. Em relação aos maranhenses na cidade de Boa Vista, a narradora lembra que:

todo maranhense sofre com os preconceitos. E o pior, quem mais se prejudica é o próprio maranhense por se achar inferior [...] Esse preconceito [faz] com que a maioria negue a sua nacionalidade [naturalidade]. A negação do lugar de origem é fruto de hostilidades e exclusões

Vale mencionar que o preconceito não é só para com o “não-natural” ou o forasteiro. Em muitos casos os “naturais” também podem sofrer discriminação ou exclusões. A migrante Crislosânia (2014) lembra que ao procurar emprego os de “fora”, como eram conhecidos os que não eram de Boa Vista ou de Roraima, eram mais valorizados e aceitos para o desempenho profissional. Segundo a narradora, “a preferência pra quem vem de fora [se dava] porque as pessoas querem trabalhar, querem crescer e vão valorizar o salário”.

Albuquerque Júnior (2012, p. 33) alerta que os preconceitos são localizados historicamente, sejam eles sobre algumas populações ou regiões, portanto, no geral, eles envolvem “questões econômicas, políticas e sociais até questões culturais”. Seguindo essa linha de raciocínio, no caso de Boa Vista, Roraima, Freitas (1997, p.128) chegou afirmar – “devido à forte migração do Nordeste para Roraima, este estado está se nordestinando”³².

Retornando o caso de Dário dos Santos (2014), Saquet (2007, p. 71) lembra que “a matéria e a ideia, conjugadas, estão em movimento constante, em que, há superações, articulações territoriais, internas e externas a cada território”. Logo, o que era pra ser um “temporário” passou a ser permanente, ou seja, o não lugar tornou-se o lugar territorializado. Dário dos Santos (2014) discorre: “eu nunca nem imaginei de vir morar aqui no estado (...) eu vim só por questão de saúde e logo

³² Albuquerque Júnior (2012, p. 90) no Livro “Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – as fronteiras da discórdia” apresenta um capítulo inteiro sobre “o preconceito contra o nordestino”. Nesse caso, o autor discorre que o preconceito se expressa por meio de “estereótipos” ao se referir ao nordestino. O autor reforça que o preconceito não se esgota na estereotipização, ele denota outras formas através do desprezo ou comiseração, por exemplo.

voltaria, mas acabei ficando e gostando da cidade (...) eu gosto daqui, meus filhos foram praticamente criados aqui”. Por essa razão, Sr. Dário diz que no início o Salão era muito rustico, “era só uma cadeirinha de madeira e o salãozinho. Era só eu mesmo, trabalhando, não achando que fosse ficar aqui”.

Para Menezes (2007, p. 106) “o pensamento é uma trajetória de processos conscientes que provoca a compreensão súbita de aspectos até então inconscientes”. Nesse caso, retornado a narrativa do migrante Dario dos Santos, acima, o temporário passou a ser permanente, fato possível de comprovação quando o narrador diz: **“o destino leva onde tem que ser. Eu não vou dizer que vou sair [de Roraima], pra voltar pro Maranhão porque eu não tenho essa vontade. A primeira casa que eu construí pra mim, foi aqui”** (grifo nosso). A territorialização permite, então, o sentimento de pertença e de segurança.

É significativo perceber no ato narrativo a força da ação, construir a própria casa, ter profissão, por exemplo. A territorialidade não é apenas algo “abstrato”, estabelecida por meio das relações afetivas ao lugar de destino, mas ela é uma dimensão (i)material de inserção sociocultural por parte do migrante. Nesse sentido, no cotidiano há temporalidades distintas e, também, simultâneas numa relação recíproca e contraditória; concreta e abstrata; processual e relacional. Santos (2012, p. 138) discorre que “o Território habitado cria novas sinergias” e acrescenta, ainda, que “o Território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimos de espaço humano, espaço habitado”.

Nesse caso, entendemos o espaço habitado como a apropriação territorial por meio da territorialização. Cabe, todavia, lembrar que, “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social” (SANTOS, 2012, p. 137). Logo, são os quadros da vida e do cotidiano que balizam nossas inferências em relação à inserção de migrantes maranhenses na cidade de Boa Vista. Com isso, não queremos afirmar que a inserção ocorra de forma igual ou homogênea. Ao contrário, a pesquisa de campo evidenciou que o ritmo e a territorialização se deu e se dá de forma muito particularizada, isto é, cada migrante tem um tempo próprio de viver e de se territorializar.

É preciso reforçar que nos elementos de re-territorialização ocorre o que Haesbaert (2012) chama de produção de sentidos e de símbolos. Nesse caso os sentidos e os símbolos são responsáveis por estabelecer uma conexão entre o aqui

e o lá; o agora e o antes. O autor reforça que essa maneira de analisar e compreender os fenômenos sociais por meio dos elementos culturais “não podem substituir uma visão materialista”, visto que, “a dimensão cultural sempre esteve presente nos processos de formação territorial” (HAESBAERT, 2012, p. 215).

Posto isso, apresentamos a territorialização simbólica-cultural por meio da construção identitária, tendo o Reggae de Radiola como elemento de coesão e identificação de seu proprietário e frequentadores. É preciso levar em consideração que a dimensão simbólica e cultural ultrapassa a condição da apreensão humana. Denys Cuche (2002) lembra que o homem é um ser essencialmente cultural. Nesse caso a Cultural serve como elemento de percepção da “unidade” dentro do contexto da diversidade, para tanto é preciso situá-la como uma construção social (FOTO 4).

FOTO 4 – Distribuidora Central, Bairro Santa Luzia



Foto: Marcos Nogueira, 2014.

Cuche (2002, p. 143) reforça que a cultura não é dada ou herdada, mas ela faz parte de uma produção histórica. O autor reforça, ainda, sua construção ocorre a partir das “relações dos grupos sociais entre si”, ou seja, a cultura nasce por meio das relações sociais. Nesse caso, a prática do Reggae de Radiola não é só a manifestação da territorialização maranhense, mas ele se apresenta como um elemento identitário de um grupo social específico, nesse caso, os maranhenses, que tem no Reggae uma chave que liga o aqui com o lá.

Inicialmente, a prática do Reggae em Boa Vista, segundo o migrante Alfredo Alves (2014), foi à oportunidade de “gerar” e “criar” uma identidade “regueira” maranhense. O narrador lembra, “quando cheguei pra cá [Boa Vista], a procura de espaço pra me envolver no mundo da música (...) eu acabei me envolvendo no movimento do reggae, porque já tinha o movimento dos forrozeiros”. Para Alfredo, em Boa Vista prevalecia (prevalece) o Forró em detrimento de outros ritmos ou estilos musicais. Assim, o narrador infere que o Reggae mais que um estilo musical, faz parte da identidade do maranhense.

Contudo, o próprio Alfredo vê na prática do Reggae uma oportunidade de negócio ao se referir ao “mercado do movimento do reggae”³³. Portanto, aqui também vemos que a perspectiva de ligar a cultura e a identidade maranhense passa, também, pelo viés econômico e não necessariamente apenas pela dimensão simbólico-cultural. Nesse contexto, Cuche (2002, p. 176) alerta para a necessidade de não confundir as noções de cultura e identidade cultural. Para o autor “a cultura pode existir sem consciência de identidade”.

A identidade tomada como estratégia identitária pode possibilitar ou gerar “manipulação” ou “modificação” numa determinada cultura. Para isso, Cuche alerta que “a cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas”. Nesse caso, retornando a prática do Reggae de Radiola na Distribuidora Central³⁴ e na Chácara do Cabeludo (conferir mais adiante), nos faz colocar em evidência a questão da “identidade cultural” como elemento de manifestação territorial no lugar de destino por parte do migrante.

Assim, a preocupação e observação levantada, com base em Cuche, fazem-se necessária para não haver generalizações ou universalizações identitárias por meio da prática do Reggae. Como já mencionado pelo migrante acima mencionado, o Reggae de Radiola foi uma “porta aberta” para um mercado musical e para a sua inserção em Boa Vista. Alfredo enfatiza – “eu sou um maranhense e, com muito

³³ Vale mencionar que o migrante Alfredo vive de produções de Show e também da apresentação do Reggae de Radiola por meio do Trovão do Som – Reggae sem preconceito.

³⁴ Registra-se o início que a prática do Reggae não se deu na Distribuidora Central. Segundo o próprio Alfredo a gênese foi num bar no mesmo bairro, Santa Luzia, mas devido à constantes problemas com vizinhos, seja pelo som ou pelo preconceito ao Reggae devido ser/estar associado ao consumo de bebidas e outras substâncias foi preciso fechar o bar até a compra do local onde funcionava a Distribuidora.

orgulho, tenho no meu sangue o Reggae. Corre no meu sangue, eu gosto de reggae, mas não sou obcecado nem pelo reggae e nem pelo forró, gosto de todos os ritmos” (ALFREDO, 2014).

Segundo o narrador o fato de gostar de todos os estilos musicais não impediu de tentar construir uma identidade cultural por meio da prática do Reggae de radiola (FOTO 5). Os migrantes, Alfredo (2014) e Pedro (2014), lembram que é muito comum encontrar no Maranhão a prática cultural do Reggae. Nesse sentido, Haesbaert (2010) reforça que a territorialização tem por característica o aspecto de enraizamento. Na concepção do autor, esse enraizamento visa a coesão e apropriação territorial.

FOTO 5 – Alfredo e o Reggae de Radiola com o Trovão do Som



Foto: Marcos Nogueira, 2014.

O Reggae de radiola praticado em Roraima, para o Migrante Alfredo Machado Alves (2014) serve como ofício de profissional, como para sua inserção no mercado de trabalho. Segundo o narrador, o Reggae de radiola é o que está mais aproximado do “povão”. Contudo, o fato de tocar somente o Reggae, gerou muito preconceito, devido ao estigma que há em torno dos que praticam e curtem, por isso, o narrador conta que uma alternativa para continuar com a Distribuidora

Central como lugar do Reggae, foi associá-lo com outros estilos musicais, por exemplo, o forró. Para Alfredo o objetivo era “segurar mais tempo o público no ponto da festa”.

Essa associação de estilos musicais provocou controvérsias, se por um lado havia a necessidade de “construir” uma identidade “regueira” para a festa, por outro a territorialização através Reggae não era capaz de atrair o público necessário para manter o local de festas. Nessa perspectiva, Alfredo afirma: “nós acabamos perdendo certo público, porque acharam que nós éramos os culpados de não colocar mais o movimento do reggae, mas na realidade foi um meio que nós achamos pra se manter e ganhar alguma coisa”.

Mister destacar que o Reggae de Radiola é uma prática de som eletrônico, isto é, são “caixas de som com um DJ agitando o pessoal”. Para Alfredo, no Maranhão, em particular em São Luís, é muito comum. Já aqui, Boa Vista, Roraima, segundo o narrador, as pessoas o associavam as bandas que tocam Forró, por isso, acreditavam que o Reggae de Radiola era constituído por uma banda, infelizmente, afirma ele, “hoje eu tenho que tocar de tudo se quiser continuar com o Trovão do Som”. Diante dessa situação a casa de show (Distribuidora Central) foi fechada, ficando a Chácara do Cabeludo como alternativa para a prática do Reggae, (FOTO 6). Explicita-se aqui novamente a articulação entre as dimensões socioeconômica e sociocultural no processo de territorialização.

FOTO 6 – Chácara do Cabeludo - Bairro Senador Hélio Campos



Foto: Marcos Nogueira, 2014.

Entretanto, na Chácara não toca só o Reggae, a fim de manter o público e o negócio, o forró faz parte do repertório musical, sendo que o Reggae ocorre no sábado e outros gêneros no domingo, em particular o forró. Hodiernamente, a Chácara do Cabeludo é a responsável por uma rede comunicacional que há entre o “Maranhão de lá com o de cá”, em especial com a vinda à Boa Vista de Cantores de Reggae do estado do Maranhão.

Essa rede comunicacional se justifica pela dinâmica territorial no que se refere o “território em/no movimento”. Haesbaert (2012) chama a atenção para que na condição da pós-modernidade a relação espaço-temporal se dá a partir da vivência em redes. Para o autor, as identificações e/ou os espaço-simbólicos se constituem não só pelo enraizamento, mas, sobretudo no que ele vai chamar de estabilidade dentro da mobilidade, ou seja, o processo de movimento não impede a construção de referências simbólico-culturais por meio da relação entre o território de lá e o de cá (ANEXO B).

Assim é possível aventar que no lugar de destino o processo de territorialização passa por elementos de subjetividade e objetividade; de materialidade e imaterialidade. Essas subjetivações na territorialização são oriundas, em grande parte, pelo modo como os indivíduos vivenciam ou atribuem uma carga simbólica às novas territorialidades construídas, pois “a territorialidade é o qualitativo de qualquer fenômeno territorial” (DE PAULA, 2005, p. 107).

O cantor de Reggae Ronne Grenn³⁵ (Foto 7/A) é natural de Porto Rico do Maranhão, mas reside e atua como cantor e promotor musical em São Luís, capital do estado do Maranhão. Já a Maria e a Karolinne (Foto 7/B) fazem parte do Grupo de Dança de Reggae Saint Louis³⁶ (ANEXO C), São Luís, Maranhão, assim como outros artistas maranhenses que já se apresentaram em Boa Vista por iniciativa de Alfredo. Essa rede comunicacional por meio dos elementos culturais é percebida a partir do encontro que é estabelecido entre a estrutura de significados que há entre os sujeitos e a materialidade da apropriação do território através da territorialização.

³⁵ É possível conferir a trajetória artística do Ronne Grenn pelo Facebook <<https://www.facebook.com/rone.goncalves.39>>.

³⁶ Sobre o Grupo Saint-Louis é possível conferir em <<https://www.facebook.com/pages/Grupo-De-Dan%C3%A7a-Saint-Louis/452006258172003?pnref=lhs>>

FOTO 7 – Rede comunicacional entre o Maranhão de lá com o de cá... Cantor de Reggae de São Luís do Maranhão Ronne Grenn Grupo de Dança de Reggae Saint Louis



Fonte: Marcos Nogueira, 2014.

Hodiernamente, no estudo do território ou da sua apropriação há uma complexidade, haja vista que construímos, desconstruímos e reconstruímos territórios dentro de um contexto múltiplo. Haesbaert (2008; 2012) chama a atenção para uma necessidade, portanto, de compreendê-lo a partir da “(multi)territorialização”. Segundo o autor essa visão rompe com a dicotomia que é estabelecida entre fixidez e mobilidade; território e rede, por exemplo.

Nesse contexto, é possível inferir, baseado em Haesbaert (2008; 2012), que a “(multi)territorialização” é a possibilidade do indivíduo experimentar territórios e sua territorialização se dá a partir de múltiplas experiências territoriais. Haesbaert (2008, p. 30), portanto, disserta que,

multiterritorialidade inclui assim uma mudança não apenas quantitativa – pela maior diversidade de territórios que se colocam ao seu dispor (ou pelo menos das classes mais privilegiadas) – mas também qualitativa, na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios.

É importante destacar que a multiterritorialidade como expressão de múltiplas combinações territoriais encontra na Chácara do Cabeludo, hoje, a possibilidade de diferentes análises, passando da questão identitária à luta contra o preconceito, pois como afirmo o migrante Alfredo, “a prática do Reggae desperta muitos preconceitos, pois somos associados às questões fumo de drogas e outras. Acontece que o Reggae que praticamos é uma questão de identidade do Maranhão que está ligado à Jamaica”.

Seguindo essa linha de raciocínio, uma das mais destacadas bandas de Reggae a Tribo de Jah³⁷, associa “*A Jamaica Brasileira*”, à capital do Maranhão. A Tribo busca a construir/reforçar uma identidade regueira por meio dos elementos culturais. Reforçando essa representação identitária, a banda canta a seguinte estrofe na música *Regueiros Guerreiros* – “*mais um dia se levanta, na Jamaica brasileira. Mais uma batalha que desperta a Nação Regueira*”. O Reggae, por conseguinte, não é só uma expressão simbólico-cultural, ele torna-se um empoderamento por parte dos praticantes na luta contra o preconceito.

Assim, a Chácara do Cabeludo *a priori* não é só o território regueiro. Ele é uma dimensão do vivido e uma expressão dos lugares de identificação. Nesse caso cabe a expressão “territórios dentro do território”, pois, diferentemente do Maranhão onde no fim de semana o Reggae é a lei e todo regueiro é um rei, aqui, segundo Alfredo, ainda não é possível viver só do Reggae. O narrador destaca que em Roraima existe uma dependência muito grande do Forró, por isso, é preciso ter um dia para o Reggae e outro para o Forró. Nesse caso esse processo de territorialização se insere em um conjunto de relações sociais, o qual tem como pano de fundo a alteridade em contexto de (multi)territorialidades.

Posto isso, a organização territorial assim como sua territorialização passa pela versatilidade dos elementos do vivido e do cotidiano, nos quais o indivíduo em contexto de “mobilidade” é capaz de utilizar distintas dimensões e funcionalidades. Registra-se que a des-re-territorialização não é um simples ativar ou desativar elementos de pertencimento ou de “desligamento” do indivíduo. Para Haesbaert (1997) o mundo hoje é dotado de múltiplas territorialidades. Nessas múltiplas territorialidades ocorrem, então, múltiplos processos de territorialização, nos quais os

³⁷ Tribo de Jah iniciou-se na Escola de Cegos do Maranhão. A princípio era composta por quatro músicos cegos e um quinto com visão parcial. Posteriormente passou a participar e compor a banca o radialista Fauzi Beydoun.

indivíduos ativam os elementos de relação-apropriação territorial a partir dos seus interesses pessoais e/ou social.

3.1.2 “Territórios dentro do Território”

Pensar “Territórios” no plural e não no singular, remete à possibilidade de existência de diversos territórios dentro do próprio Território. Vale reforçar que todo território é funcional e nele há sempre uma carga de simbolismo. Nesse caso Haesbaert (2008) salienta que o “território simbólico” se dá a partir de processos de apropriação e da diferença. Entendendo a apropriação como algo construído e não dado ou acabado, a diferença, por sua vez, remete a maneira pela qual a territorialização é percebida – nós e eles, por exemplo.

Nesse caso, a diferença é vista e percebida por meio das referências identitárias. Haesbaert (1997) afirma que as referências identitárias ligam-se e se unificam a partir de um espaço simbólico. Esse por sua vez, serve como distintivo. No caso do migrante maranhense, por exemplo, a relação que há com o lugar de destino por meio do espaço-territorial/simbólico se dão a partir de uma “transposição geografia da identidade”, entendida de forma não linear.

Nesse estudo, a transposição é entendida e alicerçada por meio dos elementos socioculturais que o indivíduo tem e assume como elementos identitários. É preciso considerar que a identidade que tratamos não é tomada pela perspectiva ontológica ou fixa, mas pelo viés de que a identidade é uma construção social e cultural num contínuo processo. Bauman (2005, p. 91-96), vislumbra nas identidades o “anseio por segurança”, entretanto, segundo ele, “a construção da identidade assumiu a forma de uma experimentação infundável”, na qual, “você nunca saberá ao certo se a identidade que agora exhibe é a melhor que pode obter e a que provavelmente lhe trará maior satisfação”. As identidades “são para se usar e exibir, não para armazenar” (Idem). O território, portanto, pode ser considerado como um espaço de identificação e ressignificação identitária, sendo que sua base alicerça-se na subjetividade do sujeito.

Nesse sentido, a fim de perceber como ocorre a presença de territórios dentro do território, apresentamos o “1º encontro dos migrantes maranhenses em Roraima” e o “Arraial dos maranhenses”, intitulado o “Maranhão é aqui!” como uma importante manifestação sociocultural-identitária. Nesse caso, a questão identitária engendra questões de reivindicações e do simbólico-cultural, isto é, a cultura e a identidade maranhense não é só uma questão de produção ou consumo. Nela há a representação e a regulação a partir do grupo social.

Woodward (2012, p. 17-18) reforça que “a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos”. Nessa perspectiva, o “1º Encontro dos migrantes maranhenses em Roraima” e o “Arraial dos maranhenses”, não só produziram como produzem representações simbólico-territoriais a partir dos sistemas simbólicos. A autora salienta que, os sistemas simbólicos têm a capacidade de fornecer novas formas e sentidos as reivindicações de grupos sociais.

O Encontro aconteceu por ocasião da Semana do Migrante de 2009, realizada pela Diocese de Roraima por meio do Serviço Pastoral dos Migrantes³⁸ (SPM). O mesmo aconteceu na Escola Municipal Amazonas Oliveira Monteiro, rua C-35, bairro Sílvio Leite. Registra-se que o objetivo consistiu em refletir os motivos da migração – por que deixaram sua terra e vieram para cá? Quais as dificuldades encontradas? (JORNAL MONTE RORAIMA, 20 a 26/06/2009, p. 20).

É possível perceber que o encontro dos maranhenses na cidade Boa Vista tornou-se um território de reflexão e de reafirmação identitária a partir de um território subjetivo (FOTO 8). Nesse caso, Woodward (2012, p. 55) argumenta que a “subjetividade” liga-se a compreensão sobre o “nosso eu”, tendo como pano de fundo os pensamentos e as emoções que podem ser conscientes ou não, no que diz respeito “quem nós somos”. Para tanto, a autora advoga que a nossa subjetividade pessoal está intimamente ligada a um contexto social.

³⁸ O Serviço Pastoral do Migrante faz parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e está ligado ao Setor de Mobilidade Humana.

FOTO 8 – Encontro dos maranhenses na cidade de Boa Vista, 2009.



Fonte: Serviço Pastoral do Migrante, 2009.

Esse contexto social, portanto, é a chave que liga a experiência pessoal à condição de adotarmos uma identidade social. Essa por sua vez é mediada pela linguagem e pela cultura, as quais estabelecem e dão significados aos sujeitos/indivíduos, bem como às posições que estes assumem por meio dessa identidade construída socialmente. Neste cenário, Saquet (2008, p. 52) detalha que “o território funda-se em relações e conflitos, contradições, e é substantivado, simultaneamente, pela unidade”.

Entretanto, Saquet (2008), alerta que essas relações e ações só podem ocorrer com a reciprocidade dos agentes sociais, ou seja, o sujeito tem que querer fazer parte, o que se liga o interesse do “eu” com o “nós”. Essa consciência pode não ser percebida naturalmente, por exemplo, o migrante Pedro (2014) descreveu que só descobriu o Maranhão depois que saiu do Maranhão. Assim ele descreve sua experiência:

Bem para iniciar eu moro aqui desde 98 que eu moro aqui em Boa Vista, Roraima depois de 10 anos. Em 2008 eu tive que retornar ao Maranhão por motivos particulares passei lá um ano e meio, e lá me deparei, né?! Em São Luís do Maranhão com a grande cultura dos maranhenses. Foi em São Luiz e em parte das cidades do Maranhão e me deparei com o Folclore, com o bumba meu boi, pra mim aquilo foi me apaixonando sabe, uma paixão que quando eu estava lá, não tinha percebido isso.

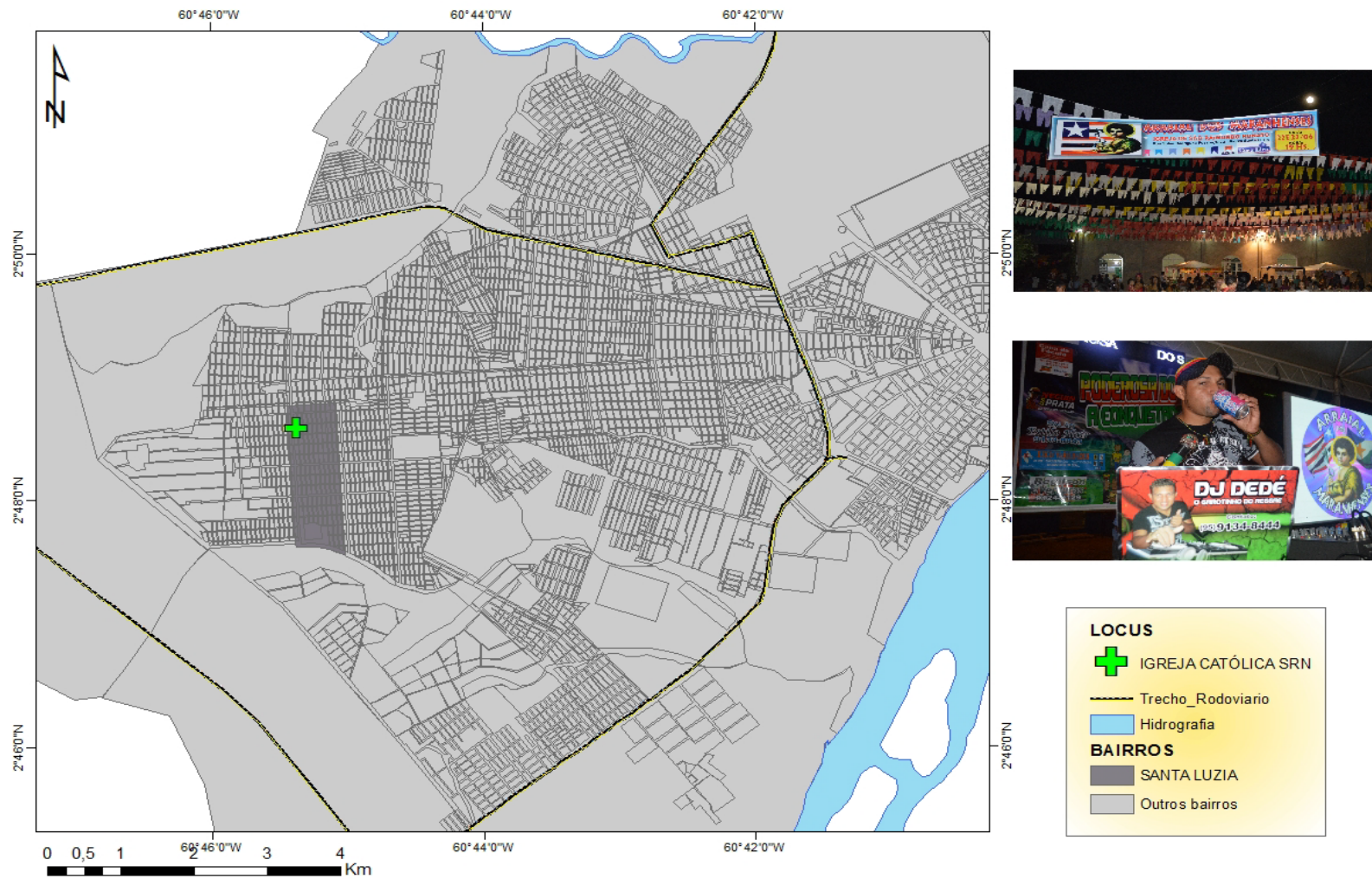
Para o narrador foi somente ao retornar do Maranhão que passou a olhar com “outros olhos” a cultura que há no seu estado natal, ou como declarou: “o contato com a cultura maranhense (...) aquilo fez com que eu me apaixonasse pelos elementos culturais do Maranhão”. Nesse ponto da narrativa nos amparamos no pensamento de Tomaz Tadeu da Silva (2012, p. 76) quando o autor afirmar que “a identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social”.

É dentro desse contexto de ressignificação identitária e cultural que ao retornar a Boa Vista, em 2009, Pedro Lima “trouxe” a ideia de dar visibilidade a cultura maranhense por meio de uma festa temática. Nela os elementos culturais deveriam destacar “a riqueza que há no Maranhão”. Para tanto, o narrador justificou a iniciativa por haver um grande número de migrantes oriundos do Maranhão em Boa Vista; e por haver um número significativo de migrantes maranhenses na Comunidade Católica São Raimundo Nonato.

Ademais, a festa poderia, na concepção do narrador, “destacar uma imagem positiva dos maranhenses, haja vista o preconceito contra os mesmos”. Desse modo, a partir das motivações destacada acima “eu fiz a proposta à comunidade”, ressalta Pedro. Para o narrador – “a festa deveria acontecer no mês de junho. Junho é um mês bem festivo, né? Bem comemorativo né!”, ou seja, as referências que nortearam a implantação de uma festa consistiam na tradição que há no Nordeste em festejar São João e São Pedro.

Assim, em 2010, na Igreja de São Raimundo Nonato, surgiu o Arraial dos maranhenses – O MARANHÃO É AQUI! (ANEXO C). Nessa perspectiva aventamos que a festa se dar a partir de processos de territorialização que envolvem as dimensões simbólicas, culturais e identitárias, nesse caso, – “territórios dentro do território”, pois, no mesmo território ocorrem às celebrações religiosas, o arraial dos maranhenses, 24 de junho e o arraial da comunidade em homenagem ao Santo Padroeiro, 31 de agosto (FIGURA 15).

FIGURA 15 – Arraial dos Maranhenses (Comunidade Católica São Raimundo Nonato – bairro Santa Luzia)



Organização – Marcos Nogueira, 2014; Elaboração – Vivian Karinne Morais Rodrigues, 2014.

Para Silva (2012, p. 78) são os elementos e as dimensões socioculturais que desencadeiam a necessidade ou a perspectiva de construir uma identidade cultural. Mister destacar que as “identidades” são uma construção histórica mediada e engendrada pela cultura e pelas relações sociais. Assim, “a identidade e a diferença não podem ser compreendidas, pois, fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentidos”.

A apropriação do território no lugar de destino *a priori*, como já mencionado, é mediada por relações de poder. O poder a partir de múltiplas dimensões, visto que o território apresenta-se como um campo de forças, de uma teia estabelecida por meio das relações sociais. Para Albagli (2004, p. 26) “cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço”.

Vale destacar que a moldagem de cada território ocorre a partir de diferentes dimensões e forças, não podendo ser compreendido de forma compartimentada ou estática, mas dentro de uma totalidade sociocultural. Nesse sentido, a territorialização do migrante, nesse caso a dos maranhenses, é vista como um meio de referência individual e/ou coletiva. Albagli (2004) destaca que essa apropriação territorial é concebida por diferentes contextos e escalas – no campo pessoal ou social. A autora disserta que no campo individual, por exemplo, o que sobressai é a sensação de segurança e invisibilidade do território apropriado. Ao passo que a territorialização no aspecto coletivo remete as regulações e as interações sociais.

Seguindo essa linha de pensamento, a necessidade em construir uma identidade cultural, Luciete (2014) acredita que a migração, em particular para os que saem do interior para cidade, acabam por “perder ou esquecer a sua cultura, por exemplo, a fogueira, algumas comidas típicas que só o Maranhão sabe fazer – cuxá (arroz com cuxá), o pequi, o azeite do coco babaçu, entre outros”. A narradora destaca que o arraial propicia ao migrante estabelecer uma relação de intimidade e pertencimento com o Maranhão, mesmo não morando mais no estado natal.

Diante do exposto, é possível inferir que nessa realidade, “o Maranhão é aqui”, envolve as dimensões de continuidade e descontinuidade a partir da cultura que fazia parte do cotidiano no lugar de destino (FOTO 9). Além da coexistência e conflitos com outros territórios e territorialidades, essa realidade, para Heidrich (2010, p. 29) “trata-se de um cenário complexo e não de uma paisagem simplificada, de territórios encaixados, como uma geografia de vizinhança, de contiguidade”.

FOTO 9 – Arraial dos maranhenses, Comunidade Católica São Raimundo Nonato, Bairro Santa Luzia



Foto: Marcos Nogueira, 2014.

Dentro os vários elementos da Cultura popular do estado do Maranhão, destaca-se a prática do Bumba meu Boi, no geral, a festa acontece principalmente entre os meses de junho e julho, mas há muitos eventos fora de época que ocorrem durante todo o ano. A tradição surgiu no século XVIII e ainda hoje envolve a população de São Luís que, durante as festividades, ocupa todas as partes da cidade, da periferia aos shoppings. Grupos de todo o estado se reúnem, dançando e cantando noite adentro.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional³⁹ (IPHAN) o Bumba meu boi do Maranhão “profundamente enraizado no cristianismo e, em especial, no catolicismo popular, o bumba meu boi envolve a devoção aos santos juninos São João, São Pedro e São Marçal, que mobilizam promessas e marcam algumas datas comemorativas”.

³⁹ Maiores informações é possível conferir no Sítio do IPHAN, <http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do?id=17768&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucia>.

No descritivo do IPHAN, o bumba meu boi representa:

uma celebração múltipla que congrega diversos bens culturais associados, divididos entre plano expressivo, composto pelas performances dramáticas, musicais e coreográficas, e o plano material, composto pelo artesanato, como os bordados do boi, confecção de instrumentos musicais artesanais, entre outros. Em todo seu universo, destaca-se também a riqueza das tramas e personagens.

O Bumba meu boi acaba envolvendo pessoas de todas as idades e extratos sociais. De acordo com o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNPFCP) o enredo conta a história de Pai Francisco, um escravo que, para saciar o desejo de sua esposa grávida por uma língua de boi, mata o gado de estimação do senhor da fazenda. Percebendo a morte do boi, o senhor convoca pajés e curandeiras para ressuscitar o animal⁴⁰.

Percebe, então, as territorialidades, como atributo humano, mediada pelos elementos socioculturais. Nessa perspectiva, Albagli (2004, p. 29) advoga que “territorialidade não é, por outro lado, sinônimo de raízes territoriais, já que é transportável e é dinâmica”, ou seja, no caso do migrante ao se apropriar de novos territórios reconstrói identidades territoriais a partir das referências experienciadas no lugar de destino. Assim, reforça-se a noção de que a territorialização é a apropriação do território por parte do migrante por meio dos elementos vividos e das relações cotidianas.

Nesse sentido, a identidade territorial é um processo construído e em construção. Para Castells (2002, p. 22) a identidade é um “processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados”. Essa inter-relação, por vezes, sobrepõe-se sobre outras fontes de significados e significantes. No caso do migrante, o significado identitário é relevante no estudo do e no processo de des-re-territorialização, isso porque como já mencionado o território cultural é móvel e dinâmico.

As identidades, segundo Castells (2002), tem o poder de organizar e estabelecer os significados. Já os papéis⁴¹ remetem às funções em que os sujeitos sociais exercem no campo sociocultural. Nesse sentido, para o autor é fundamental

⁴⁰ Disponível em: < http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Materia=76>. Acesso em: 12de jan. de 2015.

⁴¹ Segundo Castells (2002) os papéis sociais remetem a uma ação desenvolvida socialmente – ser mãe, ser trabalhador, por exemplo, remetem aos papéis que o indivíduo assume ou vive.

estabelecer os limites e as diferenciações entre a identidade e o papel, pois, o significado constituído por meio das identidades liga-se a identificação simbólica e a intencionalidade da ação exercida através da identidade cultural. Ainda para o autor as “identidades são fontes mais importantes de significados do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individualização que envolve”.

Por conseguinte, concordamos com Penna (1998) quando afirma que a migração impõe a necessidade por parte do migrante em criar e recriar os pontos de referências. Segundo a autora, esse processo de recriação ocorre porque “não há uma essência dada, uma vez que é a experiência social que engendra os esquemas de apreensão do mundo através dos quais a materialidade é interpretada” (PENNA, 1998, p.108). A materialidade, portanto, é a condição e o meio ao qual o migrante tem como ligação com as dimensões territoriais distintas, isto é, o território de lá é vivido e percebido a partir dos significados culturais no território daqui (FIGURA 16).

FIGURA 16 – Material de divulgação do Arraial dos maranhenses, 2013.



Fonte: Acervo da Comunidade Católica São Raimundo Nonato.

O material de divulgação acima apresenta os elementos de referência identitária por parte dos migrantes maranhenses, na qual se destacam o colorido e alegria como marca positiva da presença desse migrante na cidade de Boa Vista. Ademais a mesma deixa sobressair à dimensão simbólica e cultural da territorialidade migrante por meio da religiosidade (São João), da bandeira do estado do Maranhão, do Bumba meu boi e do Reggae (Radiola) por meio do Arraial dos maranhenses. O arraial, portanto, é uma forma de expressar uma identidade territorial e identitária.

Penna (1998) percebe, então, no processo migratório um ato dinâmico o qual as experiências identitárias são recriadas no jogo das representações sociais. É preciso reforça que essas “recriações” não ocorrem de maneira pacífica. Como já mencionado, o conceito de território remete às relações de poder, portanto, sua apropriação se dá dentro do contexto das tensões através dos campos de força.

O território e as territorialidades são vistos a partir de diferentes dimensões e que se inter-relacionam, os quais são incorporados por meio dos elementos da realidade social. Albagli (2002, p. 39) advoga que o “território é suporte da formação de identidades individuais e coletivas, despertando sentimentos de pertencimento e de especificidade”. Assim, a relação entre o *lá* e o *cá* destaca a recriação, no lugar de destino, dos elementos simbólico-culturais por meio da dimensão territorial do lugar de origem. Isso significa dizer que a des-re-territorialização não implica a “destruição” dos pontos de referências, sociais e culturais do lugar de origem, nesse caso, eles são “(re)criados”, novamente, gerando nos novos territórios.

À GUIA DE NOTAS (IN)CONCLUSAS...

Finalizando a conversa, sinalizando novas/velhas inquietações!

Ao final dessa dissertação tracejamos a guisa de notas (in)conclusas. cremos que a (in)conclusão ocorre pelo fato de não encerrarmos a questão, mas sinalizarmos novas e velhas inquietações em torno da discussão de Território e Territorialidades, possibilitando pensarmos em novas e outras abordagens. Aqui, então, buscamos sintetizar algumas respostas construídas ao longo da pesquisa que teve questão central: de que forma os migrantes maranhenses des-re-territorializa simbólica e cultural por meio da produção de novas territorialidades no lugar de destino, Boa Vista, Roraima?

Para substanciar a questão buscamos estabelecer, então, uma interação dialógica entre teoria e as experiências vividas por meio da empiria. Nesse caso a metodologia da história oral foi uma ferramenta preciosa, visto que, cada migrante narra sua experiência em primeira pessoa, mas influenciado pela memória individual fundamentado na sua memória individual e, também, na memória social e coletiva. Nesse sentido, as fontes escritas e as orais emaranharam as características próprias (individuais) e comuns (coletivas e sociais) dos migrantes ouvidos, sem com isso, perder de vista sua autonomia. Portanto, as funções nesse trabalho das fontes escritas e orais são de complementariedade, na busca de dar conta da complexidade da problematização colocada em tela.

Posto isso, no primeiro capítulo, centramos o olhar no contexto das territorialidades tendo como mote a caracterização histórica e geográfica do lugar de origem, identificamos os sujeitos e a sua localidade. Essa opção metodológica, de identificar e nomear os sujeitos, foram baseados nos consentimentos dos envolvidos na pesquisa, homens e mulheres que conscientemente aderiram à participação com boa vontade e empenho ao presente trabalho. Na busca de problematizar e compreender a contribuição das fontes orais no contexto das territorialidades fez-se a opção de trabalhar a tríade história, memória e narrativa oral, levando em consideração que a memória caminha por nuances *mnemônicas*.

Assim, o ato *mnemônico* faz sobressair às singularidades por meio da narrativa oral. Ressalta-se que a narrativa é uma construção de um discurso

mediada pela linguagem, tendo como enredo as experiências socioculturais e territoriais do próprio narrador, não havendo, portanto, uma homogeneização ou uniformização por parte das fontes orais. As narrativas em diálogo com as outras fontes evidenciaram diversidade morfológica e ambiental que há no estado do Maranhão – floresta amazônica; manguezais e mata tropical (paisagem com grande incidência de palmeiras – cocais do babaçu).

Essas diversidades morfológica e ambiental nos ajudam a perceber e discutir as relações territoriais do sujeito com o lugar de origem, os laços afetivos e culturais a partir de cada localidade e, não necessariamente, com o território como um todo, isto é, o território enquanto dimensão política. Ainda assim, das expressões das territorialidades observadas em Boa Vista reivindicam e mobilizam representações e práticas do maranhão como um todo. Nesse caso, o contexto dessas territorialidades apresenta a vida experienciada por meio do cotidiano, no qual o sujeito narrador processa e utiliza os referenciais do seu território (i)material de origem.

Mister destacar que a narrativa não é inócua, nela há elementos de lembrança e esquecimento, de continuidade e descontinuidade. Essa relação nos ajuda a perceber as diferentes realidades vivenciadas pelo migrante, tais como a econômica, a social e a cultural. O diálogo entre as fontes orais e escritas, no que diz respeito à migração e às territorialidades possibilitou perceber no segundo capítulo que o deslocamento populacional (migração) de maranhenses para Boa Vista, Roraima, se insere dentro do contexto das migrações para a Região Amazônica. Neste prisma, optamos por uma aproximação conceitual entre migração e território, com suas múltiplas possibilidades de análises por meio da desterritorialização.

Nesse ponto, podemos inferir que as narrativas sinalizaram que no território coexistem elementos concretos e abstratos, objetivos e subjetivos. Portanto, há diferentes formas de visualizar os desejos e as motivações que influenciaram os maranhenses na decisão de migrar, assim como a atuação das redes de solidariedade que dão suporte, tanto material como afetivo, à todo o processo de migração e inserção em Boa Vista, Roraima. Ressalta-se que, por meio das narrativas e, aqui, não é nossa pretensão generalizar, foi possível estabelecer duas rotas migratórias: aquela dos que têm certo poder aquisitivo e que custeiam o seu

próprio traslado; e, os que encontraram na força das redes de solidariedade e na ação de grupos políticos e de interesses o suporte necessário para realizar a migração.

Levando em consideração o exposto acima, foi possível visualizar duas trajetórias migratórias: a primeira diz respeito aos que necessitaram da ajuda de amigos, parentes e até políticos, constituindo-se numa verdadeira rede de “solidariedade” e de “sensibilidade” a fim de concretizar o deslocamento do lugar de origem até o lugar de destino que, em muitos casos, deu-se através da rota Maranhão-Belém-Manaus-Boa Vista; e, a segunda, que podemos nomear de rota direta, os migrantes partem do Maranhão direto à Boa Vista (ainda que ocorra a necessidade de fazer uma conexão na cidade de Manaus), nesse caso, as narrativas indicam que os migrantes puderam realizar a viagem sem “necessitar” de ajuda ou da influência externa.

Nas entrevistas, aparecem frases que demonstram a pluralidade de experiências vividas pelos maranhenses: “*eu vim porque meu cunhado pagou a passagem*”; “*nós viemos porque o político mandou as passagens pra gente vir*”; ou “*eu queria viver outras experiências. Eu vim por conta própria*”.

O período trabalhado (1991-2010), portanto, mostrou um contínuo incremento migratório, em especial pelos naturais do estado do Maranhão. Esse fato é comprovado pelos Censos de 1991, 2000 e 2010 realizados pelo IBGE. Eles apresentam os maranhenses como o maior grupo social migrante desde a década de 1980. O estudo aponta, ainda, se nos idos de 1980 a migração tinha como motivação a distribuição de terras e a prática da garimpagem aurífera em terras roraimenses a partir de 1990, com a transformação em estado, a migração para Roraima ficou mais diversificada, mas, não menos intensa.

Assim, a desterritorialização por meio da migração maranhense para o Extremo Norte do País, Roraima, não significa o abandono dos territórios identitários por parte dos migrantes. O estudo aqui realizado evidenciou as dimensões subjetivas como fatores que motivaram e influenciaram o processo migratório. Nesse caso, acreditamos que em torno da questão migratória o determinismo, baseado na ideia de atração ou expulsão, são limitadores analíticos, pois as narrativas demonstram que a migração é dinâmica e comporta múltiplas facetas.

Elas evidenciaram, ainda, que a migração é reforçada pelos “espaços de experiências” e os “horizontes de expectativas” que se cruzam nas práticas e vivências cotidianas.

Esses “espaços de experiências” e “horizontes de expectativas” se articulam no contexto das redes migratórias que funcionam como um canal de comunicação eficiente entre o lugar de origem com o lugar de destino. Vale destacar que a “desterritorialização” ocorre a partir da inter-relação entre insatisfação com o lugar onde o migrante está inserido e as expectativas aventadas para lugar de destino. Nesse prisma há uma rede de sociabilidade e solidariedade como fomentador da migração. Verificamos em nossas entrevistas como: “*a minha vida no Maranhão não foi tão bonita assim*”; “*aqui [Boa Vista, Roraima] ainda é lugar de criar família. Aqui eu estou formando meus filhos*”; “*Roraima é lugar de oportunidades*”;

O terceiro capítulo apresentou “O Maranhão é aqui!”. Essa afirmativa, a nosso ver, parece ousada, mas levamos em consideração duas questões, a saber: a primeira remete a apropriação do território e insere dentro de uma perspectiva de poder. Esse poder se manifesta por meio de uma territorialização efetiva através das práticas simbólicas, culturais e identitárias que observamos e registramos; a segunda se traduz pelo fato dos maranhenses se constituírem no maior grupo social em Boa Vista, que pode ser visualizado na expansão espaço-territorial da cidade, em direção a Zona Oeste.

Destaca-se que a migração de maranhenses se apresenta como um movimento contínuo, no qual a reterritorialização se caracteriza pela construção de novos territórios em Boa Vista, considerando elementos de continuidade e de descontinuidade; de materialidade e de imaterialidade que finda por ligar a origem e o destino. Nesse sentido, a moldagem do território ocorre a partir de diferentes dimensões e forças, tendo como referências elementos sociais e culturais apropriados e vivenciados de forma individual e/ou coletiva.

As narrativas apontam que essa moldagem territorial na cidade de Boa Vista por parte dos migrantes maranhenses não se dá de forma homogênea ou generalizante. Os indivíduos têm um tempo próprio de perceber e conceber sua territorialização. Nesse caso, o relato do migrante Pedro Costa é instigante, pois segundo ele quando morava em São Luís, Maranhão, não tinha “noção” e nem se

“apropriava” da cultura maranhense, foi preciso sair-retornar-sair para compreender a importância dos elementos culturais na sua constituição identitária.

Nesse prisma, a abordagem da construção identitária por meio do processo de territorialização, nos possibilitou ainda que timidamente, a questão do preconceito geográfico. O preconceito, de forma geral, é encarado como uma brincadeira ou como piadas por parte dos narradores. Contudo, mesmo assim, é perceptível o desconforto que provoca. As queixas sobressaiam, no geral, quando o gravador era desligado. Esse último aspecto, é perfeitamente compreensível, pois “as fontes orais são fontes narrativas”, que na sua construção requerem elaboração e envolvem escolhas do que dizer e o que calar, o que faz com que as narrativas mais delicadas e dos desconfortos fiquem, muitas vezes, para os momentos de espontaneidade.

No entanto, ainda que, observemos dificuldades e as exclusões, a territorialização se caracteriza como possibilidade de aproximar o *lá* e o *cá*. Assim, o território (i)material construído pelos migrantes evidencia, uma rede comunicacional entre o Maranhão de lá e o de cá. Essa rede não se dá só campo cultural, como por exemplo, na festa o “maranhão é aqui” ou no Reggae de Radiola. As narrativas apontam que existe uma estreita comunicação e trocas constantes, ainda mais, em tempos de facilidades e acessos a uma comunicação de “massa”, que ocorre hoje por meio de telefones, mensagens e redes sociais – Facebook e WhatsApp, entre outras.

Ainda que, no mapeamento das territorialidades maranhenses na cidade de Boa Vista, chamem a atenção para o fato de que é uma territorialização parca e tímida, ela se constitui numa afirmação identitária e territorial. Nas apropriações do território documentadas destacam o “revestimento” afetivo e simbólico, bem como uma multidimensionalidade dos elementos reivindicados e mobilizados.

Finalizando a conversa, sinalizando novas/velhas inquietações, o estudo das territorialidades maranhenses em Boa Vista não buscou dar respostas definitivas ou universalizar o debate, ele mostrou-se profícuo e com múltiplas possibilidades de abordagens. Nesse sentido, a presente dissertação não teve a pretensão de esgotar o assunto, mas lançar novas luzes em torno da temática. Assim, cremos que ele nos possibilitou refletir nossas atuais inquietações e reformular outras problematizações, tais como: a questão da cultura popular maranhenses entre a (in)visibilidade e afirmação identitária ou a cultura popular deste grupo tão expressivo na vida

roraimense na arena das representações que se querem hegemônicas na construção da identidade regional.

Mas, essas e outras questões ficam para próximos estudos, para pesquisas que certamente serão realizadas. De tudo fica a certeza que não há certeza, e que o caminho é feito passo-a-passo, por isso, nos colocamos abertos às críticas e sugestões que serão suscitadas a partir dessa dissertação.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. (Org's) Vinícius Lages; Chistiano Braga; Gustavo Morelli. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004.

ALBERTI, Verena. **História Oral: A experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

_____. **Manual de história oral**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Editora FVG, 2005.

_____. **Ouvir contar: textos em História Oral**. Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. Histórias dentro da história. In: **Fontes históricas**. (Org) Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2008.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – as fronteiras da discórdia**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru/SP: EDUSC, 2000.

BARBOSA, Reinaldo Imbrózio. **Ocupação Humana em Roraima. II. Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, 9 (2): 177-197. Belém, 1993.

BARROS, Nilson Cortez Crócia de. In: **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, no 2, mai/ago. 2009.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Demográfico de 1991 – Migração/Roraima**. Rio de Janeiro, 1997.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. (Trad.) Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BECKER, Berta K.. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. Modelos e Cenários para a Amazônia: o Papel da Ciência. Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? In: **Parcerias Estratégicas**, nº 12, Setembro, p.135-159, 2001. Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper28.pdf>. Acessado em 05 mar. 2014.

_____. Geopolítica da Amazônia. In: **Revista Estudos Avançados**, vol.19, nº.53, p.71-86, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acessado em 05 mar. 2014.

_____. **Amazônia**: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício de historiador**. (Trad.) André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: Usos & Abusos da História Oral. (Org's) Marieta de Moraes Ferreira; Janaina Amado. .8. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.183-191.

BOSI. Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. 2ªed., São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 13ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CERTEAU, Michel. Fazer história – problemas de método e problemas de sentido. In: **A escrita da História**. 3. ed. (trad) Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: evolução e desafios. In: **Revista Portuguesa de educação**. Ano/Vol. 16, nr. 002. Universidade do Minho Braga, Portugal, 2003, pp. 221-236.

_____. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2ªed. (Trad) Viviane Ribeiro. Bauru/SP: EDUSC, 2002.

DE PAULA, Fernanda Cristina de. Sobre a dimensão vivida do território: tendências e a contribuição da fenomenologia. In: **GeoTextos** (Revista da Pós-graduação em geografia da Universidade Federal da Bahia). V. 1, N. 1. 2005, p. 105-126.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2006.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru/SP: EDUSC. 2002.

DINIZ, Alexandre M. A.; SANTOS, Reinaldo Onofre dos. Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima. In: **Geografia**, v.33, n.2, Rio Claro, 2008.

FREITAS, Aimerê. **Geografia e História de Roraima**. 3.ed. Manaus/AM: Editora Grafima, 1997.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FERREIRA, Amauri Carlos.; GROSSI, Yonne de Souza. A narrativa na trama da subjetividade: perspectiva e desafios. In: Revista da Associação Brasileira de História Oral, n. 7, jun., Rio de Janeiro: ABHO, 2004.

GOETTERT, Jones Dari. Paradoxos do lugar mundo: brasileiros e identidades. In: **Geografia e Migração: movimentos, territórios e territorialidades**. (Org's) Eliseu Savério Sposito; Denise Cristina Bomtempo; Adriano Amaro de Souza. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetória de vida. In: **Revista Katál**. Florianópolis, v. 10, n. especial, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. (Trad.) Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HASBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói/RJ: EdUFF, 1997.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. In: **Revista GEOgraphia**. Ano IX. nº 17, 2007.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: **A emergência da multiterritorialidade**: a ressignificação da relação do humano com o espaço. (Org's) Álvaro Luiz Heidrich *et. al.* Canoas/RS: Ed. ULBRA; Ed. UFRGS. 2008.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. Deslocamento populacionais e mobilidade fictícia: a razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador. In: **Migrantes em contextos urbanos**: uma abordagem interdisciplinar. (Org) Sidney Antonio da Silva. Manaus/AM: EDUA, 2010.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Espaço e Multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: **Teorias e práticas territoriais**: análises espaço-temporais. (Org's) Sílvia Regina Pereira; Benhur Pinós da Costa; Edson Belo Clemente de Souza. São Paulo: expressão Popular, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado** contribuição à semântica dos tempos históricos. 3ª Reimpressão. (Trad.) Wilma Patrícia Mass; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al]. 5. ed. Campinas/SP: Unicamp, 2003.

LÊNA, Phillipe. Diversidade da fronteira agrícola da Amazônia. In: **Fronteiras**. (Org) Catherine Aubertin. Brasília: UnB, 1988.

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. **Amazônia: o extrativismo vegetal no sul de Roraima**: 1943-1998. Boa Vista: EdUFRR, 2008.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). **Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Maranhão – PPCDMA**: produto 4: síntese do diagnóstico, matriz do plano e contribuição do processo de consulta pública para elaboração. Brasília, 2011

MARTINS, Dora.; VANALLI, Sônia. **Migrantes: migração interna no Brasil “bairros” e “paraisos” – a reforma agrária resolve?**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MENEZES, Frederico Lucena de. Migração: uma perspectiva Psicológica, uma leitura Pós-Moderna ou, simplesmente, uma visão preconceituosa. In: **Migração e Identidade**: olhares sobre o tema. (Org's) Maria Jandira Cavalcanti Cunha et. al. São Paulo: Centauro, 2007.

MEYER, Eugenia. O fim da memória. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. Nº 43, janeiro-junho de 2009.

MAZUREK, Hubert. Migraciones y dinámicas territoriales. In: **Migraciones contemporáneas Contribución al debate**. Bolívia: CIDES-UMSA, 2009.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos. In: **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. (Org's) Paulo Eduardo Teixeira; Antonio Mendes da Costa Braga; Rosana Baeninger. Marília/SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

NOGUEIRA, Francisco Marcos Mendes. **O lugar e a utopia: história e memórias de migrantes nordestinos em Roraima (1980 a 1991)**. 2011, 75 p. Monografia (Graduação) – Departamento de História, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. (trad.) Yara Aun Houry. São Paulo, (10), 1993.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. Mudanças no percurso migratório de migrantes urbanos: breve reflexões sobre o resultado de Manaus. In: **Migrantes em contextos urbanos**: uma abordagem interdisciplinar. (Org) Sidney Antonio da Silva. Manaus/AM: EDUA, 2010.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. As transformações na configuração política-administrativa do Roraima: um panorama a partir da implantação do federalismo. In: **Roraima 20 anos – as geografias de um novo Estado**. (Org's) Paulo Rogério de Freitas Silva e Rafael da Silva Oliveira. Boa Vista: EdUFRR, 2008.

_____. **Atlas do estado de Roraima: território e população**. Boa Vista/RR: EdUFRR, 2006.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de., **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. 405 F. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 2003.

PAIVA, Odair da Cruz. Territórios da Migração na Cidade de São Paulo: Afirmação, Negação e Ocultamentos. In: **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. (Org's) Paulo Eduardo Teixeira; Antonio Mendes da Costa Braga; Rosana Baeninger. Marília/SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: *Estudo Histórico*. v. 2. n. 3, Rio de Janeiro: 1989.

_____. **Memória e identidade social**. In: *Estudo Histórico*. v. 5. n. 10, Rio de Janeiro: 1992.

PENNA, Maura. Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidades e desenraizamento. In: **Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. (Org.) Inês Signorini. Campinas/SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 1998.

PINHEIRO, Maria das Neves Magalhães; FALCÃO, Márcia Teixeira; OLIVEIRA, Sandra Kariny Saldanha de. Processo de urbanização e mudanças na paisagem da cidade de Boa Vista/RR. In: **Roraima 20 anos – as geografias de um novo Estado**. (Org's) Paulo Rogério de Freitas Silva e Rafael da Silva Oliveira. Boa Vista: EdUFRR, 2008.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos – Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996.

_____. O que faz a história oral diferente. (Trad.) Maria Therezinha Janine Ribeiro. In: **Projeto História**, São Paulo (14), Fevereiro, 1997.

_____. A lógica das narrativas e a aprendizagem da diferença na pesquisa de campo. In: **Oralidade e subjetividade: os meandros infinitos da memória**. (Org's) Dulce Consuelo Andreatta Whitaker; Thelma Maria Grisi Velôso. Campinas Grande/PB: EDUEP, 2005.

_____. **Ensaio de História Oral**. (Trad.) Fernando Luiz Cássio; Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. A Produção das estruturas territoriais e sua representação. In: **Territórios e territorialidades – teorias, processos e conflitos**. (Org's) Marcos Aurélio Saquet e Eliseu Savério Sposito. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. (Trad.) Alain François [et. al.]. Campinas/SP: EdUnicamp, 2007.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Apresentação da formação histórica da sociedade e economia roraimense. In: **Pensando e preservando o olhar histórico, socioeconômico e político de Roraima**. (Org.) Heloisa da Silva Borges. Manaus/AM: Edições UEA/Editora Valer, 2008.

RODRIGUES, Kátia Brandão; SOUZA, Carla Monteiro de Souza. Migração maranhense para Boa Vista. In: **O Rio Branco se enche de História**. (Org) Jaci Guilherme Vieira. Boa Vista/RR: EdUFRR, 2008, pp. 309-326.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ªed. São Paulo: EdUSP, 2012.

_____. O retorno do Território. In: **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EdUSP, 2012, p. 137-144.

SAQUET, Marcos Aurélio; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; ALVES, Adilson Francelino. Construindo uma concepção reticular e histórica para estudos territoriais. In: **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. (Org's) Sílvia Regina Pereira; Benhur Pinós da Costa; Edson Belo Clemente de Souza. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marco Aurélio. As diferentes abordagens do Território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. In: **Revista Geosul**, Florianópolis, v.22, nº43, pp.55-76, jan./jun., 2007.

_____. Por uma abordagem territorial. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. (Org's) Marcos Aurélio Saquet; Eliseu Savério Sposito. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

_____. **Abordagens e concepções de território**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVA, Márcia da. A rede social como metodologia e como categoria investigativa: possibilidades para o estudo dos “territórios conservadores de poder”.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Migrantes Maranhenses nas terras paulistas. In: **Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar**. (Org) Sidney Antonio da Silva. Manaus/AM: EDUA, 2010.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas; ALMEIDA, Marcelo Mendes; ROCHA, Rafael Alexandre. Segregação como conteúdo da nova morfologia urbana de Boa Vista-RR. In: **Revista Acta Geográfica**. Ano III, nº 6, julho-dezembro 2009, p. 47-53.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Dinâmica territorial urbana em Roraima – Brasil**. 2007. 329f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. Boa Vista: gênese espontânea e gênese induzida. In: **Revista Acta Geográfica**, Ano III, nr. 5, jan./JUN. de 2009. p. 63-71.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. (Org's); Stuart Hall; Kathryn Woodward. 12. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

SOARES, Weber. Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. In: **Revista Brasileira Estudos Populacionais**, Campinas, v.21.n.1.p. 101-116, jan-jun, 2004.

SOUZA, Carla Monteiro de; NOGUEIRA, Francisco Marcos Mendes. Notas sobre a presença nordestina em Roraima. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, 2013. Disponível: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364927542_ARQUIVO_TextoCarlaM.Souza.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2014

SOUZA, Carla Monteiro de; SILVA, Raimunda Gomes da. **Migrantes e migrações em Boa Vista: os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do sol e Cuamé**. (Org's) Carla Monteiro de Souza e Raimunda Gomes da Silva. Boa Vista/RR: EDUFRR, 2006.

SOUZA, Carla Monteiro de. A incorporação de relatos orais como fontes na pesquisa histórica. In: In: **Textos e debates**. nr. 4. Boa Vista/RR: UFRR, CCH, 1997.

_____. Roraima e as migrações. In: **Textos e debates**. nr. 9 (agosto-dez) Boa Vista/RR: UFRR, CCH, 2005.

_____. Considerações sobre a inserção social de migrantes gaúchos em Roraima. In: **História Oral: Revista da Associação Brasileira de história Oral**. v.9, n.1, jan-jun. Rio de Janeiro: ABHO, 2006.

_____. Boa Vista/RR e as migrações: mudanças, permanências, múltiplos significados. In: **Revista Acta Geográfica**, Ano III, nº 5, jan./jun., 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceito e temas**. (Org's) Iná Elias de Castro et al. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: história oral e estudos de migração. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nr. 44, 2002, pp. 341-364.

PENNA, Maura. Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidades e desenraizamento. In: **Lingua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. (Org.) Inês Signorini. Campinas/SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 1998.

PINHEIRO, Maria das Neves Magalhães; FALCÃO, Márcia Teixeira; OLIVEIRA, Sandra Kariny Saldanha de. Processos de urbanização e mudanças na paisagem da cidade de Boa Vista/RR. In: **Roraima 20 anos – as geografias de um novo Estado**. (Org's) Paulo Rogério de Freitas Silva e Rafael da Silva Oliveira. Boa Vista: EdUFRR, 2008.

VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2009.

_____. Rugosidade e tendências atuais na dinâmica de produção do espaço urbano de Boa Vista. In: **Roraima/Boa Vista**: temas sobre o regional e o local. (Org's) Maria das Graças Santos Dias Magalhães; Carla Monteiro de Souza. Boa Vista/RR: EdUFRR, 2012.

VALE, Ana Lia Farias. **O “Ceará” em Roraima - migração de cearenses: 1980-1999**. Jaboticabal/SP: FUNEP, 2005.

_____. **Nordeste em Roraima**: migração e territorialização dos nordestinos em Boa Vista. Boa Vista/RR: EdUFRR, 2014.

VELÔSO, Thelma Maria Grisi. Pesquisando fontes orais em busca da subjetividade. In: **Oralidade e subjetividade: os meandros infinitos da memória**. (Org's) Dulce Consuelo Andreatta Whitaker e Thelma Maria Grisi Velôso. Campina Grande/PB: EDUEPB, 2005.

WOORDWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. (Org's) Tomaz Tadeu da Silva; Stuart Hall; Kathryn Woodward. 12. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

ACERVOS E FONTES

I. FONTES ORAIS:

a) **Alfredo Machado Alves** – Natural de Coroatá, Maranhão. Entrevista gravada no dia 18 de Março de 2014, Boa Vista/RR.

b) **Crislosânia Arruda de Sousa Lima** – Natural de Grajaú (mas na documentação consta Estreito), Maranhão. Entrevista gravada no dia 20 de agosto de 2014, Boa Vista/RR;

c) **Dario dos Santos** – Natural de Arari, Maranhão. Entrevista gravada no dia 25 de março de 2014, Boa Vista/RR;

d) **Geraldina Maria Oliveira Magalhães** – Natural de Bom Princípio (Bacabal), Maranhão. Entrevista gravada no dia 02 de setembro de 2014, Boa Vista/RR;

e) **José de Ribamar Carneiro Silva** – Natural de Barra do Corda, Maranhão. Entrevista gravada no dia 20 de março de 2014, Boa Vista/RR;

f) **Luciete Marques Farias Souza** – Natural de Barra do Corda, Maranhão. Entrevista gravada no dia 03 de setembro de 2014, Boa Vista/RR;

g) **Pedro Lima da Costa** – Natural de São Bernardo, Maranhão. Entrevista gravada no dia 12 de fevereiro de 2014, Boa Vista/RR;

h) **Raimundo da Conceição** (Raimundo Vaqueiro) – Natural de Pio XII, Maranhão. Entrevista gravada no dia 26 de junho de 2014, Boa Vista/RR;

i) **William Ferreira dos Santos** – Natural de Pedreiras (mas fui criado em Limoeiro da Mata), Maranhão. Entrevista gravada no dia 08 de fevereiro de 2014, Boa Vista/RR.

II. FONTES DE INTERNET

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em 22 de jan. de 2014.

_____. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em 22 de jan. de 2014.

MARANHÃO. Prefeitura Municipal de Arari. Disponível em: <<http://www.arari.ma.gov.br/>>. Acesso em 13 de fev.. de 2014.

_____. Prefeitura Municipal de Barra do Corda. Disponível em: <<http://www.barradocorda.com/>>. Acesso em 13 de fev.. de 2014.

_____. Prefeitura Municipal de Coroata. Disponível em: <<http://www.coroata.ma.gov.br/>>. Acesso em 13 de fev.. de 2014.

_____. Prefeitura Municipal de Imperatriz. Disponível em: <<http://www.imperatriz.ma.gov.br/>>. Acesso em 13 de fev.. de 2014.

_____. Prefeitura Municipal de Pedreiras. Disponível em: <<http://www.pedreirascidadedetodos.ma.gov.br/>>. Acesso em 13 de fev.. de 2014.

_____. Prefeitura Municipal de Pio XII. Disponível em: <<http://www.pioxii.ma.gov.br/>>. Acesso em 13 de fev.. de 2014.

_____. Prefeitura Municipal de São Bernado. Disponível em: <<http://www.saobernardo.ma.gov.br/>>. Acesso em 13 de fev.. de 2014.

_____. Prefeitura Municipal de Sítio Novo. Disponível em: <<http://sitionovo.ma.gov.br/>>. Acesso em 13 de fev.. de 2014.

_____. Prefeitura Municipal de Zé Doca. Disponível em: <<http://zedoca.ma.gov.br/>>. Acesso em 13 de fev.. de 2014.

III. FONTES IMPRESSAS:

JORNAL BRASIL NORTE, 08/06/2000.

JORNAL DIÁRIO DE RORAIMA, 07/02/1992.

JORNAL FOLHA DE BOA VISTA, 28/09/2000, p. 07-A

_____. 05/09/2000, p. 05.

_____. 11/09/2000, p. 05.

_____. 09/09/2013, p. 14. SUPLEMENTO ESPECIAL.

JORNAL LABORATÓRIO CRIATIVO, nr. 12, maio, 2014, p. 2-3.

JORNAL MONTE RORAIMA, 20 a 26/06/2009, p. 20

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UFRR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E FRONTEIRAS
MESTRADO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS – PPGSOF

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Em duas vias, firmado por cada participante da pesquisa e pelo pesquisador)

“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa” (Resolução nº 196/96-IV, do Conselho Nacional de Saúde)

Eu, **Francisco Marcos Mendes Nogueira**, aluno regularmente matriculado no Mestrado em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF/UFRR, venho por meio deste convidá-lo (a), como voluntário, a participar da Pesquisa intitulada **“O MARANHÃO É AQUI”**: Territorialidades maranhenses na cidade de Boa Vista/RR (1991-2010), a qual tem por objetivo analisar e compreender a territorialização de maranhenses por meio de sua inserção sociocultural na cidade de Boa Vista/RR, entre os anos de 1991 e 2010.

Sobre a pesquisa segue algumas informações:

1. As entrevistas serão realizadas por meio de gravador digital;
2. Considera-se que a pesquisa não terá riscos e/ou prejuízos, entretanto, na condução da pesquisa buscar-se-á minimizá-lo, em caso de ocorrência, visto que o interesse nas narrativas, por meio da metodologia da História oral, dos migrantes maranhenses é estritamente científico sem intenção de promover ou denegrir a imagem de quem quer que seja;
3. Trata-se de uma pesquisa sem fins lucrativos, cuja pretensão maior é analisar e compreender por meio das narrativas os desejos e as motivações que influenciaram a migração de maranhenses para a Cidade de Boa Vista/RR entre os anos de 1991 a 2010, não importando a sua condição socioeconômica e nem o seu status social;
4. Por se tratar de uma pesquisa sem fins lucrativos, a mesma não solicita nenhum gasto decorrente da sua participação e os tratamentos deverão ser totalmente gratuitos, não recebendo nenhuma cobrança com o que será realizado

por meio do resultado final da pesquisa, tais como: utilização em dissertação, tese, apresentação em seminário e/ou divulgação através de publicação;

5. A pesquisa tem o caráter científico, desse modo, será mantido total sigilo sobre os dados pessoais fornecidos pelos sujeitos da pesquisa, entretanto, com a anuência do sujeito da pesquisa poderá ser utilizado o nome a fim de identifica-lo por ocasião publicação ou produções acadêmicas-científicas;

6. Após ler esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar da pesquisa, solicito a assinatura do mesmo em duas vias, ficando uma em seu poder. Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca dessa pesquisa poderão ser obtidas junto a mim, pelo telefone _____, pelo endereço _____ e pelo endereço eletrônico _____.

Eu, _____ discuti com o pesquisador Francisco Marcos Mendes Nogueira sobre a minha decisão em participar dessa pesquisa. Ficaram claros quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidades sobre questões suscitadas que não fazem parte *a priori* da pesquisa e de possíveis esclarecimentos permanentes *a posteriori* do trabalho finalizado. Ficou claro também que a minha participação é isenta de quaisquer despesas e que tenho garantia do acesso aos resultados, bem como de poder tirar dúvidas a qualquer tempo. Desse modo, concordo voluntariamente em participar da pesquisa cedendo minha narrativa, nome e imagem. Resguardando que poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a mesma, sem penalidade ou prejuízo. Declaro, ainda, que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Boa Vista, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B – Cessão Gratuita de Direitos de Entrevista Gravada em Áudio/Vídeo e de Uso de Imagens



UFRR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E FRONTEIRAS
MESTRADO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS – PPGSOF

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE ENTREVISTA GRAVADA EM ÁUDIO/VÍDEO E DE USO DE IMAGENS

Eu, _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado _____, pelo presente termo particular de autorização de uso de imagem e voz, **AUTORIZO** Francisco Marcos Mendes Nogueira (pesquisador e aluno regular do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras - PPGSOF da Universidade Federal de Roraima – UFRR), inscrito no CPF nº _____, RG nº _____, residente e domiciliado _____, **o USO DE IMAGEM E VOZ** em decorrência da minha participação na pesquisa intitulada **“O MARANHÃO É AQUI”: Territorialidades maranhenses na cidade de Boa Vista/RR (1991-2010)**. O presente instrumento de AUTORIZAÇÃO é celebrado a título de gratuito, podendo ser utilizada, divulgada e publicada, para fins de culturais e científicos, a mencionada entrevista e imagens poderão ser utilizadas no todo ou em parte, editada ou não, bem como permitir a terceiros o acesso à mesma para fins acadêmicos, com ressalva de preservar a integridade física e moral do sujeito participante da pesquisa.

Boa Vista, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE C – Consentimento de participação da pessoa como sujeito da pesquisa

**UFRR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E FRONTEIRAS
MESTRADO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS – PPGSOF**

**CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO
DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA:**

**“O MARANHÃO É AQUI!:
Territorialidades maranhenses na cidade de Boa Vista/RR
(1991-2010)**

Eu, _____, portador do CPF _____, residente à _____, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado pelo pesquisador *FRANCISCO MARCOS MENDES NOGUEIRA* dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

Boa Vista, ____ de _____ de 20__.

Nome e Assinatura

ANEXOS

ANEXO A – Aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa

Você está em: Pesquisador > Gerir Pesquisa > Detalhar Projeto de Pesquisa

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

Dados do Projeto de Pesquisa

Título da Pesquisa: Migração de maranhenses para a Cidade de Boa Vista entre 1991 a 2010
 Pesquisador: Marcos Nogueira
 Área Temática:
 Versão: 1
 CAAE: 26288113.3.0000.5302
 Submetido em: 15/12/2013
 Instituição Proponente: Universidade Federal de Roraima - UFR
 Situação: Aprovado
 Localização atual do Projeto: Pesquisador Responsável
 Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Documentos Postados do Projeto

Tipo Documento	Situação	Arquivo	Postagem
Parecer Consubstanciado do CEP	A	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_514109.pdf	22/01/2014 21:13:23
Informações Básicas do Projeto	A	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_262881.pdf	15/12/2013 13:23:25
Interface REBEC	A	PB_XML_INTERFACE_REBEC.xml	15/12/2013 13:23:25
TCLE - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	A	TCLE_PESQUISA_O_MARANHÃO_É_AQUI.pdf	15/12/2013 13:21:13
Projeto Detalhado	A	PROJETO DE PESQUISA_MARCOS_NOGUEIRA_PPGSOF_UFR.pdf	15/12/2013 13:04:56
Folha de Rosto	A	Folha de rosto.pdf	15/12/2013 13:02:10

Tramitação:

CEP Trâmite	Situação	Data Trâmite	Parecer	Informações
Universidade Federal de Roraima - UFR	Submetido para avaliação do CEP	15/12/2013		
Universidade Federal de Roraima - UFR	Aceitação do PP	17/12/2013		
Universidade Federal de Roraima - UFR	Parecer liberado	22/01/2014	Aprovação pelo Colegiado	

Localização atual do Projeto: Pesquisador Responsável

[Voltar](#) [Enviar Notificação](#)

Este sistema foi desenvolvido para os navegadores Internet Explorer (versão 7 ou superior), ou Mozilla Firefox (versão 9 ou superior).

Conselho Nacional de Saúde SUS Ministério da Saúde

Disponível: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/visao/pesquisador/gerirPesquisa/gerirPesquisa.jsf>

ANEXO B – Cartaz de divulgação do lançamento do 5º DVD TROVÃO DO SOM (Município de Boa Vista – Roraima)

LANÇAMENTO DO 5º DVD

TROVÃO DO SOM

30 MAIO SEXTA-FEIRA

NA CHÁCARA DO CABELUDO EM BOA VISTA SEN. HÉLIO CAMPOS

SHOW COM

RONNE GREEN
DIRETAMENTE DE SÃO LUÍS - MA

BOB PINHEIRO VAN
MARANHÃO

GRUPO SAINT LOUIS

BANDA GUY BRAS

PRÉ-SHOW

Ingressos Antecipado
R\$ 15,00
Apresentando o panfletinho desta festa nos pontos de venda, você paga R\$ 10,00

PONTO DE VENDAS:
Natividade
Real
Confecções
Rua do Sol

APOIO:

REGGAE TOTAL
www.reggaetotal.com

REGGAE TOTAL
www.reggaetotal.com

CANTO SERTANEJO
Gráfica Atual
3123-4728

POUSADA SAVANA
3123-4728

LAVA JATO GILDO

Informações/Realização:
(95) 9125-4448
8121-8532
9133-3448
9143-0355

ANEXO C – Grupo de Dança Saint-Louis (São Luís – Maranhão)

REGGAE TOTAL
www.reggaetotal.com

WWW.REGGAETOTAL.COM

Fonte: <<https://www.facebook.com/pages/Grupo-De-Dan%C3%A7a-Saint-Louis/452006258172003?pnref=lhc>>

ANEXO D – Material de divulgação do Arraial dos maranhenses de 2010

<p>O MARANHÃO É AQUI!</p> <p>2010</p> <p>FESTA DE SÃO JOÃO 19 E 20 DE JUNHO</p> <p>COMUNIDADE CATÓLICA SÃO RAIMUNDO NONATO</p> <p><i>A paz do senhor esteja sempre contigo.</i></p>	<p>A COMUNIDADE SÃO RAIMUNDO NONATO TEM A HONRA DE CONVIDAR VOCÊ E SUA FAMILIA</p> <p>PARA A FESTA DE SÃO JOÃO EM HOMENAGENS AS TRADIÇÕES MARANHESES, DIA 19 E 20 DE JUNHO A PARTIR DAS 19.00 h.</p> <p>RUA SOLON RODRIGUES PESSOA (N:5) 1873 ENTRE AS RUAS S: 22 E A S: 23 NO BAIRRO Santa Luzia</p>	<p>PROGRAMAÇÃO</p> <p>Fogueira (estilo tradicional), Regue, Forró de pé serra, dança do boi bumba. Quadrilha (tradição macuxí) Macaxeira assada na brasa, bolo e diversas delicias do milharal, Baião de dois, brincadeiras, prisão e maça do amor e muito mais e tudo lá da TERRINHA.</p> <p><i>Venha Recordar, viver, conhecer, prestigiar, brincar a cultural do maranhão. Você é o nosso convidado.</i></p>
---	--	--

Fonte: Acervo da Comunidade Católica São Raimundo Nonato.

ANEXO E – Material de divulgação do Arraial dos maranhenses de 2011

Venha Brincar o São João **COMUNIDADE CATÓLICA SÃO RAIMUNDO**

TEMA: **Maranhão** **é aqui!** **Dias 18 e 19 de Junho as 19:00**

Uma grande festa de São João em homenagem às tradições maranhenses

PROGRAMAÇÃO
FOGUEIRA
REGGAE
FORRÓ PÉ DE SERRA
BUMBA MEU BOI
QUADRILHA
MUITA COMIDA COM
ÓLEO COCO BABAÇU

*Venha recordar, viver,
conhecer, prestigiar e brincar
com a cultura do Maranhão
Você é nosso convidado!*

Informações:
9121 3626 / 8126 6569 **Rua Solon Rodrigues Pessoa, 1873 – Santa Luzia**



Fonte: Acervo da Comunidade Católica São Raimundo Nonato.

ANEXO F – Material de divulgação do Arraial dos maranhenses de 2012

Venha Brincar o São João em Grande estilo

Arraial dos Maranhenses 2012

Dias 23 e 24 de Junho as 19:00

PROVAÇÃO
FOGUEIRA
REGGAE
FORRÓ PE DE SERRA
BUMBA MEU BOI
QUADRILHA
COMIDAS TÍPICAS DA CULINÁRIA MARANHENSE

TROVÃO do Som

Comunidade Católica São Raimundo Nonato
Rua Solon Rodrigues Pessoa, 1873 - Santa Luzia

Patrocínio: SUPERMERCADO **ALENCAR** O Gigante dos Preços Baixos

VIDRAGARIA ST. LUZIA

Informações: 9121 3626 8126 6569

Fonte: Acervo da Comunidade Católica São Raimundo Nonato.

ANEXO G – Material de divulgação do Arraial dos maranhenses de 2010

ARRAIAL DOS MARANHENSES

COMUNIDADE SÃO RAIMUNDO NONATO
Realiza: ARRAIAL DOS MARANHENSES 2014

O MARANHÃO É AQUI!

21 e 22 de Junho

PROGRAMAÇÃO:
✓ FOGUEIRA ✓ REGGAE ✓ BUMBA MEU BOI
✓ QUADRILHAS ✓ COMIDAS TÍPICAS DA CULINÁRIA MARANHENSE

Rua: Solon Rodrigues Pessoa, 1873 - Santa Luzia, Boa Vista-RR

Informações (95) 91213626

Patrocinadores: INAN Instituto de Antropologia URR

ALTA BINA VETEM 3626-1772

SUPERMERCADO **ALENCAR** GIGANTE DOS PREÇOS BAIXOS

Casa Lira

Tiba SUPERMERCADO com preço. Tem qualidade.

PODEROSA DO SOM A CONQUISTADORA

VIDRAGARIA ST. LUZIA

MARANHENSE DAS VERDURAS NA FEIRA DO PASSARÃO

KIKO VARIEDADES XEROX, ENCADERNADO, PLÁSTIFICADO 3032-4330 BRINQUEDOS EM GERAL

Fonte: Acervo da Comunidade Católica São Raimundo Nonato.

ANEXO H- Bumba meu Boi Douradinho (Município de Mucajaí – Roraima)

Foto: Marcos Nogueira, 2014.

ANEXO I- Bumba meu Boi de Alto Alegre – Roraima

Foto: Marcos Nogueira, 2014.

ANEXO J – Simbolismo utilizado como elemento identitário no Arraial do maranhenses



Foto: Marcos Nogueira, 2014.